

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Thiago de Oliveira Piloto

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS DO
INSTITUTO FEDERAL GOIANO NA ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E SUA
INSERÇÃO OU PERMANÊNCIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO
CURSO**

GOIÂNIA

2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Thiago de Oliveira Piloto

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS DO
INSTITUTO FEDERAL GOIANO NA ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E SUA
INSERÇÃO OU PERMANÊNCIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO
CURSO**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa:

Organizações, Aglomerações e Desenvolvimento Regional

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Joelma de Moura Ferreira

GOIÂNIA

2019

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

P643a

Piloto, Thiago de Oliveira

Atuação profissional dos egressos das licenciaturas do Instituto Federal Goiano na área de formação acadêmica e sua inserção ou permanência na área de formação específica do curso / Thiago de Oliveira Piloto. 6 2019.

179 f. : il.

Orientadora: Prof. Dr. Joelma de Moura Ferreira.

Dissertação (mestrado) 6 Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) - Mestrado em Desenvolvimento Regional 6 Goiânia, 2019.

1. Cursos de licenciatura. 2. Egressos dos cursos de licenciatura. 3. Instituto Federal Goiano. I. Piloto, Thiago de Oliveira. II. UNIALFA 6 Centro Universitário Alves Faria. III. Título.

CDU: 377.8(817.3)



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: THIAGO DE OLIVEIRA PILOTO

Matrícula: 20171806008 (Matrícula na UNIALFA)

Título do Trabalho: ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO NA ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E SUA INSERÇÃO OU PERMANÊNCIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 02/04/2019

- O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
- O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Goiania, 02/04/2019.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

Aos 14 dias do mes de Março de 2019, a partir das 14:00 horas, na sala Alianças Inter realizou-se a Banca Examinadora de Defesa do trabalho abaixo identificado:

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO NA ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMIOCA E SUA INSERÇÃO OU PERMANÊNCIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO CURSO

Do(a) aluno(a): THIAGO DE OLIVEIRA PILOTO

A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr (a) Joelma de Moura Ferreira UNIALFA/Orientador

Prof.(a) Dr (a) Luis Antonio Vilalta UNIALFA/Membro

Prof.(a) Dr (a) Sebastião Nunes da Rosa Filho UNIALFA/Membro Externo

Feita a apresentação oral do Trabalho e tendo sido o(a) aluno(a) arguido(a) pela Banca Examinadora, o (a) Professor(a) Orientador(a) e os Professores Membros da Banca procederam à avaliação do (a) aluno(a) e decidiram:

Aprovado: [x] Reprovado: []

Por ser verdade, assinam a presente Ata de Defesa, os membros da Banca Examinadora.

Table with 3 columns: PROFESSOR ORIENTADOR, PROFESSOR MEMBRO, PROFESSOR MEMBRO EXTERNO. Rows for NOME and ASSINATURA with handwritten signatures.

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Thiago de Oliveira Piloto

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Joelma de Moura Ferreira (Orientadora - ALFA)

Prof. Dr. Luís Antônio Vilalta (Membro - ALFA)

Prof. Dr. Sebastião Nunes da Rosa Filho (Membro - IF Goiano)

GOIÂNIA

2019

Aos meus pais que fizeram tudo que estava ao alcance para me capacitar para a vida da melhor forma possível, me proporcionando educação e cultura, além do constante incentivo à leitura e aos estudos; à minha esposa que sempre se fez companheira e motivadora, me apoiando e acreditando nos meus sonhos; e à minha filha, fonte de minha verdadeira força e felicidade, e que me inspira a conquistar novos desafios, a fim de me tornar uma pessoa melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de me permitir alcançar os êxitos que tenho conquistado.

À minha esposa, Marciella Silveira de Carvalho, que sempre apoiou minhas decisões e me deu o devido suporte e que, mesmo dividida diante da gratificante, porém árdua tarefa de ser mãe, sempre conseguiu compreender minhas ausências no convívio familiar, assim como as privações e sacrifícios que essa intensiva jornada de estudos promoveu em nossas vidas.

Aos meus pais que são os grandes responsáveis pela formação do meu caráter. Em especial minha mãe, que de forma sábia e dedicada, sempre me incentivou a estudar, compreendendo e respeitando a importância dos estudos em minha vida.

Ao Instituto Federal Goiano, por ter viabilizado este mestrado por meio da concessão de bolsa, além de licença para capacitação para conclusão da dissertação, o que contribuiu efetivamente para a concretização deste sonho, tornando possível esta minha realização pessoal e profissional.

Aos professores e à coordenação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional.

Aos membros das bancas examinadoras dos seminários, da qualificação e da defesa, pelas contribuições.

Aos participantes da pesquisa que responderam aos questionários com respeito e compromisso.

Em especial, ao Prof. Dr. Luís Antônio Vilalta, que sempre acreditou no meu potencial e no sucesso desta pesquisa, dedicando seu tempo com muito respeito, comprometimento e profissionalismo, tornando-se no decorrer deste trabalho, muito mais que um mentor, sobretudo um grande amigo.

RESUMO

PILOTO, Thiago de Oliveira. **Atuação profissional dos egressos das licenciaturas do Instituto Federal Goiano na área de formação acadêmica e sua inserção ou permanência na área de formação específica do curso.** 2019. 179 p. (Mestrado) ó Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Centro Universitário Alves Faria ó UNIALFA, Goiânia, 2019.

A licenciatura é uma das principais formas de acesso ao ensino superior que formam professores. O professor é o grande agente do processo educacional e seu trabalho reverte para o bem da sociedade, tendo assim, papel de destaque na educação. De tal modo, esta dissertação apresenta como problema de pesquisa: os egressos dos cursos de licenciatura do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica? Destarte, o presente estudo apresenta como objetivo identificar se os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório com pesquisa quantitativa. Abrangeu 137 egressos oriundos das turmas de 2013 e 2014 dos cursos de licenciatura em matemática, pedagogia, ciências biológicas e química do IF Goiano, sendo que desses, 93 egressos, que correspondem à amostra da pesquisa, responderam os questionários enviados. Este trabalho utilizou pesquisas bibliográfica e documental, e quanto à obtenção de dados, empregou dados primários e secundários. Como instrumento de coleta de dados esta pesquisa utilizou questionários eletrônicos do *Google Forms* contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, que foram encaminhados por *e-mail* aos egressos. Posteriormente, os dados obtidos foram tabulados automaticamente pela própria ferramenta do *Google*, em uma planilha, no momento em que os respondentes finalizaram os questionários. Como resultado, identificou-se que os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano não estão trabalhando como professor depois de concluído o curso, visto que uma expressiva maioria desses egressos não está atualmente trabalhando na sua área de formação acadêmica; foram identificados os motivos que fizeram esses egressos a cursar uma licenciatura; e foram investigadas e identificadas as perspectivas desses egressos em relação à carreira docente. Portanto, após analisar os resultados da pesquisa, sugere-se que a instituição atue em conjunto com o Estado e a iniciativa privada para desenvolver ações e políticas a fim de promover um melhor aproveitamento dessa mão de obra que vem se qualificando através dos cursos de licenciatura, porém não vem encontrando espaço no mercado de trabalho; se aproxime mais das escolas de educação básica, principalmente das escolas públicas situadas nos municípios onde se localizam *campi* do IF Goiano, visando uma maior integração com essas, a fim de promover um melhor aproveitamento de seus licenciados; invista em ações e atividades com o objetivo de apresentar aos alunos dos cursos de licenciatura, logo no início do curso, temas relacionados à carreira docente, às possibilidades de emprego na área, ao mercado de trabalho docente, à realidade pós-formado, e demais assuntos afins; invista em ações que visem valorizar a profissão docente tanto entre os egressos quanto na comunidade local; e amplie as ações voltadas ao acompanhamento do egresso após sua saída da instituição.

Palavras-chave: Cursos de licenciatura. Egressos dos cursos de licenciatura. Instituto Federal Goiano. Professor.

ABSTRACT

PILOTO, Thiago de Oliveira. **Professional performance of egresses from the Federal Institute Goiano's licenciatures in the area of academic training and their insertion or permanence in the specific training area of the course.** 2019. 179 p. (Masters Degree) - *Stricto Sensu* Postgraduate Program, Alves Faria University Center ó UNIALFA, Goiânia, 2019.

Licenciature degree is one of the main forms of access to higher education that make up teachers. The teacher is the great agent of the educational process and his work reverts to the good of society, thus having a prominent role in education. Thus, this dissertation presents as a research problem: are the egresses from the Federal Institute Goiano's licenciature courses working professionally in the specific academic training area? Thus, the present study aims to identify if the students egresses of the licenciature courses from the IF Goiano are working professionally in the specific academic training area. The methodology used was an exploratory study with quantitative research. It covered 137 egresses from the 2013 and 2014 classes of the degree courses in mathematics, pedagogy, biological sciences and chemistry of the IF Goiano. Of these, 93 egresses, who correspond to the research sample, answered questionnaires sent. This work used bibliographical and documentary research, and in obtaining data, employed primary and secondary data. As a data collection tool, this survey used electronic questionnaires of the Google Forms containing open, closed and multiple choice questions that will be sent by e-mail to the egresses. Subsequently, the data obtained were tabulated automatically by the Google tool itself, in a spreadsheet, when the respondents completed the questionnaires. As a result, it was identified that the egresses of the licenciature courses of IF Goiano are not working as a teacher after the course is finished, since a significant majority of these graduates are not currently working within their professional training area; were identified the reasons that made these egresses to study a licenciature; and were investigated and returned as the direction of these egresses in relation to the teaching career. Therefore, after analyzing the results of the research, it is suggested that the institution work together with the State and private initiative to develop actions and policies in order to promote a better use of this workforce that is qualifying through licenciature courses, but has not been finding space in the labor market; is closer to primary schools, especially public schools located in the municipalities where IF Goiano campuses are located, with a view to greater integration with these schools, in order to promote a better use of their graduates; invest in actions and activities with the objective of presenting to students of licenciature courses, at the beginning of the course, topics related to the teaching career, the possibilities of employment in the area, the teacher's job market, the post-formed reality, and other related matters; invest in actions aimed at enhancing the teaching profession both among the graduates and in the local community; and expand the actions aimed at accompanying the egress after leaving the institution.

Keywords: Licenciature courses. Egresses of the licenciature courses. Federal Institute Goiano. Teacher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 ó Municípios com unidades do IF Goiano	30
Figura 2 ó Esquema de questões respondidas pelos egressos no questionário	112

GRÁFICOS

Gráfico 1 ó Quantidade de IES no Brasil entre 2000 e 2015	43
Gráfico 2 ó Matrículas no ensino superior no Brasil (Modalidades Presencial e EaD)	44
Gráfico 3 ó Professores em sala de aula ministrando matemática no estado de Goiás	58
Gráfico 4 ó IDH-M Educação dos Municípios que compõem a microrregião de Catalão	100
Gráfico 5 ó Total de egressos que responderam o questionário por curso, campus e período	115
Gráfico 6 ó Sexo predominante dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano.....	116
Gráfico 7 ó Faixa etária.....	118
Gráfico 8 ó Nível de escolaridade atual.....	119
Gráfico 9 ó Tipos de IES onde está ocorrendo a continuidade da formação acadêmica dos egressos	120
Gráfico 10 ó Segunda formação acadêmica.....	121
Gráfico 11 ó Atuação na área da educação básica antes ou durante a formação superior.....	122
Gráfico 12 ó Atuação na área da educação básica após a conclusão do curso de licenciatura	123
Gráfico 13 ó Egressos na educação básica antes ou durante a formação e depois de concluída a licenciatura.....	124
Gráfico 14 ó Atual ocupação profissional dos egressos que não estão trabalhando na educação básica.....	125
Gráfico 15 ó Motivos que os egressos informaram justificar seu desemprego.....	126
Gráfico 16 ó Atuação profissional na área de formação.....	127
Gráfico 17 ó Cargo que os egressos atualmente estão ocupando na educação básica.....	128
Gráfico 18 ó Tempo em que o egresso está ocupando o cargo na educação básica.....	129
Gráfico 19 ó Intervalo de tempo entre a conclusão da licenciatura e a admissão na educação básica.....	130

Gráfico 20 ó Motivações para os egressos terem cursado uma licenciatura.....	132
Gráfico 21 ó Expectativas em relação ao mercado de trabalho para o professor.....	133
Gráfico 22 ó Perspectivas em relação à carreira docente.....	134
Gráfico 23 ó Retorno da carreira docente frente às expectativas do egresso.....	135

QUADROS

Quadro 1 ó Quantidade de escolas e número de matrículas no ensino médio de municípios que fazem parte da microrregião de Pires do Rio no ano de 2010.....	75
Quadro 2 ó Egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano das turmas iniciadas em 2013 e 2014.....	107
Quadro 3 ó Principais áreas e locais de atuação profissional dos cursos de licenciatura ofertados no IF Goiano.....	108
Quadro 4 ó Comentários dos egressos	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BASis ó Banco Nacional de Avaliadores.

Capes ó Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CC ó Conceito de Curso.

CEF ó Caixa Econômica Federal.

Cefet ó Centro Federal de Educação Tecnológica.

CI ó Conceito Institucional.

Cmei ó Centro Municipal de Educação Infantil.

CPC ó Conceito Preliminar do Curso.

DCNs ó Diretrizes Curriculares Nacionais.

EaD ó Educação a Distância.

Elped ó Encontro das Licenciaturas e Pesquisa em Educação.

Embrapa ó Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Enade ó Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

Enem ó Exame Nacional do Ensino Médio.

EPT ó Educação Profissional e Tecnológica.

EJA ó Educação de Jovens e Adultos.

e-Tec ó Escola Técnica Aberta do Brasil.

Faveni ó Faculdade Venda Nova do Imigrante.

FNDE ó Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Ideb ó Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH ó Índice de Desenvolvimento Humano.

IDH-M Educação ó Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação.

IES ó Instituições de Ensino Superior.

IFs ó Institutos Federais.

IFECT ó Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

IFG ó Instituto Federal de Goiás.

IF Goiano ó Instituto Federal Goiano.

IME-UFG ó Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás.

Impa ó Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

Inep ó Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Ipea ó Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Itego ó Instituto Tecnológico do Estado de Goiás.

LDBEN ó Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Life ó Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores.

MEC ó Ministério da Educação.

Mobral ó Movimento Brasileiro de Alfabetização.

OCDE ó Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ONGs ó Organizações Não Governamentais.

OSPB ó Organização Social e Política Brasileira.

PBF ó Programa Bolsa Família.

PCNs ó Parâmetros Curriculares Nacionais.

PDCO ó Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PDE ó Plano de Desenvolvimento da Educação.

PDI ó Plano de Desenvolvimento Institucional.

PIB ó Produto Interno Bruto.

Pibid ó Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PISA ó Programa Internacional de Avaliação de Alunos.

PNE ó Plano Nacional de Educação.

PNU ó Programa Nova Universidade.

PPC ó Projeto Político-Pedagógico de Curso.

Proad ó Pró-reitoria de Administração.

Prodi ó Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Prodocência ó Programa de Consolidação das Licenciaturas.

Proeja ó Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Proen ó Pró-reitoria de Ensino.

Proex ó Pró-reitoria de Extensão.

Proinfância ó Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil.

Proppi ó Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

PUC ó Pontífica Universidade Católica.

Sapiens ó Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior.

SBM ó Sociedade Brasileira de Matemática.

SBEM ó Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Seducce ó Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

SESu ó Secretaria de Educação Superior.

Setec ó Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Sisu ó Sistema de Seleção Unificado.

TICs ó Tecnologias da Informação e Comunicação.

UEG ó Universidade Estadual de Goiás.

UFCat ó Universidade Federal de Catalão.

UFG ó Universidade Federal de Goiás.

UFSC ó Universidade Federal de Santa Catarina.

UFU ó Universidade Federal de Uberlândia.

UnB ó Universidade de Brasília.

Uned ó Unidade de Ensino Descentralizada.

Unemat ó Universidade do Estado de Mato Grosso.

Unicamp ó Universidade Estadual de Campinas.

Unip ó Universidade Paulista.

URJ ó Universidade do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A REDE FEDERAL DE ENSINO E O IF GOIANO	24
1.1 A criação e a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	24
1.2 A criação e as características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT).....	27
1.3 Histórico, caracterização e a importância do IF Goiano para a região	29
2 ENSINO SUPERIOR.....	32
2.1 Um breve histórico do ensino superior no Brasil.....	32
2.2 Tipos de instituições de ensino superior (IES)	44
2.3 Autorizações necessárias para um curso superior	45
2.3.1 <i>Autorização</i>	45
2.3.2 <i>Reconhecimento.....</i>	45
2.3.3 <i>Renovação de reconhecimento</i>	46
2.4 Avaliação dos cursos superiores	46
2.5 Indicadores de qualidade de um curso.....	47
2.5.1 <i>Enade</i>	47
2.5.2 <i>Conceito Preliminar de Curso (CPC).....</i>	47
2.5.3 <i>Conceito de Curso (CC).....</i>	47
2.6 Indicadores de qualidade de uma instituição.....	48
2.7 Modalidades de ensino superior	48
2.7.1 <i>Presencial.....</i>	48
2.7.2 <i>A distância (EaD)</i>	48
2.7.3 <i>Semi-presencial</i>	49
2.8 Tipos de cursos superiores.....	50
2.8.1 <i>Bacharelado</i>	50
2.8.2 <i>Licenciatura.....</i>	51
2.8.3 <i>Curso tecnológico ou superior de tecnologia</i>	51
3 CURSOS DE LICENCIATURA E AS LICENCIATURAS DO IF GOIANO	52
3.1 O sistema e-MEC e as licenciaturas cadastradas no sistema.....	52
3.2 Os cursos de licenciatura do IF Goiano	52
3.2.1 <i>Curso de licenciatura em matemática do IF Goiano</i>	54

3.2.2 Curso de licenciatura em pedagogia do IF Goiano	59
3.2.3 Curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano.....	66
3.2.4 Curso de licenciatura em química do IF Goiano	79
3.2.5 Curso de licenciatura em ciências naturais do IF Goiano	91
3.2.6 Curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano	96
4 METODOLOGIA	102
4.1 Pesquisa	102
4.2 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa	103
4.3 Classificação quanto aos meios da pesquisa (procedimentos de coleta).....	103
4.3.1 Pesquisa bibliográfica	103
4.3.2 Pesquisa documental	103
4.4 Classificação quanto à obtenção dos dados.....	104
4.5 Instrumento para coleta de dados	104
4.6 Classificação quanto ao tratamento dos dados (da abordagem)	104
4.7 Objeto de estudo.....	105
4.8 População e amostra	105
4.9 Etapas da pesquisa.....	105
5 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	114
5.1 Perfil e caracterização dos egressos das licenciaturas do IF Goiano	116
5.1.1 Sexo predominante.....	116
5.1.2 Município de origem e atual residência dos egressos	117
5.1.3 Faixa etária	117
5.1.4 Nível de escolaridade atual.....	118
5.1.5 Atualização de conhecimentos na área de formação	120
5.1.6 Segunda formação acadêmica.....	121
5.1.7 Atuação profissional	122
5.1.8 Atuação profissional na área de formação	127
5.1.9 Cargo ocupado atualmente na área da educação básica.....	128
5.1.10 Caracterização da inserção dos egressos na educação básica	130
5.1.11 Motivações para ter cursado uma licenciatura.....	132
5.1.12 Expectativas em relação ao mercado de trabalho para o professor	133
5.1.13 Perspectivas em relação à carreira docente	134
5.1.14 Comentários, relatos e considerações dos egressos sobre a pesquisa e sua temática.....	136

5.1.15 Disponibilidade e interesse em participar de entrevista.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICE A ó QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IF GOIANO PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	160
.....	160
APÊNDICE B ó TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	166
ANEXO A ó RESPOSTAS DOS EGRESSOS REFERENTE ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO	167

INTRODUÇÃO

A cada ano o Brasil tem realizado altos investimentos na educação superior. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ó OCDE (OCDE, 2017), o país gasta anualmente cerca de US\$ 11,7 mil por estudante de graduação. Esse alto investimento faz com que o Brasil se aproxime nos gastos com a educação superior a países europeus, como Portugal, Estônia e Espanha, que apresentam despesas por aluno universitário, respectivamente, em torno de US\$ 11,8 mil, US\$ 12,3 mil e US\$ 12,5 mil. Tais gastos do Brasil chegam a ultrapassar, inclusive, países como a Itália (US\$ 11,5 mil), República Checa (US\$ 10,5 mil) e Polônia (US\$ 9,7 mil) (FERNANDES, 2017).

Ainda, segundo a mesma fonte, os gastos no Brasil com alunos universitários também superam os da Coreia do Sul, de US\$ 9,6 mil. Sendo que esse país está entre os primeiros do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) da OCDE. Esse teste mede conhecimentos de estudantes na faixa de 15 anos nas áreas de ciências, matemáticas e compreensão escrita.

Segundo Fernandes (2017), a média de investimento no ensino superior nos países da OCDE é de US\$ 16,1 mil, puxada por despesas mais elevadas de países como os Estados Unidos, Noruega, Luxemburgo e Reino Unido.

A OCDE tem destacado em seus últimos estudos que houve um aumento dos investimentos públicos em educação no Brasil. Em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil está próximo da média dos países da organização. Os gastos com educação totalizaram 4,9% do PIB brasileiro (último dado disponível no estudo). A média dos países pertencentes à OCDE é de 5,2% do PIB (FERNANDES, 2017).

Dentre esses investimentos, pode-se citar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica¹. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a rede está vivenciando a maior expansão de sua história: de 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o MEC concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento (BRASIL, 2016a).

¹ A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido utilizada como referência a um conjunto de instituições federais, vinculadas ao MEC, voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica em nível médio e superior (PACHECO, 2011, p. 57).

Fazendo parte dessa rede, estão os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs), também chamados apenas de Institutos Federais (IFs) (BRASIL, 2016b). De acordo com o *caput* do artigo 2º, da lei n. 11.892 (BRASIL, 2008), os IFs são:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei (BRASIL, 2008, p.1).

De acordo com o *caput* do artigo 8º da lei n. 11.892 (BRASIL, 2008) e em conformidade com a alínea *õbõ* do inciso VI do *caput* do artigo 7º, da referida lei, são objetivos dos IFs no desenvolvimento de sua ação acadêmica, entre outros, garantir no mínimo 20% de suas vagas a fim de atender os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Percebe-se assim, que as licenciaturas são cursos estratégicos para a política de formação de professores no Brasil.

O ensino superior brasileiro é constituído por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e a formação tecnológica (superior de tecnologia) (BRASIL, 2014). Dentre esses, esta pesquisa retratará os cursos de licenciatura do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), por se tratar de uma das principais formas de acesso ao ensino superior que formam professores (BRASIL, 2017b). As demais formas se dão através dos cursos de pedagogia e bacharelado, sendo que para atuar como docente, o bacharel precisa concluir o curso de complementação pedagógica, e para lecionar no ensino superior exige-se que o profissional bacharel tenha concluído, no mínimo, um curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) (BRASIL, 2018b).

A Resolução CNE/CP n. 01, de 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006b), em seu art. 2º, § 1º, define a docência como:

[...] ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006b).

Diversos programas do governo federal têm oferecido incentivos para cursos, cujo alvo seja a formação de professores, tais como: o Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação à Docência (Pibid), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (Life). Sob a supervisão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), esses programas têm tido seus editais lançados constantemente, demonstrando assim a clara política governamental de apoio a cursos que trarão como retorno a formação de professores (BRASIL, 2015f).

É nítido que, nos últimos anos, o governo federal tem promovido diversas ações e investido diretamente muito de seus recursos visando formar professores. Em contrapartida, é esperado que esses egressos², oriundos dos cursos de licenciatura, retribuam devolvendo para a sociedade esse conhecimento adquirido. De tal modo, uma das formas possíveis seria o retorno social desse conhecimento adquirido ao longo de sua formação acadêmico-profissional, que contribuiu para sua formação como licenciado. Ou seja, diante do investimento do Estado ocorrido através da oferta de cursos públicos e gratuitos de licenciatura do IF Goiano, e posterior formação de licenciados para o mundo do trabalho, espera-se que esses egressos estejam efetivamente exercendo sua profissão dentro de sua área de formação acadêmica, ou seja, que esses egressos estejam efetivamente trabalhando como professores ou atuando profissionalmente em alguma área relacionada ao âmbito educacional, uma vez que o foco principal da licenciatura é formar professores e educadores (GUIA DA CARREIRA, 2018b).

Segundo o reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Knobel, a licenciatura pode oferecer um bom campo de trabalho no Brasil: ãé uma área que o país precisa e sempre haverá demanda. A tendência é a valorização do professor, principalmente para o Brasil avançar frente aos outros países, pois só conseguirá progredir através da educaçãoö (VELLEI, 2017).

O professor exerce papel fundamental não somente na transmissão do conhecimento ao aluno, mas também na educação de uma forma ampla, instruindo e difundindo valores. O professor deve ser capaz de criticar e transformar a sociedade, agindo na formação do aluno como cidadão crítico. Portanto, cabe ao professor transmitir o conteúdo a ser ministrado em sala de aula, e ademais fazer com que o aluno compreenda o mundo em que vive e ainda como ele se define (SANTOS, M., 1995a, p. 17).

² Para Michelan et al (2009), egresso é o indivíduo que cumpriu a integralização curricular de um curso de graduação ou pós-graduação e obteve uma titulação em determinada área do conhecimento. Nesta pesquisa, o referido termo foi empregado para se reportar àqueles alunos que concluíram algum curso de licenciatura ofertado pelo Instituto Federal Goiano.

De tal modo, compete ao professor muito mais que simplesmente transmitir conceitos e definições impressos em livros. A ele é atribuído também à transmissão do conhecimento para o aluno, não apenas teórico, mas atrelado à realidade que o circunda. Dessa forma, cabe ao professor, mediar princípios e saberes, a fim de mobilizar e estimular a criatividade do aluno, promovendo assim a construção das bases necessárias para seu desenvolvimento intelectual (AQUINO, 2007, p. 81).

Portanto, o professor tem uma nobre missão que é levar conhecimento, conduzir as inteligências jovens e preparar os cidadãos conscientes. Segundo Santos M. (1995b), formar o cidadão consciente significa saber o que o mundo é, e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e de cada pessoa no conjunto da sociedade humana.

A formação do cidadão pelo professor é ratificada no artigo 2º da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN), o qual evidencia, em relação aos princípios e fins da educação nacional, que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O professor é o grande agente do processo educacional, sendo ele a alma de qualquer instituição de ensino. Seu trabalho intervém na realidade social e reverte para o bem da sociedade.

As 10 cidades que apresentaram maior desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017, na rede pública, em ordem decrescente foram Sobral/CE (9,1), Serranópolis do Iguaçu/PR (8,7), Deputado Irapuan Pinheiro/CE (8,6), Milhã/CE (8,4), Ararendá/CE (8,3), Catunda/CE (8,2), Jijoca de Jericoacoara/CE (8,2), Santana da Ponte Pensa/SP (8,2), Sertaneja/PR (8,2), São José da Barra/MG (8,1) (BRASIL, 2018v). Estudos apontam que um dos fatores fundamentais para esse salto qualitativo na educação básica foi justamente a formação de professores (BRASIL, 2015f). Desse modo, percebe-se uma clara relação entre a formação de professores, a elevação da qualidade da educação básica e a consequente melhora nos índices educacionais de uma determinada região.

Assim, entendido a importância da educação, do professor e dos cursos de licenciatura e os investimentos realizados pelo poder público, tem-se como objetivo principal identificar se os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica.

Esta pesquisa segue ainda em consonância com a missão e com a função social do Instituto Federal Goiano, que respectivamente são promover educação profissional de

qualidade, visando à formação integral do cidadão para o desenvolvimento da sociedade e a democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária (BRASIL, 2015c).

Dessa forma, esta dissertação tem como problema de pesquisa: os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica?

Os objetivos específicos pesquisados que contribuiram para atingir o objetivo principal da dissertação foram:

- 1) Identificar se os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão trabalhando como professor depois de concluído o curso.
- 2) Apontar os motivos que fizeram os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano a cursar uma licenciatura.
- 3) Investigar junto aos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano quais são suas perspectivas em relação à carreira docente.

O tipo de pesquisa utilizada no trabalho foi um estudo exploratório com pesquisa quantitativa. Abrangendo como sujeitos os egressos oriundos das turmas de 2013 e 2014³ dos cursos de licenciatura do Instituto Federal Goiano: matemática, pedagogia, ciências biológicas e química. A pesquisa abrangeu 137 egressos, sendo que desses, 93 egressos, que correspondem à amostra da pesquisa, responderam os questionários.

Como procedimentos de pesquisa bibliográfica foram tabulados e separados livros, artigos, revistas científicas, periódicos, dissertações, teses, leis, decretos, pareceres e resoluções e ainda Projetos Políticos-Pedagógicos de Cursos (PPCs) de licenciatura do IF Goiano.

A pesquisa abrangeu os seguintes *campi* do IF Goiano: Urutaí, Morrinhos, Rio Verde, Ceres e Iporá. Foram encaminhados por *e-mail* para esses egressos questionários eletrônicos do *Google Forms* contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha; posteriormente os dados obtidos foram transcritos.

³ Os egressos das turmas de 2013 e 2014 concluíram o curso de licenciatura e se formaram respectivamente no ano de 2016 e 2017, com exceção do curso noturno de licenciatura em ciências biológicas do Campus Ceres que teve turma iniciada em 2014 (2º semestre) e concluída em 2018 (1º semestre) (BRASIL, 2018s).

Justificou-se o tema proposto para o trabalho, na medida em que ele vai diretamente ao encontro do que é preconizado em pelo menos quatro macro-objetivos específicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) 2007 - 2020:

- c) Aumento das oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade;
- d) Elevação do nível de escolaridade e redução drástica da taxa de analfabetismo do Centro-Oeste;
- f) Formação de um ambiente de inovação na economia regional com a ampliação das pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e empresários centro-oestinos;
- l) Aumento da capacidade de gestão do setor público regional, estados e municípios, para melhorar a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos, e garantir os resultados no desenvolvimento regional (BRASIL, 2007e, p. 151).

O tema converge ainda com o objetivo dos IFs, conforme artigo 7º da lei n. 11.892 (BRASIL, 2008) que institui como objetivo dos IFs, entre outros: ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica. Ainda, tal pesquisa é inédita na instituição, não existindo até o momento nenhum dado referente à situação do egresso formado nos cursos de licenciatura do IF Goiano que informe ou esclareça se, depois de formado, o egresso licenciado do IF Goiano efetivamente está ou não exercendo suas atividades profissionais dentro da área de formação acadêmica. Para a instituição, através dos resultados obtidos, poder-se-á delinear ações futuras junto aos seus alunos/egressos, e ainda quanto à estrutura curricular e a proposta pedagógica dos cursos de licenciatura. Dessa forma, o estudo pode contribuir ainda, para a atividade de planejamento das IES, especialmente do IF Goiano, para a oferta de cursos de licenciatura.

O tema objeto de estudo oferece várias possibilidades de problemática, todas atuais e de interesse não apenas acadêmico e científico, mas igualmente social, notadamente em vista de analisar a atuação dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano na respectiva área de formação acadêmica.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo foram apresentados conhecimentos teóricos que delineiam a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil e o IF Goiano. Foi descrito a criação e a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; a criação e as características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs); um histórico do IF Goiano, bem como a caracterização e a importância da instituição para a região.

No segundo capítulo foi dissertado sobre o ensino superior no Brasil. Foi feito um breve relato histórico do ensino superior brasileiro; suas características; os tipos de Instituições de Ensino Superior (IES); os tipos de autorizações necessárias para abertura e funcionamento de um curso superior; avaliação e os indicadores de qualidade de um curso superior, bem como os indicadores de qualidade de uma instituição; modalidades; e os tipos de cursos superiores existentes no país.

No terceiro capítulo foram descritos os cursos de licenciatura em atividade no Brasil; as características do e-MEC, assim como os cursos de licenciatura cadastrados nesse sistema. Nesse capítulo foram minuciosamente descritos e caracterizados os cursos de licenciatura ofertados pelo IF Goiano, foram apresentados suas características, *campi* ofertantes, objetivos do curso, área de atuação do profissional, perfil profissional, perfil do egresso, e ainda a justificativa para implantação e funcionamento do curso na instituição e no campus ofertante.

No quarto capítulo foi realizada a caracterização metodológica da pesquisa, que se trata de um estudo exploratório com uma pesquisa quantitativa.

No quinto capítulo foram apresentados os resultados, análises e discussões dos dados obtidos por meio dos questionários que foram encaminhados aos egressos.

Por fim, foram feitas as considerações finais, incluindo sugestões de melhoria.

1 A REDE FEDERAL DE ENSINO E O IF GOIANO

Neste capítulo, primeiramente foi realizada uma breve descrição sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Objetivando contextualizar o surgimento e a evolução do modelo político-pedagógico no Brasil, no que se refere ao processo de implantação e expansão da rede, foi descrito a criação dos Institutos Federais (IFs) e a subsequente criação do IF Goiano no estado de Goiás, tornando-se necessário a apresentação de um breve histórico desta modalidade de educação profissional no país.

1.1 A criação e a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

No âmbito do sistema federal de ensino, as instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, em grande parte, das 19 Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha (BRASIL, 1909). Sobre esse fato, Kuenzer (2002, p. 27) afirma que a formação profissional como responsabilidade do estado inicia-se no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios, nas diferentes unidades da federação.

Segundo o MEC (BRASIL, 2010a), a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices tinha como objetivo fornecer meios às classes menos favorecidas para que pudessem garantir o seu sustento e oferecer oportunidades de qualificação profissional, contribuindo para um controle social através de uma política de caráter moral-assistencialista. O objetivo do governo era atender às demandas do setor produtivo, em um momento de desvio do eixo da atividade agroexportadora para a industrial, mais precisamente no período entre 1930 e 1945, fomentando o desenvolvimento do capitalismo industrial da nação, com forte apoio estatal, através da formação de cidadãos úteis à nação, ou seja, mão de obra qualificada (BRASIL, 2010a). O documento ainda reitera:

A existência das escolas públicas profissionalizantes, de forma explícita, vai ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento. Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando, de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou a sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno no que concerne a

sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção (BRASIL, 2010a, p. 10).

Essas instituições, inicialmente vinculadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, foram transferidas em 1930 para a supervisão do Ministério da Educação e Saúde Pública. Sete anos depois, foram transformadas nos Liceus Industriais. Em 1942, um ano após o ensino profissional ser considerado de nível médio, por meio do Decreto n. 4127, esses Liceus passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (PACHECO, 2011). Assim, as escolas passaram a oferecer uma formação profissional em nível equivalente ao secundário, iniciando formalmente a inserção do ensino industrial à rede de ensino de todo o país. De acordo com Kuenzer (1991, p.7), todas as escolas criadas em 1909 passam a oferecer cursos técnicos, além dos cursos industriais básicos e dos cursos de aprendizagem.

Em 1959, as Escolas Técnicas Federais, passaram a se configurar como autarquias. Ao longo desse tempo, constituiu-se uma rede de escolas agrícolas: as Escolas Agrotécnicas Federais, com base no modelo escola-fazenda, estando essas vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas-fazendas passaram a se vincular ao MEC, tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, transformaram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), passando a se equiparar, no âmbito da educação superior, aos centros universitários (PACHECO, 2011). De acordo com o MEC, essa mudança proporcionou a essas instituições a possibilidade de atuação em níveis mais elevados da formação profissional, pois com a criação da LDBEN em 1971, todo currículo de segundo grau foi convertido em técnico-profissional, aumentando expressivamente o número de matrículas e a implantação de novos cursos técnicos (BRASIL, 2010a).

Durante a década de 1990, começou a surgir uma preocupação de algumas dessas instituições em promover uma reforma curricular que não se limitasse apenas a novos currículos técnicos, mas também à formação de uma política que se alinhasse às demandas regionais e locais (BRASIL, 2010a).

Em 1994 foi criada a lei n. 8.948, que instituiu no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando as Escolas Técnicas Federais em Cefets e abrindo caminho para a integração das Escolas Agrotécnicas Federais nesse processo (BRASIL, 1994). Nesse contexto, foram iniciadas as ações para a constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 20 de novembro de 1996 foi criada a lei n. 9.394 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Em

1997, o Decreto n. 2.208 (BRASIL, 1997) regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) (BRASIL, 2010a).

Já em 1998, o governo federal proibiu a construção de novas escolas federais. Simultaneamente, uma série de atos normativos direcionou essas instituições para a oferta predominante de cursos superiores e, contraditoriamente, ensino médio regular, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos Estados e da iniciativa privada (BRASIL, 2010a).

No ano de 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Cefets foi retomado pelo governo federal (BRASIL, 2010a).

De acordo com o MEC (BRASIL, 2010a), apesar da resistência dessas instituições, a separação da educação técnica do ensino médio e a orientação para a educação superior acentuaram as segmentações existentes. Grande parte do esforço pedagógico passou a ser concentrado no acompanhamento dos cursos de ensino médio com o objetivo de preparar candidatos de excelência para o ensino superior. De outro lado, a oferta no nível superior oscilava entre propostas com viés mais acadêmico, em especial nas engenharias, e cursos superiores de tecnologia cada vez mais fragmentados.

No ano de 2004, iniciou-se a reorientação das políticas federais para a EPT. Primeiro, com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, seguida em 2005, da alteração na lei que vedava a expansão da rede federal (BRASIL, 2010a).

Em 2005, antes do início da expansão programada, a rede federal contava com 144 unidades de ensino distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma universidade tecnológica e seus *campi*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais, além do Colégio Pedro II / RJ (BRASIL, 2010a).

Esse ensino técnico teve ênfase numa época em que o Brasil, em franco desenvolvimento agrícola e industrial, necessitava ampliar seu contingente de mão de obra técnica especializada. Logo, a EPT assumiu valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações das últimas décadas (BRASIL, 2010a).

Em 2006 foi criado o Decreto n. 5.773 que dispunha sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (BRASIL, 2006a). Em 2007, foi criado o Decreto n. 6.302 que instituiu no âmbito do MEC, o Programa Brasil Profissionalizado, com o intuito de estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a

educação científica e humanística, através da articulação entre a formação geral e a educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL, 2007b).

1.2 A criação e as características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT)

No ano de 2007, foi criado o Decreto n. 6.095, que estabelecia as diretrizes de integração das instituições federais de educação tecnológica, as quais fizeram nascer os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECTs), compondo assim a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2007a).

Por meio da lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC, nasceu o Instituto Federal Goiano, juntamente com outros 37 IFs, a Universidade Tecnológica e Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG) e 25 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

De modo que, segundo o MEC (BRASIL, 2016a), os 38 IFs encontram-se presentes em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos de qualificação, ensino técnico integrado ao médio, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura.

Esses novos IFs geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro, estruturados a partir do potencial instalado nos Cefets, escolas técnicas e escolas vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2016a).

A lei n. 11.892, de 29/12/2008, estabelece as finalidades e características dos IFs em seu artigo 6º:

- I - ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiares regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no

mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

A referida lei estabelece ainda em seu artigo 7º, os seguintes objetivos dos IFs:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

De tal modo, o foco dos IFs é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias. Essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Destaca-se, entre outros, o objetivo de ministrar em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de

formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

1.3 Histórico, caracterização e a importância do IF Goiano para a região

De acordo com o disposto na lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o estado de Goiás ficou com dois Institutos: o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e o Instituto Federal de Goiás (IFG). O IF Goiano integrou os antigos Cefets de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Morrinhos, assim como a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE); todos provenientes de antigas escolas agrícolas (BRASIL, 2015h).

O IF Goiano é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. Oferece educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em EPT nas diferentes modalidades de ensino (BRASIL, 2015h).

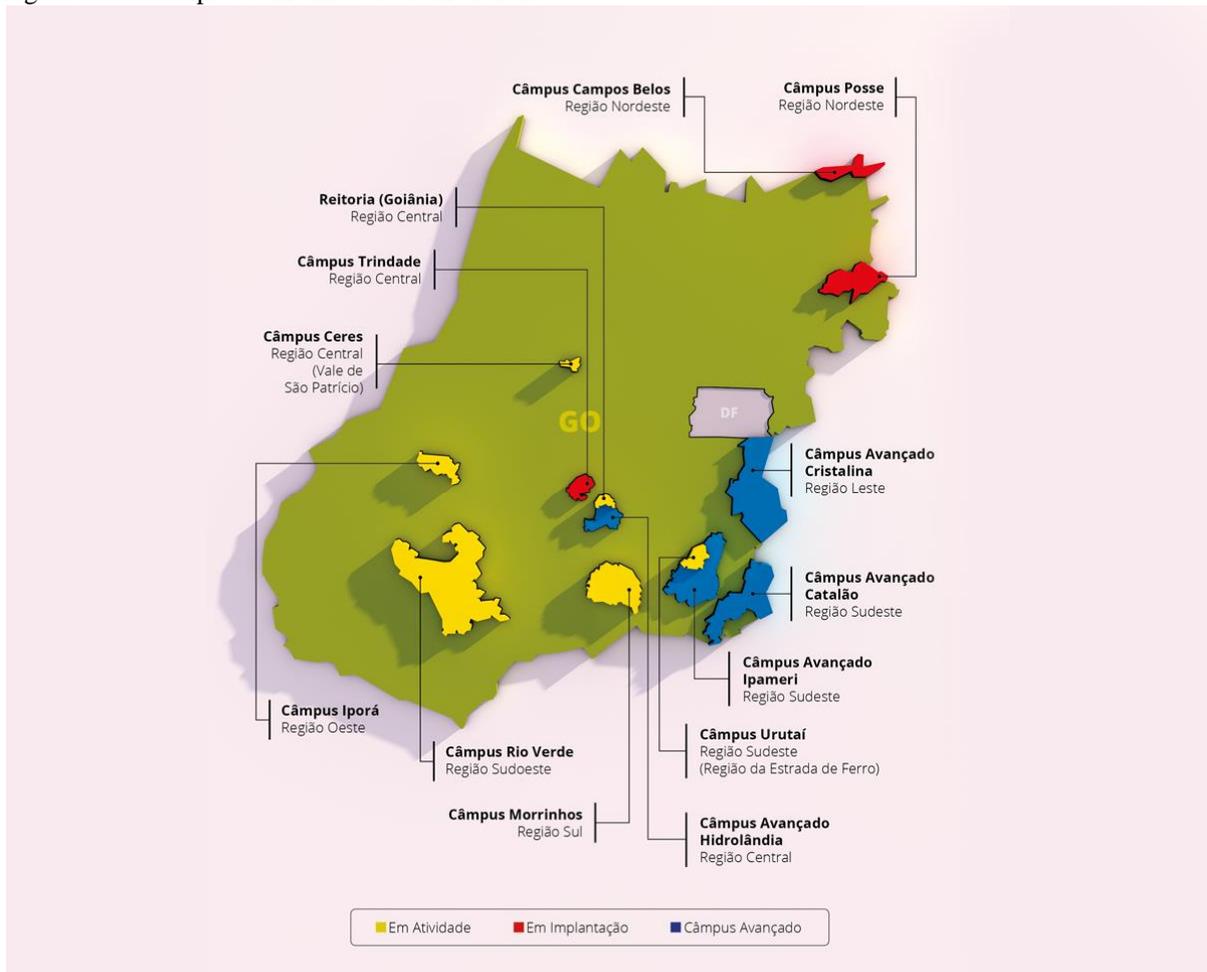
Na educação superior prevalecem os cursos de tecnologia, especialmente na área de agropecuária, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IF Goiano atua preferencialmente na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A instituição atua também na pós-graduação, com a oferta de cursos de mestrado acadêmico e profissional, sendo o único Instituto Federal do país a ofertar um curso de doutorado, na área de Ciências Agrárias - Agronomia (BRASIL, 2015h).

Ademais o IF Goiano aderiu à Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) e passou a ofertar, desde 2012, sete cursos técnicos na modalidade semi-presencial, segundo os pressupostos da Educação a Distância (EaD). O IF Goiano oferta cursos em EaD em todas as microrregiões geográficas do estado de Goiás, atingindo mais de 60 municípios que firmaram parceria para abertura de 55 pólos de EaD (BRASIL, 2015h).

Como órgão de administração central, o IF Goiano tem sua reitoria instalada na capital do estado de Goiás, Goiânia. Essa é constituída por cinco pró-reitorias: Pró-reitoria de Administração (Proad), Pró-reitoria de Ensino (Proen), Pró-reitoria de Extensão (Proex), Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Proppi), e Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) (BRASIL, 2015h).

A instituição possui 8 *campi* instalados nas cidades de Morrinhos, Urutaí, Rio Verde, Ceres, Campos Belos, Iporá, Posse e Trindade. Além desses, possui 3 *campi* avançados nas cidades de Catalão, Ipameri e Hidrolândia e mais o campus em implantação de Cristalina, totalizando doze unidades em Goiás, e ainda um Pólo de Inovação na cidade de Rio Verde (Rede Arco Norte), conforme demonstrado na Figura 1 (BRASIL, 2016d).

Figura 1 ó Municípios com unidades do IF Goiano



Fonte: BRASIL (2016d).

Em 2017, o IF Goiano conquistou o credenciamento da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Essa possui como objetivo o fomento da cooperação entre instituições de pesquisa tecnológica e a indústria. O Pólo do IF Goiano contará com projetos desenvolvidos a partir de demandas do setor agroindustrial e serão financiados com recursos de empresas interessadas e da própria Embrapii. O IF Goiano contribuiu com esse investimento por meio da oferta de laboratórios, horas de trabalho dos pesquisadores, bolsas para alunos, entre outros (BRASIL, 2017d).

O IF Goiano tem como missão buscar promover educação profissional de qualidade, visando à formação integral do cidadão para o desenvolvimento da sociedade. Como visão, busca consolidar-se como instituição de referência nacional na promoção de educação profissional verticalizada. A instituição tem como valores: a ética, o respeito à diversidade e ao meio ambiente, o comprometimento, a gestão democrática, a transparência, a integração e a excelência na atuação (BRASIL, 2015c). O que reforça o conceito de Frigotto e Ciavatta (2004) que destacam que as instituições não podem se voltar apenas para funções atreladas ao produtivismo dos mercados de trabalho, mas também em função da formação do homem para a cidadania.

Como órgãos colegiados, o IF Goiano possui o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes. O primeiro é o órgão máximo da instituição e tem caráter consultivo e deliberativo, de acordo com o estatuto do IF Goiano. Entre outras competências, cabe ao Conselho Superior aprovar as diretrizes para a atuação do instituto e zelar pela execução de sua política educacional. O colegiado é composto por dois titulares e dois suplentes dos segmentos discente, docente, técnico-administrativo, egressos, sociedade civil, diretores gerais e ainda pelo reitor e por um representante do MEC, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). O Colégio de Dirigentes é o órgão de apoio ao processo decisório da reitoria e tem caráter consultivo. É composto pelo reitor, como presidente, e pelos pró-reitores e diretores-gerais dos *campi*, como membros. Entre suas competências estão apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; propor ao Conselho Superior a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional da instituição; apreciar e recomendar o calendário de referência anual; apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão e apreciar os assuntos de interesse da administração do IF Goiano a ele submetido (BRASIL, 2016e).

2 ENSINO SUPERIOR

2.1 Um breve histórico do ensino superior no Brasil

Segundo Queiroz et al., com a chegada dos padres jesuítas a partir da segunda metade do século XVI, foram introduzidos no Brasil cursos de filosofia e teologia. No entanto, tais cursos eram ainda muito mais voltados para a doutrinação de novos cristãos do que para a criação de um pensamento crítico (QUEIROZ et al., 2013).

Em função da expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, surgiram então novos métodos de ensino. Os colégios jesuítas foram fechados e substituídos pelas chamadas aulas régias, as quais dispunham de um currículo mais abrangente, com matérias como grego, aritmética, desenho, entre outras. Ainda, essas aulas eram quase todas independentes, funcionando em locais distintos e ministradas por mestres nomeados (QUEIROZ et al., 2013, p. 351).

A ideia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desse modelo de ensino. O projeto elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas, e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior. No entanto, como no período colonial Portugal não permitia que o Brasil dispusesse de universidades, a formação do núcleo de ensino superior só teve início com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, tendo seu desenvolvimento voltado para a formação profissional sob o controle do Estado. O modelo adotado combinou o objetivo da Reforma Pombalina em Portugal, que visava libertar o ensino dos entraves conservadores tidos como responsáveis pelo atraso do país em relação aos demais europeus, e o modelo Napoleônico, que contemplava a separação entre o ensino e a pesquisa científica (TEIXEIRA, 1989).

Em 1808, ocorre a vinda da família real para o Brasil, momento este considerado um marco para o ensino superior no país, uma vez que foi a partir desse evento que foram fundadas as primeiras escolas de ensino superior no país (MATTOS, 1983). Nesse período, perdurava a economia agrícola no Brasil, de modo que a educação ainda não era considerada uma questão relevante nas políticas públicas do Estado, pois não se fazia tão necessária para o exercício da profissão. Nessa época, a educação não exercia papel relevante na qualificação dos trabalhadores, conseqüentemente o analfabetismo da população era altíssimo (ROMANELLI, 2008).

Tendo D. João VI como rei, o país ganhou um conjunto de obras formado por academias, onde eram realizados cursos e ministradas aulas régias, além de um museu e uma biblioteca pública. Segundo Boaventura (2009), nesse período,

Criaram-se cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, como subproduto, formar profissionais liberais. Tratava-se de cursos que preparavam os funcionários públicos com as Academias Militar e de Marinha e cursos de Medicina, Cirurgia, Matemática, Agricultura e outros (BOAVENTURA, 2009, p. 130).

Ressalta-se que, nesse período, não existia ensino superior para as áreas pedagógicas, de humanas ou de ciências, o que prejudicava, de tal modo, a formação de docentes. Segundo Anísio Teixeira (1989, p. 73),

[...] a falta de estudo superior de tipo acadêmico havia de tornar extremamente precária a formação dos professores [...]. Sabemos que todo sistema de educação, em seus diferentes níveis de estudos e em seus diferentes currículos e programas, só pode ensinar a cultura que na universidade ou nas escolas superiores do país se produzir. Não seria possível um curso secundário humanístico ou científico sem que a universidade ou as escolas superiores tivessem estudos humanísticos ou científicos avançados. Como só teve o Brasil, no nível superior, escolas profissionais de saber aplicado, o seu ensino secundário acadêmico de humanidades e ciências teria de ser inevitavelmente precário e deficiente, como sempre foi durante essa longa experiência de ausência da universidade ou das respectivas escolas superiores para licenciar os docentes (TEIXEIRA, 1989, p. 73).

No ano de 1808, foram criadas as Escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. Em 1810, foi fundada a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Seguiram-se o curso de agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura e Escultura (CUNHA, 2007).

Com a independência política do país, em 1822, não houve grandes alterações no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades. Após 1850 observou-se uma discreta expansão do número de instituições educacionais com a consolidação de alguns centros científicos como o Museu Nacional, a Comissão Imperial Geológica e o Observatório Nacional. A ampliação do ensino superior, limitado às profissões liberais em poucas instituições públicas, era dominada pela capacidade de investimentos do Governo Central e dependia de sua vontade política. Foram propostos 24 projetos para a criação de universidades entre o período de 1808 a 1882, no entanto nenhum foi aprovado (TEIXEIRA, 1989).

Até a Proclamação da República, em 1889, o ensino superior brasileiro desenvolveu-se muito lentamente; seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de garantir prestígio social. Vale ressaltar que o caráter não universitário do ensino não constituía descrédito para a formação superior, uma vez que o nível dos docentes deveria se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração (MATTOS, 1983).

Após a Proclamação da República, ocorreu a expansão das IES no Brasil. No entanto, o Estado ainda não tinha consciência da importância estratégica da educação superior para o desenvolvimento do país (QUEIROZ, 2013; SARMENTO, 1996).

Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de apenas 10.000 estudantes. A partir de então, a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior devido à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas. O sistema educacional paulista surgiu nessa época e representou a primeira grande ruptura com o modelo de escolas submetidas ao controle do Governo Central. No decorrer dos 30 anos seguintes, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, passando de 24 escolas isoladas para 133, sendo 86 dessas criadas na década de 1920 (TEIXEIRA, 1989).

Em decorrência da crise econômica ocorrida ao longo da década de 1920, com o êxodo rural, o enfraquecimento da economia com a quebra da Bolsa de Nova York, e, principalmente, a ascensão do capitalismo industrial, novas formas de educação passaram a ser demandadas (QUEIROZ, 2013; SARMENTO, 1996).

Esse novo cenário propiciou o surgimento de instituições universitárias, de maneira que, a partir da junção de três faculdades federais do Rio de Janeiro, surgiu então a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) (BOAVENTURA, 2009). Boaventura (2009) afirma que

A forma universitária da educação superior só se efetivou nas comemorações da independência, em 1920. O governo federal instituiu a primeira universidade pela reunião das três faculdades federais existentes no Rio de Janeiro: Medicina, Direito e Engenharia. Surgiu, dessa maneira, a primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, na então capital do país. Foi na reunião de faculdades, escolas e institutos que se encontrou a maneira de organizar as universidades (BOAVENTURA, 2009, p. 80).

Na década de 1920, o debate sobre a criação de universidades não se restringia mais a questões estritamente políticas (grau de controle estatal) como ocorria no passado; passou a envolver o conceito de universidade e suas funções na sociedade. As funções definidas eram as de abrigar a ciência, os cientistas e promover a pesquisa. Nesse período, o país contava com cerca de 150 escolas isoladas e as únicas 2 universidades existentes, a do Paraná e a do Rio de Janeiro, não passavam de aglutinações de escolas isoladas (TEIXEIRA, 1989).

Nesse período foi criado o Ministério da Educação e Saúde, em 1930, o Conselho Nacional de Educação, em 1931, e foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras. Esse estatuto oficializava a universidade como instituição pública (federal, estadual ou municipal) e privada (BOAVENTURA, 2009).

Com base nesse contexto, o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu, em 1931, uma ampla reforma educacional, que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do Brasil), a qual autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades, inclusive a cobrança de anuidade nas instituições públicas, uma vez que o ensino público não era gratuito naquela época. Foi determinado que a universidade deveria se organizar em torno de um núcleo constituído por uma Escola de Filosofia, Ciência e Letras. Apesar da reforma representar um avanço, ela não atendia uma das principais reivindicações do movimento da década de 1920, que era não dar exclusividade pública ao ensino superior, e ainda permitir o funcionamento de instituições isoladas (TEIXEIRA, 1989).

O período entre 1931 e 1945 caracterizou-se pela intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação. Em troca do apoio ao novo regime, o governo ofereceu à igreja católica a introdução do ensino religioso facultativo no ciclo básico; o que de fato ocorreu a partir de 1931. Entretanto, as ambições da igreja católica eram bem maiores, culminando com a iniciativa da criação de suas próprias universidades na década seguinte (TEIXEIRA, 1989).

Em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, considerado um marco no processo de renovação educacional do país e na maneira como o Estado se relacionava com a educação. Surgiu então o movimento denominado Escola Nova, o qual recomendava que o Estado assumisse o controle da política educacional, que as escolas deveriam ser públicas, gratuitas, únicas, obrigatórias e laicas, exigia a implementação de um plano educacional amplo e integral, levando em consideração o respeito à individualidade do sujeito e suas diversidades (BOAVENTURA, 2009).

Segundo o mesmo autor, esse foi um período marcado pela crescente demanda social por educação, pelo início dos debates da LDBEN e pelas disputas ideológicas pelo controle da

educação entre aqueles que se denominavam reformadores (a favor da escola pública e da democratização do ensino) e conservadores (defendiam interesses privatistas).

Em 1933, o setor privado respondia por 64,4% dos estabelecimentos e 43,7% das matrículas do ensino superior. Tais proporções se mantiveram até a década de 1960, uma vez que a expansão do ensino privado foi contrabalançada pela criação das universidades estaduais e pela federalização com anexação de instituições privadas (TEIXEIRA, 1989).

De acordo com Boaventura (2009), como resposta ao movimento Escola Nova, o tema da educação passou a fazer parte da agenda pública do governo e, posteriormente, passou a integrar um capítulo próprio na Constituição de 1934 e de 1937.

O período situado entre meados da década de 1940 e o final da década de 1960 foi marcado por lutas do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. O foco era a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a reforma da universidade. As principais críticas ao modelo universitário eram a instituição da cátedra, a compartimentalização devida ao compromisso com as escolas profissionais da reforma de 1931, que resistiam à adequação e mantinham a autonomia, e o caráter elitista da universidade. O catedrático vitalício, com poderes de nomeação ou demissão de auxiliares, era tido como empecilho à organização de uma carreira universitária, passando de tal modo, a simbolizar a rigidez e o retrógrado. O elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população, principalmente das classes mais privilegiadas. O que se pretendia era a extinção da cátedra, com organização departamental dependente de decisões democráticas. Esse debate permeou a discussão da LDBEN, aprovada pelo Congresso no ano de 1961, que de maneira diversa da reforma de 1931, não insistia que o ensino superior deveria organizar-se preferencialmente em universidades (TEIXEIRA, 1989).

Em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a lei n. 4.024, a LDBEN, prevalecendo o modelo político conservador (BRASIL, 1961). De tal modo, para os reformadores, essa LDBEN de 1961 representou uma derrota e foi considerada uma vitória dos defensores da iniciativa privada. Apesar das expectativas, a LDBEN não apontou soluções para os problemas que assolavam a educação, como os altos índices de evasão escolar e as altas taxas de analfabetismo, sobretudo, nas cidades do interior do país. Dessa forma, o Estado continuava a evitar tomar para si a responsabilidade da educação, como tinham sugerido os teóricos do movimento Escola Nova (QUEIROZ et al., 2013).

Nesse período, o país passava por uma onda populista com a implantação do Estado Novo e clamava por reformas capazes de impulsionar seu desenvolvimento. Nesse sentido, de acordo com Cunha (2007 apud QUEIROZ et al., 2013, p. 352), a Reforma Universitária se daria pela modernização do ensino superior e a sua reorientação pedagógica em função dos interesses populares.

Segundo Queiroz et al. (2013), no âmbito da educação superior, a LDBEN trouxe como inovação:

[...] a preocupação com a regulamentação dos mecanismos de expansão do ensino superior, estabelecendo as três instituições que poderiam decidir acerca da criação de novos cursos: as universidades, que gozavam de autonomia; os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação o CFE (QUEIROZ et al., 2013, p. 353).

A Câmara de Educação Superior seria responsável por analisar questões relacionadas à aplicação da legislação referente à educação superior, decidir sobre o reconhecimento de universidades, promover sindicâncias, estabelecer o currículo mínimo e o currículo dos cursos de ensino superior, entre outras atribuições (QUEIROZ et al., 2013).

Ressalta-se que, embora nesse período o sistema de ensino superior tivesse sofrido uma ampliação gradual, a demanda por tal ensino ainda era bem maior que a oferta (QUEIROZ et al., 2013).

Analisando a situação dos alunos brasileiros inseridos no ensino superior, a população brasileira passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de quase 70%) no período de 1940 a 1960, sendo que o número de matrículas no ensino superior triplicou. Em 1960, existiam 226.218 universitários, dos quais 93.202 eram do setor privado, e 28.728 excedentes, aprovados no vestibular para universidades públicas, porém não puderam ser admitidos por falta de vagas (CUNHA, 1975). Já no ano 1969, os excedentes somavam 161.527. A pressão da demanda levou a uma grande expansão no ensino superior no período de 1960 a 1980, com o número de matrículas passando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão. Ressalta-se que a opção do setor público por universidades que aliassem o ensino à pesquisa elevou os custos do ensino público, o que restringiu sua capacidade de expansão, e abriu espaço para o setor privado atender a demanda não absorvida pelo Estado. Apesar da exigência legal da Reforma de 1968 estabelecer o modelo único de ensino superior com a indivisibilidade do ensino e da pesquisa, na prática o sistema expandiu-se mediante a proliferação de estabelecimentos isolados e poucas foram as universidades que conseguiram instituir a produção científica (SAMPAIO, 1999).

Fundamentado pelo Parecer CFE 92/63, o governo federal publicou a Portaria n. 4.163/63, estabelecendo normas para autorizar o funcionamento das instituições de nível superior e definindo requisitos mínimos para o seu reconhecimento. Tais exigências favoreceram de certa forma, a criação de novos cursos e a abertura de novos estabelecimentos privados nos anos seguintes (QUEIROZ et al., 2013).

O regime militar de 1964 implementou um novo projeto educacional sob a recomendação da Aliança para o Progresso, programa político criado para enfrentar os supostos perigos trazidos pelas ideias comunistas, que começavam a se espalhar pelo mundo (SAMPAIO, 1991). A ditadura também desmantelou os movimentos estudantis e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como focos de subversão. Ocorreu o expurgo de importantes lideranças do ensino superior e a expansão do setor privado, sobretudo a partir de 1970 (SAMPAIO, 1999).

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o governo iniciou a implementação de uma nova reforma educacional, na qual foi priorizada a formação técnica e a educação primária, além de realizar vultosos investimentos no sistema público de educação superior, visando atender a uma pequena parcela da população dos grandes centros urbanos. Como afirma Macedo (2005), é inegável que, apesar de sua natureza autoritária, antidemocrática e centralizadora, a reforma implementou, em meio a medidas de discutível mérito, algumas inovações importantes (MACEDO, 2005, p. 129).

Nesse período ocorreram diversas mudanças nas IES, dentre elas a reformulação dos exames vestibulares e a criação de uma carreira universitária baseada no mérito acadêmico.

A Reforma Universitária de 1968 inspirou-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade das décadas anteriores, uma vez que instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, criou os institutos básicos, organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, alterou o exame vestibular, aboliu a cátedra, tornou as decisões mais democráticas, institucionalizou a pesquisa e centralizou as decisões em órgãos federais (SAMPAIO, 1999). A Reforma, em seu artigo 2º, explicitava o caráter inerente existente entre o ensino e pesquisa, pelo fato de o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado (BRASIL, 1968).

Foram realizadas ainda mudanças na estrutura curricular das escolas e disciplinas como sociologia, filosofia e psicologia, tornaram-se dispensáveis e as disciplinas de educação moral e cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foram introduzidas como obrigatórias. Além disso, foram criadas as Escolas Técnicas, o Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (MARTINS, C., 2018).

De acordo com Sebastião Santos (2010), essa nova política educacional conseguiu ampliar, de certa forma, a oferta educacional e a frequência escolar, e ainda reduziu o índice de analfabetismo. No entanto, tal política foi responsável por uma notória queda do padrão de qualidade da educação e também não conseguiu causar um impacto relevante, considerando o total da população do país.

A política educacional realizada entre o período de 1964 e 1985, sob a ótica da democratização de oportunidades, conseguiu ampliar a oferta da educação, contudo conforme explanado, não deu a mesma atenção para a qualidade dessa educação. Tal política praticamente voltou-se para o ensino tecnicista, apesar de ter promovido algumas reformas no âmbito da educação superior. Foi ainda utilizada como meio para patrocinar, com recursos públicos, as instituições educacionais privadas. A realidade é que essa educação era massiva e não considerava as realidades e as necessidades dos estudantes, ocasionando, assim, sérios problemas quanto aos resultados (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998).

Na década de 1970, a política governamental voltou-se mais para o incentivo da pós-graduação e da capacitação docente (SAMPAIO, 1999).

Enquanto que, na década de 1980, com a redemocratização do país, surgiram novos debates em torno da reformulação da política educacional. Foi criado então, no governo de José Sarney, o plano chamado Programa Educação para Todos, cuja proposta pedagógica era fundamentada no Método Paulo Freire, que pregava uma educação contextualizada, baseada na realidade do educando. Essa nova política educacional trazia, como principais medidas, a concessão de bolsa de estudos para alunos de baixa renda, a distribuição de livros didáticos e o programa de merenda escolar (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998).

No âmbito da educação superior, foi criado o Programa Nova Universidade (PNU), visando promover uma renovação no ensino superior, fundamentado no pluralismo e na diversidade. O objetivo principal desse programa consistia em melhorar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito das IES, estando dividido em duas partes: uma que abarcava projetos mais abrangentes, tais como melhorias de bibliotecas, cooperação acadêmica, projetos de apoio ao desenvolvimento do ensino superior, entre outros; e outra parte que consistia na área de fomento, a fim de apoiar exclusivamente os projetos propostos pelas IES e que, também, seriam executados por elas (BRASIL, 1985).

Apesar dos esforços, a implementação desse programa não se deu de forma satisfatória e foi bastante criticado, sobretudo, devido a seu caráter ômercadológico. Segundo Tavares

(1997, p. 53), "[...] o PNU parece ter representado uma estratégia de introduzir o procedimento da negociação de recursos caso a caso, entre as instituições e a SESu - o que, sem sombra de dúvida, aumenta o poder de barganha política do Ministério".

A partir da década 1980 observou-se uma redução progressiva da demanda para o ensino superior em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e também devido à frustração das expectativas da clientela em potencial (TAVARES, 1997).

Na década de 1990, segundo esse mesmo autor, a educação superior brasileira entrou em um período de acentuada decadência, ocasionada, principalmente, pela redução de investimento público no sistema universitário. Simultaneamente, houve uma expansão muito rápida do ensino médio, o que aumentou a quantidade de pessoas aptas a cursarem o ensino superior.

Nessa década, a relação de egressos do segundo grau e as vagas oferecidas no ensino superior era de 1/1 na região sul e sudeste, 1/1,3 no centro-oeste, e de 1/2,5 no norte e nordeste (SAMPAIO, 1999). Enquanto que, em 1980 cerca de 11% das vagas oferecidas nos cursos superiores não eram preenchidas, em 1990 a proporção passou para 19%. Entre os anos de 1985 e 1993 a oferta no ensino superior manteve-se relativamente estável, em torno de 1,5 milhão de vagas oferecidas. A interiorização do ensino superior iniciada na década de 1950 acentuou-se, tendo como um dos motivos básicos a criação de facilidades e a busca de alunos. Outra resposta à estabilidade da demanda foi a ampliação acentuada do número de cursos e a fragmentação de carreiras pelo setor privado para colocar novas ofertas no mercado e com isso atrair alunos. Essa fragmentação das carreiras, em várias áreas do conhecimento, tornou os cursos menos dispendiosos (CARDOSO; SAMPAIO, 1994).

Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato que, a partir desse momento, esse tipo de ensino passou a destinar-se também a atender às massas e não mais exclusivamente à elite. Em um estudo realizado na década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60% (CARDOSO; SAMPAIO, 1994).

Segundo Garcia (1997 apud MARTINS, A., 2002), na década de 1990, a proporção de jovens entre 20 e 24 anos que ingressaram no ensino superior correspondia a 11,4%, colocando o Brasil em 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a

Nicarágua e Honduras. Essa posição não está condicionada pela falta de vagas no ensino superior, mas sim pelo número de egressos do ensino secundário.

O governo federal tomou medidas pontuais apropriadas a fim de reverter tal quadro, porém essas tem se mostrado por si só insuficientes. Dentre tais medidas estão o aumento do número de vagas no ensino fundamental e oferta de bolsas-escola. As próprias restrições governamentais à reprovação no ensino fundamental, se bem compreendidas pelos professores dos respectivos níveis e percebidas como incremento de suas responsabilidades na recuperação dos alunos a que estão sujeitos, representam uma tentativa de implementar a escolaridade da população e de ampliar o número de egressos dos cursos secundários (GARCIA, 1997, apud MARTINS, A., 2002).

Em 1996, a nova LDBEN (lei n. 9.394/96) introduziu mudanças no ensino superior do Brasil. Além de definir o processo regular de avaliação dos cursos de graduação, condicionou o seu credenciamento e credenciamento ao desempenho mensurado por meio de avaliações periódicas e sistemáticas (BRASIL, 1996).

O aumento da demanda pela educação superior e as políticas de expansão do setor privado adotadas pelo governo federal, ocasionaram um aumento sem precedentes do número de instituições particulares de ensino superior em todo o país (QUEIROZ et al., 2013).

Conforme afirma Queiroz et al. (2013, p. 358),

As transformações ocorridas no ensino superior brasileiro diante das mudanças originadas pela nova LDB, de 1996, e a consequente abertura de um mercado com uma elevada demanda reprimida, criaram um ambiente de oportunidades no mercado de ensino superior que se tornou progressivamente competitivo no setor privado.

Diante desse cenário, em 2001, o governo federal criou, através da lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), visando reestruturar as instituições públicas de ensino, incluindo as IES. De tal forma, além das diretrizes, objetivos e metas que norteariam os planos educacionais dos estados, municípios e do Distrito Federal, o documento trouxe também um diagnóstico da situação em que se encontravam as instituições públicas de ensino nos diferentes níveis, até aquele período (BRASIL, 2001a).

O Plano previa, como principais metas e objetivos para a educação superior:

- 1 - Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos [...].
- 3 - Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.

4 - Estabelecer um amplo sistema interativo de Educação a Distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.

5 - Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas [...].

7 - Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível, nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa [...].

12 - Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais [...].

19 - Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino (BRASIL, 2001a, item 4.3).

O PNE (2001-2011) trouxe desafios inovadores à educação superior brasileira, tais como a expansão da educação superior no país, inclusive na modalidade a distância, aumento do número de vagas nas instituições, além de instituir mecanismos de inclusão e acesso para a população, e previa também programas para a educação continuada dos professores (BRASIL, 2001a).

O PNE era constituído ainda por um sistema de financiamento para o setor público, voltado para as instituições comunitárias sem fins lucrativos e para as instituições com programas especiais de titulação e capacitação de docentes. O Plano também promovia a concessão de bolsas, para estimular programas de assistência estudantil, além de utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia, para consolidar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa (BRASIL, 2001a).

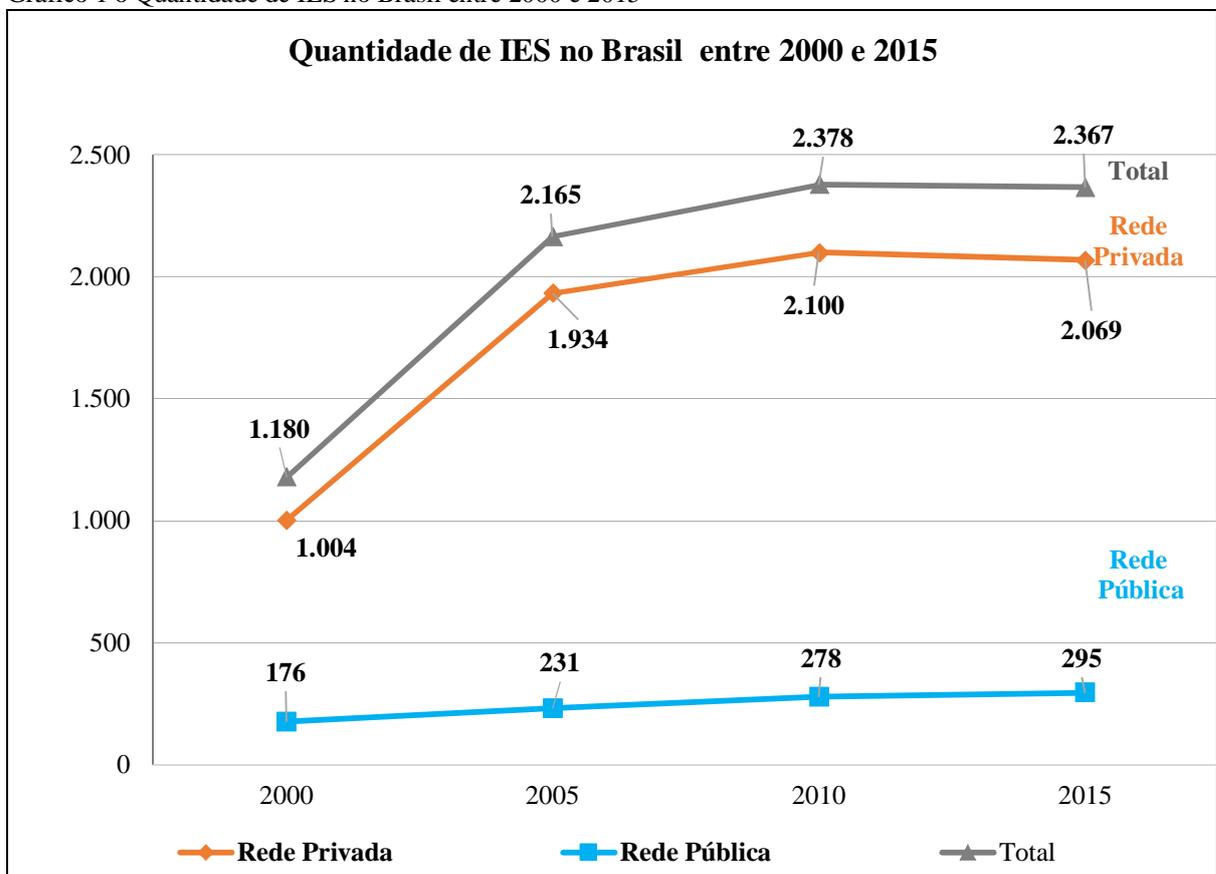
Contudo, para Dourado (2002), o PNE não atendeu às reivindicações da sociedade, e revelou-se como uma política muito mais preocupada com a ampliação da educação superior do que propriamente com a qualidade da educação.

A proposta de PNE do MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aprovada na contramão de intensa mobilização da sociedade civil, é reveladora dos seguintes indicativos de políticas para a educação superior: diversificação do sistema por meio de políticas de expansão da educação superior, não-ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação ampliação do crédito educativo envolvendo recursos estaduais, ênfase no papel da Educação a Distância. Destacam-se, ainda, no referido documento, a ausência de mecanismos concretos de financiamento para a efetivação das medidas, o que, certamente, resultará na concretização de novos formatos de privatização desse nível de ensino, respaldada pela interpenetração entre as esferas pública e privada (DOURADO, 2002, p. 242).

Ressalta-se que os objetivos definidos no PNE para o período de 2001 a 2011 não foram alcançados em sua totalidade. No entanto, os investimentos na educação superior na década de 1990 foram importantes para o país, visto que, com a expansão do ensino superior, sobretudo, no setor privado, ampliou-se, também, o número de vagas oferecidas por essas instituições, nas modalidades presencial e a distância (DOURADO, 2002).

O Gráfico 1 demonstra o número de IES no Brasil no período de 2000 a 2015, tanto da rede pública quanto da rede privada.

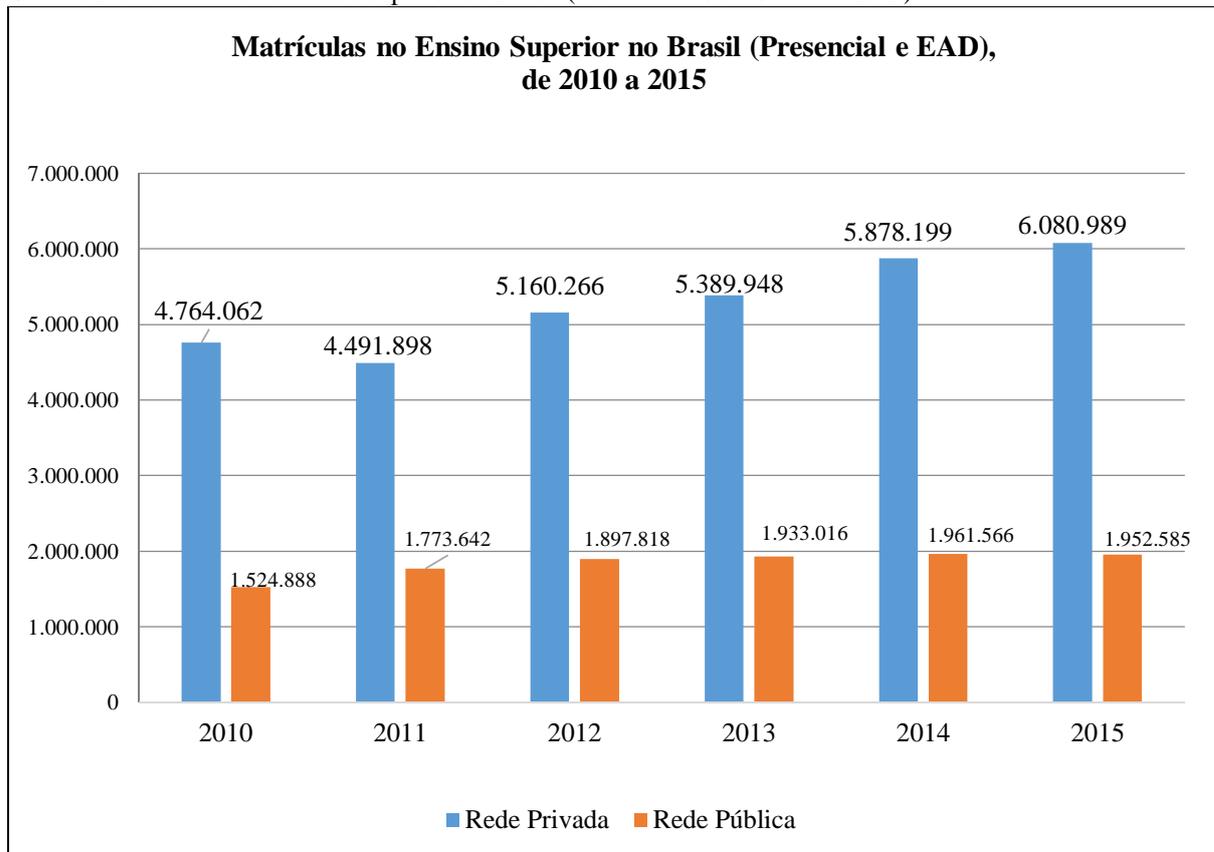
Gráfico 1 ó Quantidade de IES no Brasil entre 2000 e 2015



Fonte: BRASIL (2018v) com adaptações.

Entre o ano de 2000 a 2015, o número de IES mais que dobrou no Brasil, impulsionado, principalmente, pela expansão do sistema de ensino superior no setor privado. A partir de 2010, verificou-se uma leve redução no quantitativo total das IES privada, chegando a uma redução de 0,2%, em 2015. No entanto, conforme indica o Gráfico 2, apesar da redução no número de IES no Brasil nessa época, o quantitativo de matrículas no ensino superior teve um aumento expressivo.

Gráfico 2 ó Matrículas no ensino superior no Brasil (Modalidades Presencial e EaD)



Fonte: BRASIL (2018v) com adaptações.

O Gráfico 2 mostra que do ano de 2010 a 2015 o número de matrículas, principalmente, nas instituições particulares, aumentou de forma considerável. Em 2015, havia cerca de 6,08 milhões de alunos matriculados em instituições privadas no Brasil (76%) e 1,95 milhão alunos matriculados nas IES da rede pública (24%), totalizando mais de 8 milhões de matrículas.

2.2 Tipos de instituições de ensino superior (IES)

Segundo sua organização acadêmica, as IES se dividem em universidades, centros universitários ou faculdades (BRASIL, 2018f).

Em relação à categoria administrativa, as instituições podem ser classificadas como públicas (vinculadas aos governos federal, estadual ou municipal) ou privadas.

2.3 Autorizações necessárias para um curso superior

No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e da regulação dos cursos de graduação no país, é previsto que os cursos sejam avaliados periodicamente. De tal modo, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação (atos autorizativos): para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento (BRASIL, 2015k).

2.3.1 Autorização

Para iniciar a oferta de um curso de graduação, as faculdades privadas dependem da autorização do MEC (BRASIL, 2018d). A avaliação do curso é realizada quando a instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores sorteados entre aqueles cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis) (BRASIL, 2015k).

As universidades e centros universitários têm prerrogativas de autonomia, não necessitando de autorização do MEC para iniciar a oferta de cursos de graduação; exceto para a abertura de cursos de medicina, odontologia, psicologia e direito, os quais necessitam sempre de autorização do MEC, e também nos casos em que os cursos são oferecidos em endereços fora do município-sede da universidade ou centro universitário. No entanto, todas as instituições, sejam elas faculdades, centros universitários ou universidades, devem informar ao MEC os cursos abertos, para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento (BRASIL, 2018d).

Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. O MEC avalia três dimensões durante o processo de autorização de um curso, tendo como referência a adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo; e as instalações físicas oferecidas pela instituição (BRASIL, 2018d).

2.3.2 Reconhecimento

O reconhecimento de um curso de graduação ocorre quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso. Dessa forma, o reconhecimento deve ser solicitado pela instituição de ensino quando o curso estiver completado 50% de sua carga horária (e antes de completar 75% da carga horária). De modo que, por exemplo, se um curso dura

quatro anos e sua primeira turma foi iniciada no 1º semestre de 2009, a instituição deverá protocolar o pedido de reconhecimento junto ao MEC a partir do 1º semestre de 2011 e até, no máximo, o 1º semestre de 2012. O reconhecimento do curso é uma condição necessária para a validade nacional dos diplomas emitidos pela instituição (BRASIL, 2018d).

2.3.3 Renovação de reconhecimento

A renovação de reconhecimento de um curso superior deve ser solicitada pela instituição de ensino de acordo com cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (BRASIL, 2018d). Dessa forma, a cada 3 anos a instituição deve solicitar a renovação de reconhecimento. Calcula-se o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Cursos que não fazem Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), obrigatoriamente terão visita *in loco* para esse ato autorizativo (BRASIL, 2015k).

2.4 Avaliação dos cursos superiores

Todo o sistema de avaliação de cursos superiores no país é conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Isso auxilia na produção de indicadores e de um sistema de informações que subsidia o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, e ainda garante transparência dos dados sobre a qualidade da educação superior para toda a sociedade (BRASIL, 2015k).

Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo Inep são o Enade e as avaliações realizadas pelas comissões de especialistas (BRASIL, 2015k).

Participam do Enade alunos concluintes dos cursos avaliados, que fazem uma prova de formação geral e formação específica. Esse exame avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas durante sua formação. O Enade possui caráter obrigatório e a situação de regularidade do estudante junto ao exame deve constar em seu histórico escolar. A periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento (BRASIL, 2015l).

As avaliações feitas pelas comissões de avaliadores designadas pelo Inep caracterizam-se pela visita *in loco* aos cursos e instituições públicas e privadas, se destinando a verificar as condições de ensino, em especial aquelas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica (BRASIL. 2015k).

2.5 Indicadores de qualidade de um curso

Em relação ao ensino superior, os indicadores de qualidade de um curso são sua nota no Enade, o CPC e o Conceito de Curso (CC) (BRASIL. 2015l).

2.5.1 Enade

O Enade avalia o conhecimento dos alunos em relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades e competências. Participam obrigatoriamente do exame os alunos concluintes dos cursos avaliados. Os resultados do Enade são considerados na composição de índices de qualidade relativos aos cursos e às instituições, como o CPC e o Índice Geral de Cursos (IGC) (BRASIL, 2018e).

2.5.2 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O CPC é composto a partir dos resultados do Enade e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral, recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas. O conceito varia dentro de uma escala de 1 (valor mínimo) a 5 (valor máximo); é um indicador preliminar da situação dos cursos de graduação no país (BRASIL, 2018e).

2.5.3 Conceito de Curso (CC)

O CC é composto a partir da avaliação *in loco* do curso pelo MEC, podendo confirmar ou modificar o CPC. A necessidade de avaliação *in loco* para a renovação do reconhecimento dos cursos é determinada pelo CPC, e os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 automaticamente serão incluídos no cronograma de avaliação *in loco*. Cursos com conceito igual ou superior a 3 podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em CC, que é um conceito permanente (BRASIL, 2018e).

2.6 Indicadores de qualidade de uma instituição

Em relação às instituições de ensino, os indicadores de qualidade são o IGC e o Conceito Institucional (CI) (BRASIL, 2018e).

O IGC engloba em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de cada universidade, centro universitário ou faculdade do Brasil. Em relação à graduação, é utilizado o CPC dos cursos, e no que se refere à pós-graduação, é utilizada a nota Capes, que expressa os resultados da Avaliação dos Programas de Pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O IGC varia de 1 (valor mínimo) a 5 (valor máximo). O indicador pode ser confirmado ou alterado pelo CI, o qual é composto a partir da avaliação *in loco* do curso pelo MEC (BRASIL, 2018e).

2.7 Modalidades de ensino superior

O ensino superior pode ser ministrado em três modalidades: presencial, a distância (EaD) e semi-presencial (BRASIL, 2018g).

2.7.1 Presencial

De acordo com a lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a modalidade presencial exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações (BRASIL, 2018g).

2.7.2 A distância (EaD)

Na modalidade a distância (EaD) a relação professor/aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre com a utilização de meios como material impresso, apostilas, televisão, internet, computador, entre outros (BRASIL, 2018g). De modo que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e da comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em locais ou em momentos diversos (BRASIL, 2017a).

Para ofertar educação superior a distância, as instituições devem ser credenciadas para atuar nessa modalidade de ensino. Para tanto, devem estar previamente credenciadas para a oferta de educação superior na modalidade presencial no sistema federal (BRASIL, 2018g).

Segundo o art. 5º do Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, tem validade em todo território nacional (BRASIL, 2005).

2.7.3 *Semi-presencial*

Na modalidade semi-presencial, também chamada de híbrido ou *blended* (misturado), o curso não é totalmente presencial e nem totalmente a distância. Pode surgir a partir de um curso de graduação presencial que oferece uma carga horária a distância. Pode ser também um curso na modalidade a distância com muitas atividades presenciais. Essa modalidade é autorizada pelo MEC desde 2004 (EAD, 2018).

Um curso pode ser considerado semi-presencial quando oferece até 20% da carga horária total para atividades a distância (EAD, 2018).

O *caput* do art. 1º da Portaria n. 1.134, de 10 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016c), revoga a Portaria MEC n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e passa a estabelecer nova redação para o tema:

As Instituições de Ensino Superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância (BRASIL, 2016c, p. 1).

A modalidade semi-presencial é caracterizada como qualquer atividade didática, módulo ou unidade de ensino-aprendizagem centrado na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota (BRASIL, 2016c).

As avaliações das disciplinas ofertadas nessa modalidade devem ser presenciais (BRASIL, 2016c).

A oferta das disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos

pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria (BRASIL, 2016c).

Essa tutoria implica na existência de docentes qualificados e em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância (BRASIL, 2016c).

As IES deverão comunicar as modificações efetuadas nos projetos pedagógicos à Secretaria de Educação Superior (SESu), do MEC, bem como inserir na respectiva pasta eletrônica do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (Sapiens), o plano de ensino de cada disciplina que utilize a modalidade semi-presencial (EAD, 2018).

A oferta de disciplinas na modalidade semi-presencial será avaliada e considerada nos procedimentos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos da instituição (BRASIL, 2016c).

2.8 Tipos de cursos superiores

O ensino superior dispõe de três tipos de cursos de graduação, cada qual com formato e características próprias: bacharelado, licenciatura e curso tecnológico (curso superior de tecnologia) (PORTO, 2018). Os cursos de graduação conferem diploma aos concluintes e são abertos aos estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo (BRASIL, 2018f).

2.8.1 Bacharelado

O curso de bacharelado é a formação de nível superior que confere o título de bacharel ao profissional. Sua duração pode variar entre 3 a 6 anos. O bacharel pode atuar em diversas áreas após a conclusão do curso, uma vez que o estudante de bacharelado recebe uma formação mais ampla, quando comparada a outros tipos de graduação (BRASIL, 2018b).

O curso de bacharelado não habilita o profissional a lecionar, sendo exigido para tal, cursar uma complementação pedagógica. Para lecionar no ensino superior é necessário que o profissional tenha cursado, no mínimo, uma pós-graduação *lato sensu* (BRASIL, 2018b).

2.8.2 *Licenciatura*

A licenciatura é um tipo de curso superior de graduação que habilita o profissional a atuar como professor na educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio) (BRASIL, 2018b). É um curso responsável por formar o profissional licenciado, tendo uma duração que pode variar entre 3 a 6 anos. A principal diferença curricular entre o bacharelado e a licenciatura está na presença de matérias de cunho pedagógico neste (PORTO, 2018).

No próximo capítulo deste trabalho, foi dissertado de forma mais detalhada e aprofundada os cursos de licenciatura. Foi dada uma atenção especial às licenciaturas ofertadas pelo IF Goiano, principal foco desta pesquisa.

2.8.3 *Curso tecnológico ou superior de tecnologia*

O curso tecnológico ou superior de tecnologia é um curso de graduação, se diferenciando do curso técnico (nível médio). É um tipo de curso com duração menor que os cursos de bacharelado e licenciatura, apresentando duração que varia entre 2 a 3 anos. Tem como principal característica, além de sua grade curricular mais enxuta e, como consequência, uma carga horária menor, ser um tipo de curso que apresenta uma abordagem mais focada na área escolhida (PORTO, 2018).

O curso tecnológico forma o profissional tecnólogo que, depois de formado, encontra-se apto para atuação em apenas uma área específica. É um tipo de curso mais direcionado para quem já trabalha em uma determinada área e deseja obter uma formação superior, porém dispõe de pouco tempo (PORTO, 2018).

3 CURSOS DE LICENCIATURA E AS LICENCIATURAS DO IF GOIANO

3.1 O sistema e-MEC e as licenciaturas cadastradas no sistema

O e-MEC é "o sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação" (BRASIL, 2007c, p. 39). Foi criado em 2007 por meio da Portaria Normativa n. 40 do MEC (BRASIL, 2007c), a fim de fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. É o sistema onde, por meio da internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Dessa forma, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente (BRASIL, 2018a).

É a base de dados oficial e única de informações relativas às IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Os dados do cadastro e-MEC guardam conformidade com os atos autorizativos das instituições e cursos de educação superior, editados com base nos processos regulatórios competentes (BRASIL, 2018c).

Em relação à IES pertencente ao Sistema Estadual de Ensino, regulada e supervisionada pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, é facultado fazer parte do cadastro e-MEC. No entanto, as informações relacionadas a elas são declaratórias e de responsabilidade exclusiva dessas instituições.

De acordo com a consulta avançada do cadastro e-MEC, existe um total de 12.387 cursos de licenciatura no país cadastrados no sistema. Desses, 11.201 são presenciais e 1.186 são a distância. Sendo que, do total de licenciaturas, existem 320 cursos distintos em atividade no Brasil cadastrados no e-MEC.

3.2 Os cursos de licenciatura do IF Goiano

A implantação dos IFs sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a EPT. A concepção dessa modalidade de educação orienta os processos de formação com base nos princípios da integração entre ciência, tecnologia, trabalho e cultura, conhecimentos específicos e desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários para a atuação profissional, que se convertem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, é essencial para a EPT contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente

com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, destacando-se aquelas com enfoques locais e regionais (BRASIL, 2015f).

Os IFs validam a verticalização do ensino na medida em que delimitam suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis de EPT, apropriando-se da responsabilidade de possibilidades diversas de escolarização como forma de efetivar seu compromisso com a sociedade. Os IFs passaram assim, a se ocupar de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, essencialmente voltado para o desenvolvimento local e regional, partindo do pressuposto que o desenvolvimento local e regional conduz à melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2015f).

Os compromissos institucionais que os IFs assumem com a sociedade, somados ao seu amplo grau de abrangência e ao trânsito pelos diversos níveis da EPT munem essas instituições com condições para estabelecer uma característica singular em sua composição curricular: a flexibilidade para gerir trajetos formativos que permitam um rico e diverso diálogo em seu interior, além da integração das diversas etapas da educação básica e do ensino superior, da EPT, além de instalar possibilidades de educação continuada. Dessa forma, esse tipo de composição curricular gera perspectivas favoráveis quando se trata da formação de profissionais da educação (BRASIL, 2015f).

É fundamental que os IFs consigam atender as demandas sociais locais, destacando-se pela garantia da qualidade do ensino necessário à região. Portanto, os IFs assumem o compromisso, quando funcionam de forma plena, de garantir pelo menos 20% de suas matrículas em cursos de licenciaturas, as quais em sua maioria poderão se destinar à própria EPT (BRASIL, 2015f).

O processo de formação do professor ao longo dos cursos de licenciatura dos IFs deve garantir aos alunos oportunidades de vivenciar momentos de aprendizagem, de forma a construir um perfil profissional próprio para a formação de professores da educação e ainda ser compatível com a possibilidade de atuação na educação profissional, em especial, no ensino técnico integrado ao médio (BRASIL, 2015f).

O IF Goiano oferta 6 licenciaturas: matemática (Campus Urutaí), pedagogia (Campus Morrinhos), ciências biológicas (*campi* Ceres, Rio Verde e Urutaí), química (*campi* Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí), ciências naturais (Campus Avançado Catalão) e segunda licenciatura em pedagogia (Campus Avançado Ipameri) (BRASIL, 2015b).

As formas de acesso aos cursos superiores do IF Goiano, incluindo as licenciaturas, são: processo seletivo, que utiliza notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);

Sistema de Seleção Unificado (Sisu/Enem); transferências; reingresso; e aproveitamento de curso (BRASIL, 2015e).

A dissertação caracterizou e discorreu sobre todas as licenciaturas pertencentes ao quadro do IF Goiano, no entanto, a pesquisa não abordou os cursos de licenciatura em ciências naturais, segunda licenciatura em pedagogia e nem o curso de química ofertado no Campus Urutaí no período matutino, visto que o primeiro e o último curso iniciaram suas atividades no 1º semestre de 2018 (com previsão para conclusão da primeira turma somente no ano de 2021), enquanto o segundo curso iniciou suas atividades no 2º semestre de 2017 (com previsão para conclusão da primeira turma somente no ano de 2021). Dessa forma, essas licenciaturas ainda não apresentam egressos e também não tiveram nenhuma turma concluída até o final desta pesquisa.

3.2.1 Curso de licenciatura em matemática do IF Goiano

O curso visa oferecer uma formação sólida em matemática e na didática da matemática, habilitando o licenciado, tanto ao prosseguimento de uma carreira científica como ao exercício da atividade educacional na educação básica. As disciplinas da área de concentração como cálculo, geometria, geometria analítica, teoria dos números, probabilidade e estatística, equações diferenciais ordinárias, funções de variáveis complexas, fundamentos de análise, física, álgebra e outras que são de domínio das ciências exatas, com a carga horária adequada, irão proporcionar uma formação sólida do profissional licenciado (BRASIL, 2017k).

O IF Goiano acredita que não basta o conhecimento teórico específico da área para a formação do profissional licenciado em matemática, de modo que a instituição não busca formar um profissional meramente reprodutivista de conteúdos, ou seja, um simples transmissor de teorias.

É nesse momento que entra o projeto de construção de um educador e de um pesquisador na área. As disciplinas pedagógicas com focos filosóficos, sociológicos e históricos problematizam a realidade vivida no país. A formação do pensamento, do homem e da sociedade é importante para a formação de um educador, até mesmo de um cidadão. As abordagens teóricas fazem com que o aprendiz desse discente produza uma modificação interna e externa na medida em que ele se torna um potencial formador de opinião de seus futuros alunos e do próprio meio onde está inserido (BRASIL, 2017k, p. 2).

O curso do IF Goiano apresenta foco na educação matemática e na introdução de disciplinas que promovam a formação de um profissional interessado pela pesquisa essencialmente voltada para o ensino da matemática. A ênfase em disciplinas como didática da matemática I, didática da matemática II, didática da matemática III, prática de ensino orientada, análise e produção de textos, iniciação à pesquisa em educação e todos os estágios contribuem para a formação de um profissional apto a usar o conhecimento matemático, e também se tornar mais didático para seus alunos (BRASIL, 2017k).

O curso é ofertado no Campus Urutaí do IF Goiano; o ano de início de funcionamento do curso foi em 2009; possui carga horária total de 2.980 horas; duração de 4 anos (8 semestres); modalidade presencial; turno noturno; tendo 40 vagas anuais por turma (BRASIL, 2017k).

3.2.1.1 Objetivo do curso

O curso tem como objetivo formar profissionais capazes de compreender o processo de ensino e aprendizagem, com sólida formação teórica na sua área de atuação, preparando o licenciado não somente para o ensino, mas também para a pesquisa e extensão. Além disso, o profissional deverá ter a capacidade de conduzir o processo de ensino e aprendizagem em matemática, promover a criatividade dos alunos, compreender o papel social da escola como instituição de formação e transformação social, inserir a avaliação escolar como forma permanente de crescimento e aprendizagem, valorizar o conhecimento do aluno e aproveitá-lo para construção de novos conhecimentos, compreender o valor da pesquisa e de projetos que aprimoram e desenvolvem o conhecimento, e ainda integrar o ensino da matemática com outras áreas de conhecimento e promover pesquisas em educação (BRASIL, 2018j).

3.2.1.2 Área de atuação

O licenciado em matemática poderá progredir os estudos com cursos de pós-graduação nos diferentes ramos das ciências exatas e na própria área educacional; podendo atuar como docente na segunda fase do ensino fundamental, no ensino médio e em áreas correlatas; no ensino a distância; atuar em órgãos públicos, empresas privadas e em instituições bancárias (BRASIL, 2017k).

3.2.1.3 Perfil Profissional

As diretrizes curriculares para o curso de licenciatura em matemática - CNE/CES n. 1.302/2001 - (BRASIL, 2001c) estabelecem como perfil do profissional licenciado em matemática aquele indivíduo que tem:

Visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
visão da contribuição que a aprendizagem da matemática pode oferecer à formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação dos preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição que muitas vezes ainda estão presentes no ensino-aprendizagem da disciplina (BRASIL, 2017k, p. 2-3).

É fundamental que o licenciado busque meios para tornar a matemática acessível a todos seus alunos, eliminando o estereótipo de matéria difícil e incompreensível, e passando a ser, na medida do possível, algo divertido e presente no cotidiano de todos. Busca-se formar um profissional que valorize o ensino da matemática fundamentado no equilíbrio entre manipulação, conceituação e aplicações (BRASIL, 2017k).

3.2.1.4 Perfil do egresso

O curso de licenciatura em matemática do IF Goiano, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Licenciaturas - Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015a), propõe formar um egresso que tenha como perfil, a capacidade de estar apto a:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

- VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério (BRASIL, 2015e, p. 17-18).

Percebe-se assim, que o IF Goiano visa à formação integral do aluno/egresso do curso de licenciatura em matemática. Preocupando-se não somente com sua formação profissional especificamente dita, mas também com a construção de seu caráter ético e humano, buscando desenvolver nesse profissional uma maior consciência sociocultural da realidade que o circunda.

3.2.1.5 Justificativa para implantação do curso na instituição/campus

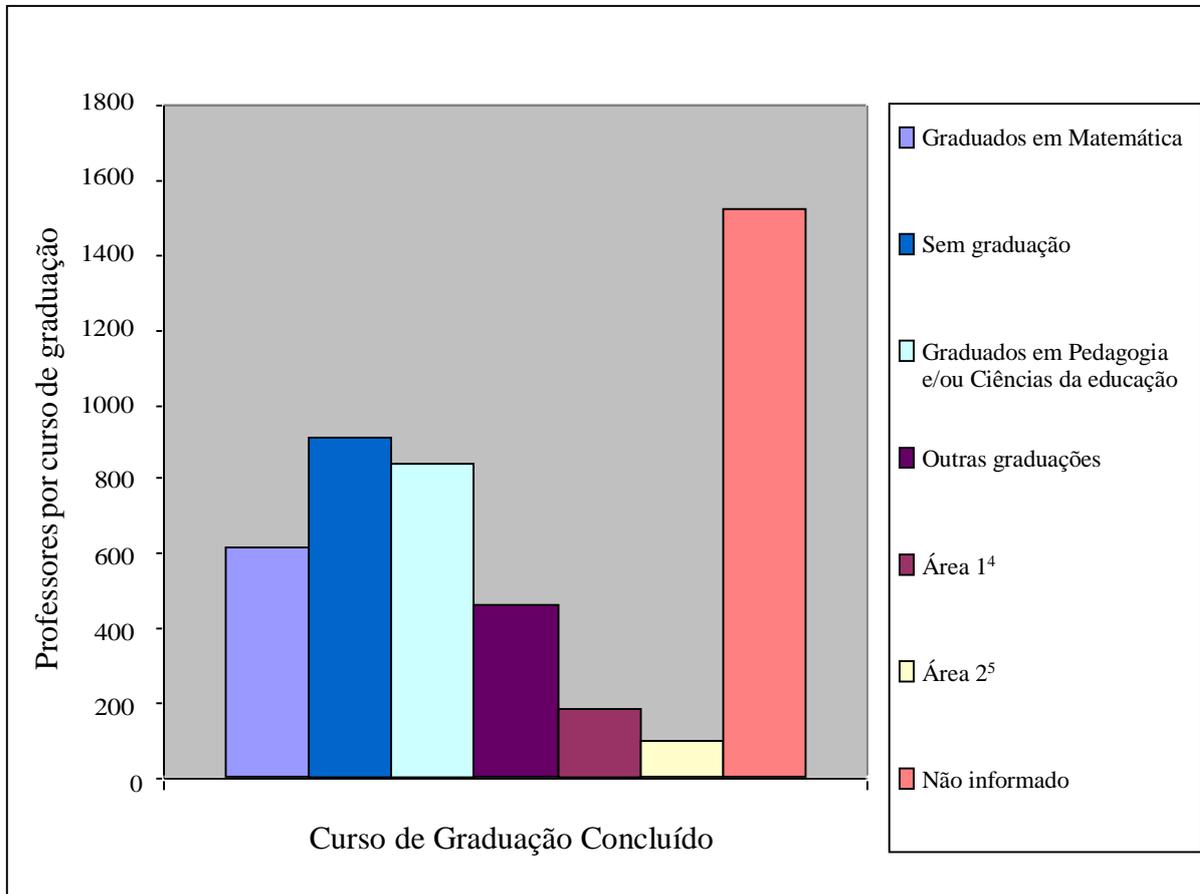
Segundo o PPC do curso, a grande deficiência de profissionais da educação voltados para a licenciatura em matemática tanto na região da estrada de ferro quanto em todo o estado de Goiás, foi uma das principais justificativas do IF Goiano para a implantação dessa licenciatura no Campus Urutaí (BRASIL, 2015e).

Mesmo com mudanças significativas ocorridas no contexto educacional de Goiás, entre os anos de 2003 a 2008 (um ano antes da implantação do curso de licenciatura em matemática do IF Goiano em Urutaí), em decorrência do Programa Licenciaturas Plenas Parceladas criado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) com o intuito de qualificar os docentes da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), não houve alteração significativa nessa realidade (BRASIL, 2015e).

O Gráfico 3 demonstra a quantidade de professores em Goiás no ano de 2008 (um ano antes da abertura do curso de licenciatura em matemática do IF Goiano em Urutaí), em sala de

aula, que ministram a disciplina de matemática, e a proporção de professores licenciados em outras áreas, inclusive até mesmo sem possuir graduação (BRASIL, 2015e).

Gráfico 3 ó Professores em sala de aula ministrando matemática no estado de Goiás



Fonte: PPC do curso de licenciatura em matemática do IF Goiano (BRASIL, 2015e) com adaptações.

É possível perceber a disparidade dos dados do gráfico, justificando-se a necessidade da formação específica de profissionais licenciados na área de matemática para atender a demanda do estado de Goiás.

Ressalta-se que esses dados são referentes a professores pertencentes à Seduce, que, por conseguinte, atuam em sua maioria no ensino médio, onde é exigido como requisito mínimo e legal que o professor seja formado na licenciatura da área (BRASIL, 2015e).

O quadro docente do curso é formado por especialistas, mestres e doutores. Alguns desses docentes são associados à Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e à Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Além disso, esses docentes possuem parcerias com o Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás (IME-UFG),

⁴ Área 1 agrupa os seguintes cursos: química, física, ciências biológicas e ciências.

⁵ Área 2 agrupa os seguintes cursos: engenharia, informática/computação/processamento de dados, estatística/atuária/ciências contábeis/ciências econômicas, agronomia/geologia/ciências da terra.

com o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e procuram elaborar e apoiar ações da Seduce, assim como dos municípios vizinhos, em relação à formação e aperfeiçoamento de professores para os estudos de ciências e incorporação de novas tecnologias educacionais através de pesquisas envolvendo transposição didática, cursos e palestras (BRASIL, 2015e). Nota-se a preocupação da instituição em formar um quadro docente sólido, constituído por professores capacitados e qualificados.

Ademais, no que tange a escolha do período de aula do curso, a opção em ofertar essa licenciatura no período noturno foi providencial no sentido de aproveitar o espaço físico ocioso disponível no Campus Urutaí (BRASIL, 2015e).

3.2.2 Curso de licenciatura em pedagogia do IF Goiano

O curso de licenciatura em pedagogia visa formar profissionais pedagogos qualificados para investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir e ensinar, tanto no âmbito escolar como em ambientes não-escolares. Segundo o PPC do curso (BRASIL, 2015i), seu percurso de formação objetiva a qualificação para o trabalho em instituições educativas, onde se pode atuar no magistério (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, disciplinas pedagógicas de cursos de formação em nível médio e educação especial), na gestão pedagógica e educacional, no âmbito escolar e institucional. Qualifica ainda para o trabalho em instituições não-escolares e não formais, fazendo parte dessa formação profissional a experiência investigativa, bem como de reflexão a respeito de aspectos políticos e culturais da ação educativa.

A matriz curricular do curso de licenciatura em pedagogia do IF Goiano tem como proposta princípios norteadores que visam:

A valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação; a formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada; a pesquisa como eixo de formação; as práticas curriculares e o estágio como eixos de formação e articulação; o trabalho partilhado e coletivo; a possibilidade de ampliação e aprofundamento de conhecimentos; e o reconhecimento de experiências não disciplinares como elementos curriculares altamente relevantes para a formação do pedagogo (BRASIL, 2015i, p. 2).

O curso é ofertado no Campus Morrinhos do IF Goiano; o ano de início de funcionamento do curso foi em 2013; possui carga horária total de 3.300 horas; duração de 4 anos (8 semestres); modalidade presencial; turno noturno; tendo 40 vagas anuais por turma (BRASIL, 2015f).

3.2.2.1 Objetivo do curso

O curso de licenciatura em pedagogia do IF Goiano está estruturado com o objetivo de formar profissionais legalmente habilitados para o exercício profissional em instituições públicas ou privadas de educação escolar e não-escolar, na docência da educação infantil, das séries iniciais do ensino fundamental e das disciplinas pedagógicas para a formação de professores, na educação especial e também na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2015f).

Formando assim, pedagogos aptos ao desenvolvimento da pesquisa em educação, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico; que sejam capazes de atuar na organização de sistemas, unidades, projetos e experiências educativas (planejamento, administração, coordenação, supervisão, inspeção e orientação educacional) do campo educacional em contextos escolares e não escolares; e que tenham condições de questionar a realidade, formular problemas e buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica; compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania consciente e crítica (BRASIL, 2015f).

Segundo o PPC do curso (BRASIL, 2015f), essa licenciatura tem como objetivo também de formar profissionais que tenham a capacidade de:

Compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania consciente e crítica;
 compreender, de forma ampla e consciente, o processo educativo, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidades em que se processam;
 estabelecer e vivenciar processos de teoria e prática, de ação-reflexão-ação ao longo do curso, tomando a prática educativa como objeto de reflexão, de modo a criar soluções apropriadas aos desafios específicos que enfrenta;
 desenvolver e avaliar projetos políticos-pedagógicos, de ensino e de aprendizagem, estimulando ações coletivas na escola, de modo a caracterizar nova concepção de trabalho educativo;
 desenvolver metodologias e projetos de ensino e de gestão educacional, tendo por fundamento a abordagem interdisciplinar, a gestão democrática e o trabalho coletivo (BRASIL, 2015f, p. 24).

Em suma, o curso de licenciatura em pedagogia do IF Goiano objetiva formar profissionais aptos a trabalhar em diversas áreas relacionadas direta ou indiretamente ao ensino e em diversas instituições e ambientes escolares e também não-escolares.

3.2.2.2 Área de atuação

O pedagogo pode trabalhar em instituições escolares públicas, privadas ou comunitárias, como professor (educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e EJA) e gestor do trabalho pedagógico, incluindo atividades de orientação, supervisão e administração educacional (BRASIL, 2015f).

Além dos espaços escolares, o profissional formado em pedagogia pode trabalhar ainda em clínicas psicopedagógicas, programas de terapia ocupacional, empresas, serviços de difusão e de comunicação de massa, organizações militares, serviços de saúde e no desenvolvimento de ações educativas e de pesquisas educacionais em ONGs (Organizações Não Governamentais) e em espaços de educação não formal (BRASIL, 2015f).

O pedagogo pode atuar ainda como:

Gestor na prática educativa em áreas hospitalares, escolas, empresas, movimentos sociais, organizações militares e planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas para a educação básica; relacionar ensino, pesquisa e extensão, com a construção teórico-prática dos conhecimentos no campo educativo; articular conhecimentos sociológicos, políticos, antropológicos, ecológicos, psicológicos, filosóficos, artísticos, culturais e históricos (BRASIL, 2018k).

Percebe-se que a área de atuação do pedagogo é bastante ampla e diversificada. Ele pode atuar profissionalmente em diferentes tipos de instituições públicas e privadas, e ainda em ambientes escolares e não-escolares, tendo como público crianças e adultos.

3.2.2.3 Perfil Profissional

Espera-se que o licenciado em pedagogia tenha um perfil profissional adequado à formação de professores para a educação básica, e que seja também compatível com a possibilidade de atuação na educação profissional, principalmente no que tange ao ensino técnico integrado ao médio (BRASIL, 2015f). Podendo o profissional, atuar como:

Docente em escolas das redes pública, particular e comunitária; orientador educacional em escolas das redes pública, particular e comunitária; supervisor e coordenador de escolas das redes pública, particular e comunitária; diretor e assistente de diretor de escolas das redes pública, particular e comunitária; supervisor de ensino do sistema público estadual e municipal; assessor pedagógico; e dirigente de ensino do sistema público estadual e municipal (BRASIL, 2015f, p. 2).

O profissional pedagogo está apto a atuar profissionalmente em diversas frentes educacionais, seja lecionando, coordenando, supervisionando, assessorando ou mesmo dirigindo escolas e ambientes não-escolares. Libâneo et al (1999) afirma que é vasta a atuação do pedagogo, sendo a docência apenas uma das funções desse profissional, nem única nem exclusiva. Esse autor afirma ainda que o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana, definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 1996, p. 127).

3.2.2.4 Perfil do Egresso

Os atributos profissionais desejados para o licenciado em pedagogia colocam-se na direção da formação de valores culturais, sociais e éticos explicitados a partir da expectativa de que tais características são possíveis de serem construídas por meio da docência, nos âmbitos do ensino, da gestão, da pesquisa e da produção do conhecimento (BRASIL, 2015f). Em consonância com princípios filosóficos e pedagógicos do curso, destacam-se algumas características do perfil do egresso, almejadas pelo curso de licenciatura em pedagogia do IF Goiano:

- a) Senso crítico e sensibilidade social: perceber o processo de exclusão presente na realidade educacional e superar a explicação pela lógica da meritocracia, identificando os prejuízos sociais provocados por essa realidade.
- b) Consciência histórica: relacionar a orientação temporal do ser humano e distinguir senso comum das exigências práticas baseadas exclusivamente em sentimentos de identidade.
- c) Autonomia intelectual: investigar, refletir, produzir conhecimento, gerir e ensinar tanto no âmbito escolar como em espaços não-escolares.
- d) Domínio dos conhecimentos, habilidades e técnicas pedagógicas: aprender de forma autônoma e contínua, realizando o movimento de articulação entre a teoria e a prática.
- e) Docência: articular os conhecimentos teóricos e a prática pedagógica no exercício da docência na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.
- f) Capacidade de trabalho interdisciplinar: atuar inter/multi/transdisciplinarmente, trabalhando em equipes interdisciplinares (BRASIL, 2015f, p. 24).

O objeto de trabalho do pedagogo formado pelo Campus Morrinhos do IF Goiano está em consonância com a Resolução CNE/CP n. 02/2015 (BRASIL, 2015a) para os cursos de licenciatura, que prevê a atuação na gestão, acompanhamento, execução e avaliação de instituições e políticas para a educação básica assim como, em seu cap. III, art. 8, preconiza como aptidões do egresso dos cursos de licenciatura:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério licenciatura (BRASIL, 2015f, p. 25).

De tal modo, é esperado que o egresso oriundo do curso de pedagogia do IF Goiano, depois de formado detenha valores culturais, sociais e éticos alinhados com o que está preconizado no PPC do curso e que estejam em conformidade com os valores institucionais defendidos pelo IF Goiano. Destarte, almeja-se que esse pedagogo ao final do curso apresente um perfil profissional e pessoal que esteja em consonância com os princípios filosóficos e pedagógicos do curso, apresentando senso crítico e sensibilidade social, que tenha domínio de conteúdos tanto de caráter teórico, metodológico e pedagógico, assim como de caráter ético, social e cultural.

3.2.2.5 Justificativa para implantação do curso na instituição/campus

De acordo com o PPC do curso de licenciatura em pedagogia do Campus Morrinhos, um dos principais fatores responsáveis pela elevação do Ideb de uma cidade deve-se à formação de professores, especificamente pedagogos, atuantes na educação infantil (BRASIL, 2015f).

Diante disso, e ainda cumprindo com a função social do IF Goiano, que é contribuir para o desenvolvimento da região na qual seus *campi* se encontram inseridos, foi que a instituição definiu pela abertura deste curso no Campus Morrinhos.

Além dos fatores já mencionados, outro aspecto que contribuiu para a decisão de implantar o curso de pedagogia no referido campus foi porque na microrregião do Meia Ponte (composta pelas cidades de Morrinhos, Água Limpa, Aloândia, Bom Jesus de Goiás, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Cromínia, Goiatuba, Inaciolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Marzagão, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Rio Quente e Vicentinópolis), o curso de licenciatura em pedagogia até aquele momento era oferecido somente em instituições particulares (BRASIL, 2015f).

Sendo assim, a então ausência de instituições públicas ofertantes do referido curso, associada a uma demanda constante por profissionais com formação em pedagogia para atuar na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, de acordo com o previsto nas legislações educacionais em vigência, estimularam o IF Goiano a implantar o curso de licenciatura em pedagogia no Campus Morrinhos (BRASIL, 2015f).

Segundo o PPC do referido curso, outro importante fator responsável pela implantação da licenciatura em pedagogia no Campus Morrinhos, decorreu em função dos diversos incentivos que o governo federal vinha oferecendo por meio de programas cujo objetivo é a formação de professores (BRASIL, 2015f).

Um exemplo de tal incentivo é o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução n. 6, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007d). Esse programa é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC destinado à municípios e ao Distrito Federal, que visa garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil (BRASIL, 2007d). Através desse programa, o governo federal visa construir 4.943 creches em todo o país, sendo 198 no estado de Goiás (BRASIL, 2015f).

No Programa Brasil Carinhoso está prevista a ampliação da oferta de creches e o

aumento dos recursos para esse setor. É uma iniciativa do governo federal voltada para a primeira infância, cujo objetivo é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas. Esse programa consiste na transferência automática de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil (BRASIL, 2017c).

Dessa forma, é esperado que, em função desses programas, provavelmente ocorra em Goiás um significativo aumento pela procura de profissionais com formação pedagógica para atuar na área.

Ademais, ocorre que devido à oferta de cursos técnicos na modalidade integrada, o quadro de docentes do Campus Morrinhos é composto por 10 professores licenciados nas mais diversas áreas do conhecimento, que compõem o quadro de docentes atuantes no curso de pedagogia, o que lhes permite atuar no ensino superior e desenvolver pesquisas na área de formação de professores (BRASIL, 2015f).

Ressalta-se ainda, que o artigo 62 da lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996) exige a formação profissional em pedagogia ou normal superior para que se atue na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental; em seu artigo 63, atribui aos Institutos Superiores de Educação (ISE) a responsabilidade em manter cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; e o artigo 64 estabelece (BRASIL, 2015f):

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Diante dos fatores expostos, da legitimidade e acima de tudo da necessidade em ofertar esse curso, a licenciatura em pedagogia do IF Goiano foi implantada no Campus Morrinhos, a partir de discussões iniciadas na instituição e impulsionadas pelo debate nacional acerca da formação e atuação do professor na educação básica, especificamente na educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e EJA (BRASIL, 2015f).

3.2.3 Curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano

O biólogo é o profissional que estuda a vida em suas diferentes formas de expressão. Possui uma área de atuação ampla, uma vez que estuda a origem, a estrutura e a evolução dos seres vivos, classificando-os e estabelecendo relações entre eles e o meio ambiente. O campo de atuação profissional é diversificado, amplo, emergente, crescente e está em transformação contínua (BRASIL, 2012a).

No curso de licenciatura em ciências biológicas estudam-se os seres vivos, a relação entre eles e o meio ambiente, os processos e mecanismos biológicos que regem a sua formação, o desenvolvimento, a reprodução e o envelhecimento. Portanto, os biólogos que durante sua formação estudam de forma mais específica essa área de conhecimento são profissionais que possuem atribuições predominantemente em questões que envolvem o conhecimento da natureza. Ademais, estudam a organização funcional interna e do modo de vida, específicos das diferentes espécies e sistemas biológicos, e as condições físicas do meio ambiente. Procuram ainda compreender as relações estabelecidas pelos seres humanos, em decorrência de sua especificidade (BRASIL, 2012a).

Conforme legislações específicas do Conselho Federal de Biologia e do MEC, o licenciado em biologia tem uma extensa amplitude de atuação profissional, o que torna as ciências biológicas extremamente atrativa e justifica o crescente número de interessados pelo curso (BRASIL, 2012a).

Segundo o PPC de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano (BRASIL, 2012a), o curso visa formar cidadãos críticos e reflexivos, com capacitação profissional na área específica, envolvidos com as temáticas da educação e do meio social em que estão inseridos. O curso se volta a proporcionar a construção de um saber sólido e à missão de transformar o saber em aprendizado e em práticas que possibilitem a diminuição das desigualdades sociais por meio de uma melhor qualificação profissional.

O curso habilita profissionais para atuar no ensino fundamental (ciências) e médio (biologia), por meio de um currículo abrangente em todos os níveis da organização biológica e integrado às necessidades sociais da região em que se encontra. O licenciado em biologia poderá ainda exercer atividades de pesquisa ou consultoria em projetos que envolvam as diversas áreas da biologia (conforme Conselho Federal de Biologia), além de poder dedicar-se ao magistério superior e aprimorar sua formação, através da participação em programas de pós-graduação. Esses profissionais são habituados com o desenvolvimento das ideias e com a metodologia científica, em seus múltiplos aspectos teóricos e práticos; e com habilidade para

analisar as diversas situações que se apresentam durante o exercício da docência, no contexto da educação básica (BRASIL, 2018o).

O curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano está estruturado sobre uma grade curricular sólida e multidisciplinar, apresentando disciplinas integradas e equivalentes com outras graduações oferecidas na instituição, o que possibilita uma maior flexibilização dos horários e cumprimento dos créditos pelos discentes. Tem duração de 4 anos (8 semestres); são ofertadas 40 vagas anuais no período noturno nos *campi* Ceres, Rio Verde e Urutaí (BRASIL, 2018i) e no período diurno no Campus Rio Verde (BRASIL, 2018t). O curso apresenta carga horária total de 3.580 horas no Campus Ceres (BRASIL, 2018o); 3.210 horas no Campus Rio Verde (BRASIL, 2017i) e 3.120 horas no Campus Urutaí (BRASIL, 2015d). O referido curso teve seu início em agosto de 2009 no Campus Ceres (BRASIL, 2012a); 2008 no Campus Rio Verde, no período noturno (BRASIL, 2013a); 2010 no Campus Rio Verde, no período diurno (BRASIL, 2018t); fevereiro de 2009 no Campus Urutaí (BRASIL, 2015d).

3.2.3.1 Objetivo do curso

O curso tem a finalidade de preparar docentes para o ensino médio e fundamental, com concepção científica, atitude consciente, fundamentação teórica, munindo-os com habilidades de classificar, quantificar, determinar as principais características dos recursos naturais renováveis, conservação e manejo da biodiversidade e recuperação de áreas degradadas, como meio de sobrevivência da vida sustentável em nosso planeta (BRASIL, 2018q). É voltado para a formação de cidadãos críticos e reflexivos na área específica, além de envolvidos com as temáticas da educação e do meio social onde vivem (BRASIL, 2018o).

O curso visa formar biólogos, educadores e pesquisadores comprometidos com a realidade, tendo como objetivo atuar em favor de uma sociedade consciente, justa e democrática, através de um conjunto de conhecimentos dos fenômenos que regem um ser vivo e sua relação com o ambiente (BRASIL, 2013a).

Especificamente, essa licenciatura tem o objetivo de proporcionar ao discente, conteúdos programáticos formadores do profissional tecnicamente competente e devidamente instrumentalizado para aplicação desses conhecimentos, de forma ética e humanística; formar profissionais eficientes; fornecer instrumentos que insiram o indivíduo na visão globalizante do mundo atual; e desenvolver a consciência de respeito ao meio ambiente nesse profissional biólogo (BRASIL, 2013a).

Somada a essas características, o curso visa ainda de maneira essencial, formar educadores com conhecimentos pedagógicos e específicos ou técnico-científicos a fim de proporcionar melhorias nas condições de vida do cidadão na sociedade; dispostos a desenvolver sua capacidade de observação, análise e interpretação de conhecimentos nas diversas áreas das ciências biológicas; que consigam acompanhar a evolução das diversas áreas das ciências biológicas, comprometendo-se com a reconstrução e construção do conhecimento; que assumam uma atitude crítica em relação ao conhecimento e aos problemas emergentes da biologia e do ensino; e que tenha a capacidade de analisar os fundamentos filosóficos e pedagógicos das ciências, proporcionando o desenvolvimento de uma postura ético-profissional coerente (BRASIL, 2013a).

Essa licenciatura também tem o objetivo específico de promover a participação e o desenvolvimento dos trabalhos de extensão e pesquisa; comprometer-se com a preservação do meio ambiente, considerando as necessidades de desenvolvimento da sociedade; integrar a percepção sobre possibilidades presentes e futuras da profissão do biólogo; promover o conhecimento e a análise dos princípios da biotecnologia e de sua importância para a sociedade contemporânea, assim como aspectos éticos e suas implicações (BRASIL, 2012a).

De acordo com o PPC do curso, essa licenciatura ainda apresenta os seguintes objetivos:

- Promover a integração e a interdisciplinaridade curricular [...].
- Favorecer para que as dinâmicas pedagógicas contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério [...].
- Elaborar processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais [...].
- Estimular o uso competente das tecnologias de informação e comunicação [...].
- Promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico [...].
- Consolidar a educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade [...].
- Proporcionar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente [...].
- Promover a criatividade dos alunos, respeitando e valorizando suas individualidades.
- Possibilitar a compreensão do papel social e ambiental da escola como instituição de formação e transformação social.
- Possibilitar a compreensão e exploração das diversas linguagens que podem ser usadas como instrumentos de aprendizagem.
- Inserir a avaliação escolar como forma permanente de crescimento e aprendizagem.
- Contribuir e permitir a autoavaliação do discente, do trabalho pedagógico e da própria atuação profissional.
- Oportunizar a compreensão dos aspectos legais da educação, tendo em vista a historicidade do país [...] (BRASIL, 2015d, p. 18).

Sendo assim, em suma, o curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano tem o objetivo de formar professores críticos e capacitados profissionalmente, aptos a lecionarem no ensino médio e fundamental. De modo que, essa licenciatura objetiva formar biólogos, educadores e pesquisadores tecnicamente competentes, detentores de amplo conhecimento pedagógico e específico da área, assim como profissionais com responsabilidade ética e social, comprometidos com a sociedade e com o meio ambiente que os circunda.

3.2.3.2 Área de atuação

Além de atuar como professor no ensino fundamental e médio de instituições educacionais das redes pública ou privada (BRASIL, 2018q), o licenciado em ciências biológicas, dependendo de sua formação após a graduação, pode se habilitar também para dar aulas no ensino superior (BRASIL, 2018o).

O amplo campo de estudos durante o curso de ciências biológicas permite que, depois de formado, o profissional biólogo siga caminhos diversos, atuando de forma interdisciplinar. Desde a pesquisa com células-tronco ao trabalho ambiental, a carreira do biólogo é abrangente e promissora, principalmente em função da crescente preocupação com o meio ambiente (BRASIL, 2018o).

A atuação desse profissional é ainda fundamental na descoberta de aplicações da biotecnologia na medicina, no desenvolvimento de medicamentos e na indústria, em áreas de fabricação de bebidas e de alimentos. Sua formação também permite desenvolver ações educativas em museus, unidades de conservação, ONGs, empresas e escolas.

Nas Secretarias de Educação, atua como consultor e elabora novas propostas para o ensino da disciplina. (BRASIL, 2018o, p. 2).

A área de atuação profissional do biólogo é considerada diversificada, ampla, emergente, crescente e em contínua transformação, o que exige um profissional dinâmico cuja formação em nível de graduação, o capacite a:

Atuar em pesquisa básica e aplicada nas diferentes áreas das ciências biológicas.

Elaborar e executar estudos, projetos ou pesquisa científica básica e aplicada nos setores da biologia ou a ela ligados, bem como naqueles que se relacionam à prestação de serviços, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos.

Desenvolver ações estratégicas para diagnóstico de problemas, encaminhamento de soluções e tomada de decisões no âmbito da biologia.

Organizar, coordenar e participar de equipes multiprofissionais nos diferentes campos das ciências biológicas; gerenciar e executar tarefas técnicas nas diferentes áreas do conhecimento biológico, no âmbito de sua formação.

Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, a fundações, sociedades e associações de classes, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade.

No âmbito de sua formação e competência, prestar consultorias e perícias, dar pareceres e atuar no sentido de que a legislação, relativa à área de ciências biológicas, seja cumprida.

Formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da biologia ou a ela ligados, bem como os que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, executando direta ou indiretamente as atividades resultantes desses trabalhos.

Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria a empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, no âmbito de sua especialidade.

Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado (BRASIL, 2013a, p. 10).

Nota-se que a área de atuação do profissional formado em ciências biológicas é vasta e muito diversificada. Uma vez que, além de atuar no ensino como professor, pode também atuar de forma interdisciplinar na área da biotecnologia, em indústrias alimentícias, em projetos de preservação, saneamento, meio ambiente e ainda em diversas outras áreas. Sendo considerada emergente e muito promissora, especialmente em decorrência da frequente preocupação com o meio ambiente e com nossos recursos naturais, frequentemente ameaçados pelo progresso e pelo desenvolvimento.

3.2.3.3 Perfil Profissional

De acordo com a lei n. 6.684, de 03 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979), o exercício da profissão de biólogo é privativo aos portadores de diploma, devidamente registrado como licenciados nos cursos de história natural ou de ciências biológicas, em todas as suas especialidades, ou então como licenciado em ciências, com habilitação em biologia (BRASIL, 2013a).

De acordo com o PPC do curso (BRASIL, 2013a), a licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano, em consonância com as DCNs para os cursos de licenciatura em ciências biológicas - CNE/CES n. 1.301/2001 - (BRASIL, 2001b), visa proporcionar a formação de um profissional com sólida formação na área da biologia, apresentando em seu perfil as seguintes características:

Generalista, crítico, ético, e cidadão com espírito de solidariedade;
detentor de adequada fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo da diversidade dos seres vivos, bem como sua

organização e funcionamento em diferentes níveis, suas relações filogenéticas e evolutivas, suas respectivas distribuições e relações com o meio em que vivem;
 consciente da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, políticas de saúde, meio ambiente, biotecnologia, bioprospecção, biossegurança, na gestão ambiental, tanto nos aspectos técnico-científicos, quanto na formulação de políticas, e de se tornar agente transformador da realidade presente, na busca de melhoria da qualidade de vida;
 comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critério humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais;
 consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos de atuação profissional;
 apto a atuar multi e interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho e às situações de mudança contínua do mesmo;
 preparado para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação (BRASIL, 2013a, p. 8).

O profissional que se tornar professor do ensino fundamental e médio deverá ainda compreender o processo de ensino aprendizagem em uma perspectiva crítica da sociedade e do ser humano, dominando conteúdos específicos que, de forma contextualizada, contribua para o desenvolvimento do conhecimento (BRASIL, 2018o).

Ademais, espera-se que o biólogo, após concluir a licenciatura em ciências biológicas, seja um profissional:

Possuidor de um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos vivenciados no curso;
 fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética;
 detentor do conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
 que vivenciou a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;
 que tenha capacidade de atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica;
 que identifique questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
 que demonstre consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
 que promove e facilita as relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade [...];
 [...] e por fim, possua todas as habilidades previstas na Resolução CNE/CES n. 2 de 1 de julho de 2015, que rege a formação do profissional de licenciatura no Brasil (BRASIL, 2015d, p. 18).

Em suma, pode-se dizer que é esperado que o licenciado em ciências biológicas apresente sólida formação na área da biologia, apresentando adequado conhecimento teórico e prático, e uma conduta profissional norteada por critérios humanísticos, éticos e legais.

Ademais, espera-se que o biólogo atue profissionalmente de forma interdisciplinar, contextualizando os conhecimentos teóricos aprendidos ao longo do curso, com a realidade e com o meio no qual se encontra inserido, pautando-se sempre em conformidade com a Resolução CNE/CES n. 2/2015 (BRASIL, 2015a), que rege a formação do profissional de licenciatura no Brasil.

3.2.3.4 Perfil do Egresso

O egresso do curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano deverá ser um profissional que atenda aos requisitos da formação do biólogo - previstos na Resolução CNE/CES n. 07, de 11 de março de 2002 - (BRASIL, 2002a), de professor de biologia, do ensino médio, e de professor de ciências, do ensino fundamental, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino médio e para o ensino fundamental e em conformidade com as recomendações do MEC para os cursos de licenciatura, conforme o artigo 62 da lei n. 9.394/1996 ó LDBEN (BRASIL, 1996) e as Resoluções CNE/CP n. 1 e n. 2 de 2002 (BRASIL, 2012a).

Os licenciados que atuarem no ensino deverão ter a capacidade de conduzir seus alunos a desenvolver conhecimentos práticos e contextualizados, que respondam às necessidades da vida moderna e para o desenvolvimento de conhecimentos amplos e abstratos. Nesse sentido, o curso deverá oferecer não apenas ferramentas tecnológicas e cognitivas, como também comportamentais, permitindo ao licenciado ter uma formação continuada e ser capaz de produzir conhecimentos (BRASIL, 2012a).

O profissional deverá ser capaz de atuar nas diversas áreas profissionais dentro da biologia, sendo destacadas ao longo do curso as potencialidades regionais de sua atuação. No entanto, a formação de qualidade universal, baseada no processo de investigação científica de construção de conhecimento, deverá preparar o egresso para atuar como sujeito da construção de conhecimento em qualquer área afim (BRASIL, 2012a).

O egresso oriundo do curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano deverá ainda ter a capacidade de comprometer-se com os resultados de sua atuação, baseando sua conduta profissional em critérios humanísticos; se comprometer com a cidadania e com o rigor científico, bem como ter referenciais éticos legais; ser detentor de fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo da diversidade dos seres vivos; ser consciente da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade, tanto nos aspectos técnico-científicos, quanto na formulação de políticas;

tornar-se um agente transformador da realidade, buscando uma melhor qualidade de vida; ser consciente de sua responsabilidade como educador; ser apto a atuar interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho e as suas mudanças; preparar-se para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação; dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento biológico; propor e elaborar projetos de pesquisa; problematizar junto aos discentes os fenômenos sociais relacionados com os processos de construção do conhecimento no âmbito da ciência biológica e de suas relações com outras áreas; organizar o conhecimento, adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem nos diferentes níveis de ensino; dominar os conteúdos básicos de aprendizagem, desenvolver e avaliar os processos de ensino e aprendizagem para os ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2012a).

Segundo o PPC da referida licenciatura (BRASIL, 2012a), é esperado que o egresso depois de concluído o curso apresente como perfil as características de saber tratar e avaliar a informação biológica, utilizando procedimentos gráficos, matemático-estatísticos, de processamento digital e de sistema de informação biológica; saber compreender as características dos diferentes contextos e das especificidades do desenvolvimento psicológico dos sujeitos a educar; compreender e relacionar as teorias educacionais e o desenvolvimento humano às práticas educativas; e atuar profissionalmente com autonomia e responsabilidade nos processos educacionais ou em qualquer área que seja competência do biólogo licenciado.

3.2.3.5 Justificativa para implantação do curso

3.2.3.5.1 No Campus Ceres

Um dos fatores que justificou a implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas no Campus Ceres, entre outros, decorreu da então carência de profissionais qualificados para atuar nas disciplinas de ciências e de biologia, na educação básica e ainda pela necessidade de profissionais que buscassem uma integração entre biotecnologia, produção, saúde e preservação do meio ambiente (BRASIL, 2012a).

Ademais, em muitas cidades do interior do estado de Goiás, as disciplinas de ciências, no ensino fundamental, e de biologia, no ensino médio, são ministradas por profissionais sem a qualificação específica da área, sendo esses geralmente professores de outras áreas do conhecimento, e muitas vezes até mesmo ex-alunos da instituição, não graduados, que apresentaram rendimento considerado notável durante o curso e que devido a isso, são tidos

como aptos a lecionar tais disciplinas. De acordo com o PPC do curso (BRASIL, 2012a), isso ocorre, principalmente, em função da ausência de políticas de valorização da profissão de professor, bem como em devido à carência de instituições de ensino que ofereçam cursos gratuitos e com ênfase na qualidade do ensino.

Diante desse contexto, a implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas no Campus Ceres do IF Goiano teve como meta promover o incentivo à formação do profissional de biologia, oferecendo ao acadêmico do curso:

A oportunidade de estudar em um ambiente adequado, com aulas teóricas ministradas por um corpo docente experiente e com titulação correlacionada às áreas de atuação, aulas práticas de qualidade em ambiente adequado, material didático e livros atualizados, contribuindo para o conhecimento específico na área de biologia (BRASIL, 2012a, p. 11).

Segundo o PPC da referida licenciatura do Campus Ceres (BRASIL, 2012a), o curso oferece a base pedagógica necessária ao profissional da área docente e estimula sua participação em projetos científicos e pedagógicos, com vistas à formação de um profissional competente, conforme as exigências do mercado de trabalho e de acordo com as novas demandas profissionais.

3.2.3.5.2 No Campus Urutaí

Apesar do Campus Urutaí do IF Goiano receber alunos oriundos de várias localidades do estado de Goiás e até mesmo de outras regiões do país, esse campus atende, em maior número, alunos oriundos dos municípios que formam a microrregião de Pires do Rio (BRASIL, 2015d). Fazem parte dessa microrregião, os seguintes municípios: Urutaí, Orizona, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, Gameleira de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Vianópolis, Cristianópolis e Palmelo (GOIÁS, 2018).

Segundo dados do IBGE, nessa microrregião existem 25 escolas que oferecem ensino de nível médio, pré-requisito para o ingresso na educação superior. Além disso, no ano de 2010 (ano de implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas do IF Goiano no Campus Urutaí) foram realizadas aproximadamente 5.883 matrículas no ensino médio nos municípios dessa microrregião, sinalizando assim a necessidade de ofertar cursos superiores na região para atender tal demanda (BRASIL, 2010c). O Quadro 1 demonstra a quantidade de escolas que ofertavam ensino médio e o número de matrículas em cada município da microrregião de Pires do Rio em 2010, ano em que foi implantada a referida licenciatura em

Urutaí (BRASIL, 2015d).

Quadro 1 ó Quantidade de escolas e número de matrículas no ensino médio de municípios que fazem parte da microrregião de Pires do Rio no ano de 2010

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE ESCOLAS DE NÍVEL MÉDIO	Nº DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO
Gameleira de Goiás	1	116
Ipameri	5	859
Orizona	2	567
Palmelo	1	82
Piracanjuba	3	793
Pires do Rio	5	1500
Santa Cruz de Goiás	1	96
São Miguel do Passa Quatro	1	206
Silvânia	3	771
Urutaí	2	405
Vianópolis	1	488
TOTAL	25	5.883

Fonte: BRASIL (2010c) com adaptações.

Anteriormente à implantação da licenciatura em ciências biológicas no Campus Urutaí, caso os alunos concluintes do ensino médio optassem em prosseguir com os estudos em um curso voltado para a área biológica e educacional, teriam que recorrer a outras instituições, inclusive privadas, localizadas em cidades vizinhas (fora da microrregião de Pires do Rio), por vezes distantes. De tal modo, tanto a distância quanto o custeio de mensalidades, limitavam o acesso à licenciatura em ciências biológicas a essa população, o que constituiu importante fator de decisão para o IF Goiano implantar o referido curso no Campus Urutaí (BRASIL, 2015d).

Outra condição que demonstrava a necessidade de ofertar tal curso no Campus Urutaí foi a constante carência de professores de ciências e de biologia (da educação básica), não somente na microrregião de Pires do Rio, mas também em várias outras regiões do estado de Goiás; realidade observada inclusive em outros estados brasileiros (BRASIL, 2015d).

Outro fator levado em conta para a decisão de implantar a licenciatura no Campus Urutaí decorre da constante preocupação em investir na área educacional. Nesse sentido,

qualquer ação ou política que vise melhorar a educação básica brasileira passa inevitavelmente pela melhoria da qualidade na formação do professor (BRASIL, 2015d).

Dessa forma, alguns indicadores da educação pública, como o Ideb, têm demonstrado crescimento na qualidade da educação básica brasileira. Resultados do Ideb de 2015, por exemplo, mostram que o Brasil atingiu as metas de qualidade para o ensino fundamental previstas, obtendo média de 5,5 pontos para os anos iniciais e 4,6 pontos para os anos finais. Entretanto, muitos problemas no ensino fundamental ainda permeiam o campo educacional brasileiro e, em relação ao ensino médio, os resultados do Ideb mostram que o referido nível de ensino evoluiu pouco nos últimos anos, sendo esses os resultados mais baixos da educação básica (BRASIL, 2015d). No Ideb de 2015, o ensino médio apresentou uma média de 3,7 pontos, sendo essa menor que a meta prevista (4,3) pelo MEC (BRASIL, 2018v).

Dados apresentados no Plano Estadual de Educação (2008 - 2017) do estado de Goiás revelam que a formação de professores para a educação básica tem apresentado certa evolução. Contudo, há uma concentração das licenciaturas em certas áreas do conhecimento, como letras, geografia, história, pedagogia e ciências sociais; demonstrando assim, uma lacuna que evidencia a falta de professores de biologia, física, química, matemática e artes. Essa lacuna é mais visível em determinadas regiões do estado, como por exemplo, na região do sudeste goiano, que inclui a microrregião de Pires do Rio (BRASIL, 2015d).

Dados do Inep demonstram que apenas 27% dos professores que ministram aulas de biologia nas escolas públicas em Goiás possuem formação específica na modalidade de licenciatura em ciências biológicas. Além disso, 44% dos professores não possuem nenhuma graduação ou apresentam formação em outras áreas que nada se relacionam com a disciplina que lecionam (BRASIL, 2015d).

Em pesquisa realizada no Campus Urutaí do IF Goiano, observou-se que quase metade dos professores (47,4%) que atuam no ensino de biologia nos municípios de Urutaí, Orizona, Pires do Rio e Ipameri (todos pertencentes à microrregião de Pires do Rio) não são licenciados em ciências biológicas e, embora mais da metade desses possuam curso de pós-graduação, 63,4% não apresentam correlação com a área de ciências biológicas (BRASIL, 2015d).

Diante do exposto, o IF Goiano notou urgente necessidade de promover a formação de professores licenciados em ciências biológicas na região de Urutaí. Ademais, tal preocupação pode ser observada inclusive na lei que instituiu a criação dos IFs (lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008), onde fica estabelecido que essas instituições devam ofertar o mínimo de 20% de suas vagas para licenciaturas, preferencialmente cursos de biologia, física, química e matemática (BRASIL, 2015d).

Analisando sob a perspectiva educacional, pode se dizer que a implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas no Campus Urutaí objetivou a formação de profissionais devidamente licenciados que atendessem ao mesmo tempo os requisitos da formação do biólogo, previstos na Resolução CNE/CES n. 7, de 11 de março de 2002 (BRASIL, 2002a), e os pressupostos exigidos para a formação do professor de ciências e de biologia. Ademais, ainda atendeu as exigências contidas nas diretrizes estabelecidas pelos PCNs para os ensinos fundamental e médio e as recomendações do MEC para os cursos de licenciatura, conforme preconizados no artigo 62 da lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), na lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008) e na Resolução CNE/CES n. 2 de 01 de julho de 2015 (BRASIL, 2015a) (BRASIL, 2015d).

Levando em consideração que a atuação de profissionais em áreas diversas daquelas em que se formou ou a atuação de profissionais não-licenciados pode implicar em prejuízos educacionais significativos, o curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Urutaí do IF Goiano tem contribuído significativamente para a redução do número de professores não qualificados, e ainda para o aumento de professores de biologia e ciências, não somente no estado de Goiás, como também em outras regiões brasileiras, resultando assim na melhoria da qualidade da educação básica tanto regional quanto nacional. Ressalta-se que isso tem contribuído com o estímulo ao ingresso e à permanência na carreira do magistério (na área de ciências e biologia), à promoção do incremento da quantidade de professores com formação superior em instituição pública federal, e até mesmo com o equilíbrio das oportunidades de formação de professores na região sudeste de Goiás (BRASIL, 2015d).

3.2.3.5.3 No Campus Rio Verde

Um dos pontos que despertou a atenção do IF Goiano em implantar uma licenciatura em ciências biológicas no Campus Rio Verde, foi em decorrência dessa área das ciências ter se despontado como uma das mais promissoras em termos de avanços científicos e tecnológicas. Os avanços relacionados à biotecnologia têm tido grandes desdobramentos técnico-científicos, com reflexo sobre diversas áreas, tais como saúde, economia, agricultura, indústria alimentícia e farmacêutica (BRASIL, 2013a).

Paralelamente a essa perspectiva, o Brasil, como um país em desenvolvimento, não pode prescindir do grande potencial que representam seus recursos naturais, principalmente no que tange à sua imensa biodiversidade. A região centro-oeste, em especial, a região do cerrado, reúne várias condições de representatividade desse importante bioma brasileiro, não

só devido à sua riqueza de espécies, mas também pela existência de importantes áreas de conservação (BRASIL, 2013a).

Tais aspectos repercutem regionalmente, materializando-se em uma significativa demanda pela habilitação em biologia, estimulada ainda pela influência da concentração de instituições de ensino e pesquisa, como por exemplo, os institutos de saúde e os centros regionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (BRASIL, 2013a).

Ademais, um país em desenvolvimento como o Brasil não pode abster-se de pessoal capacitado para bem exercer as atividades do ensino, em todas as áreas do conhecimento, uma vez que a educação é um dos requisitos mais importantes para seu desenvolvimento (BRASIL, 2013a).

Sendo assim, e em conformidade com o PPC do referido curso, a implantação da licenciatura em ciências biológicas no Campus Rio Verde justificou-se não somente em decorrência da relevância da atividade do biólogo e da demanda regional por profissionais da área, como também devido à importância e à necessidade de professores para atuar no ensino das ciências naturais e da biologia, em nível fundamental e médio, respectivamente (BRASIL, 2013a).

Nesse contexto, o ensino de biologia apresenta-se não apenas como um acessório, mas principalmente como um importante instrumento para a compreensão e para a conquista de uma melhor qualidade de vida, contribuindo de tal modo para melhorar a formação do cidadão (BRASIL, 2013a).

Outro fator decisivo responsável pela implantação dessa licenciatura no Campus Rio Verde do IF Goiano foi o reduzido número de profissionais licenciados em ciências biológicas em atuação principalmente no estado de Goiás. Tornando assim incapaz de suprir a crescente demanda promovida pelo crescimento da população e pela elevação do nível de escolaridade dos brasileiros, particularmente em função do crescente aumento da demanda por ensino médio no país (BRASIL, 2013a).

A oferta do curso de licenciatura em ciências biológicas na cidade de Rio Verde apresenta ainda um importante avanço para o estado de Goiás. Vem sendo responsável por formar profissionais capazes de contribuir com o progresso não somente da região goiana, mas também de diversas outras regiões brasileiras. Destaca-se uma importante característica desse curso de licenciatura o fato dele ser público e gratuito, uma vez que a maioria dos cursos superiores oferecidos em Rio Verde são ofertados pela rede particular de ensino, apresentando ainda elevados valores de mensalidade (BRASIL, 2013a).

Desse modo, a implantação do curso de licenciatura em ciências biológicas no Campus

Rio Verde do IF Goiano tem o mérito de ser um curso superior gratuito, oferecido pela rede pública, o que possibilita um maior acesso das camadas mais carentes da sociedade a esse nível de ensino. A oferta dessa licenciatura atende também a proposta de ampliação da educação profissional, o que se justifica pelo grande aumento do número de concluintes do ensino médio e o conseqüente aumento da demanda por vagas no ensino superior (BRASIL, 2013a).

3.2.4 Curso de licenciatura em química do IF Goiano

A química, como parte da educação científica e geral do cidadão é fundamental para torná-lo capaz de interpretar o mundo e compreender a relação do homem com a natureza e, como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia afetam esta relação homem/natureza (BRASIL, 2018r).

O curso de licenciatura em química do IF Goiano tem por objetivo formar profissionais capacitados para atuar no ensino fundamental, médio e superior, desenvolvendo a capacidade de utilizar, de forma responsável, o conhecimento técnico e pedagógico adquirido e suas implicações no meio ambiente (BRASIL, 2018m). Apresentando como objetivo fundamental a formação de professores para atuar nas disciplinas de ciências, nos anos finais da educação básica, e nas disciplinas de química, no ensino médio, com uma prática pedagógica reflexiva e consciente, com ampla fundamentação teórica e que seja capaz de intervir de forma transformadora na realidade socioeconômica regional (BRASIL, 2018r). Outro importante objetivo do curso é formar profissionais da educação que dominem os conceitos, leis e princípios da química, as propriedades físicas e químicas dos elementos e compostos, a aplicabilidade dessa ciência na vida prática e nos processos de produção, que sejam capazes de relacioná-la ao contexto cultural, histórico, socioeconômico e político e, desse modo, consigam refletir e aprimorar sua prática na educação (BRASIL, 2017g).

O curso está estruturado com base nas diretrizes curriculares, apresentando conteúdos curriculares organizados de forma a se adequar às características do Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da IF Goiano e do MEC, contemplando ainda características regionais. Apresenta uma matriz curricular desenvolvida de forma a privilegiar a adaptação e a consolidação gradativa do conhecimento, sem desagregar o saber acadêmico da prática profissional e dos saberes decorrentes dessa prática. Almeja direcionar os caminhos que levem a uma prática profissional, social e regionalmente adequadas, articulada por ações multidisciplinares de diversos elementos viabilizadores do processo educacional. Dentro

desse princípio, o curso visa oferecer ao aluno condições para sua inserção no exercício da profissão como professor em uma dimensão crítico-reflexiva na pesquisa em ensino e áreas afins da química. Dessa forma, o currículo é estruturado como um instrumento que propicia aquisição do saber de forma articulada, contemplando também o desenvolvimento de habilidades e atitudes educacionais (BRASIL, 2018p).

A matriz curricular proposta também atende os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Química, capacitando o licenciado a atuar tanto no magistério do ensino fundamental e médio, quanto no desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas, por meio de programas de mestrados ou doutorados; e ainda, na direção, supervisão e coordenação ou como responsável técnico em áreas das ciências químicas em diversas indústrias; na realização de análises químicas de origem físico-química, químico-biológica, bromatológica e toxicológica; na assistência, assessoramento e prestação de consultoria; e na realização de vistorias, perícias, pareceres, laudos e atestados, entre outras (BRASIL, 2015j).

O curso se propõe a oferecer uma ampla e concreta formação humanística e científica nas áreas pedagógica e específica. No decorrer do curso, o aluno tem acesso a uma formação generalista, porém sólida e abrangente, em conteúdos de diversos campos da química, recebendo adequada preparação à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de química e de áreas afins na atuação profissional como professor no ensino fundamental e médio. O curso está estruturado de forma a capacitar os profissionais egressos a exercer a profissão segundo as exigências dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, procurando formar futuros professores capazes de acompanhar a evolução da sociedade (BRASIL, 2015j).

O curso tem duração de 4 anos (8 semestres); são ofertadas 40 vagas anuais por turma, no período noturno nos *campi* Ceres, Iporá, Morrinhos e Rio Verde, e nos períodos matutino e noturno no Campus Urutaí (BRASIL, 2018m).

Apresenta carga horária total de 3.220 horas (Campus Ceres) (BRASIL, 2018p); 3.200 horas (Campus Iporá) (BRASIL, 2013c); 3.203,3 horas (Campus Morrinhos) (BRASIL, 2015g); 2.990 horas (Campus Rio Verde) (BRASIL, 2010b); 3.230 horas (Campus Urutaí ó Matutino) (BRASIL, 2017e); e 3.098 horas (Campus Urutaí ó Noturno) (BRASIL, 2013d).

O curso teve início em 2011 no Campus Ceres (BRASIL, 2013b); 2011 no Campus Iporá (BRASIL, 2018u); 2010 no Campus Morrinhos (BRASIL, 2015j); primeiro semestre do ano de 2008 no Campus Rio Verde (BRASIL, 2010b); fevereiro de 2018 no Campus Urutaí, no período matutino (BRASIL, 2017e); e fevereiro de 2011 no Campus Urutaí, no período noturno (BRASIL, 2013d).

3.2.4.1 *Objetivo do curso*

O curso tem como objetivo formar profissionais capacitados para atuar nos ensinos fundamental, médio e superior, desenvolvendo a capacidade de utilizar, de forma responsável, o conhecimento técnico e pedagógico adquirido no decorrer de sua formação e suas consequências no meio ambiente (BRASIL, 2015j). O curso pretende oferecer uma formação sólida, humanística e científica na área pedagógica e na área da química, de modo que a formação docente possa contribuir para que o cidadão compreenda, interprete e enfrente a realidade em que vive por meio do conhecimento socialmente produzido (BRASIL, 2013b).

O curso proporciona uma formação generalista e interdisciplinar, fundamentada em sólidos conhecimentos de química, suficientes para se atuar na solução de problemas, na inovação científica e tecnológica, na transferência de tecnologias, seja no trabalho de investigação científica, na produção/controlar de qualidade, seja no trabalho em pesquisa ou no ensino de química, além de várias outras áreas como: direção, supervisão, coordenação de área técnica em química em diversas indústrias, realização de vistorias, perícias, emissão de pareceres, laudos, atestados e, ainda, análises químicas de origem físico-química, químico-biológica, bromatológica, toxicológica e legal (BRASIL, 2017k, p. 2).

Especificamente, o curso de licenciatura em química do IF Goiano visa promover o processo de ensino, pesquisa e aprendizagem em química; compreender as transformações químicas que ocorrem nos processos naturais e tecnológicos ocorridos no cotidiano, além de fazer uso do conhecimento químico para pensar e se posicionar criticamente acerca das questões atuais; e desenvolver uma consciência permanente das vantagens e limitações da ciência e da tecnologia. O curso pretende ainda permitir que o profissional licenciado em química desempenhe cargos e funções técnicas; desenvolva uma consciência permanente das vantagens e limitações da ciência e da tecnologia; produza ensaios e pesquisas em geral; e desenvolva métodos e produtos (BRASIL, 2018r).

Ademais, essa licenciatura objetiva, de forma específica, oferecer ao aluno uma sólida base de conhecimentos de química e áreas afins; estimular o desenvolvimento científico, reflexivo e ético; fornecer conhecimento nas áreas de química e educacional, que são objeto de trabalho do profissional em formação; promover o desenvolvimento das habilidades relativas à interação, integração e comunicação e da capacidade de liderança; mecanismos para estimular o senso crítico e promover a conscientização, a fim de estimular o senso de preservação da vida e do meio ambiente; desenvolver a capacidade de elaborar e divulgar o conhecimento científico; estimular a capacidade de desenvolvimento de projetos, acadêmicos ou sociais, contando com o apoio do corpo docente; estimular a habilidade para lidar com

adversidades; e desenvolver as habilidades referentes à postura profissional, formalidade e definição dos limites de atuação (BRASIL, 2015g).

3.2.4.2 Área de atuação

O profissional licenciado em química está habilitado ao exercício do magistério na educação básica, além de poder exercer outras atividades na área da educação (BRASIL, 2017g). Está apto ainda a exercer suas atividades profissionais em escolas, universidades, institutos de educação e pesquisa, indústrias alimentícias, sucroalcooleira, bioenergética, petrolífera, farmacêutica, indústrias de papel e celulose, prestação autônoma de serviços, e em diversas instituições públicas ou privadas que necessitem de profissionais de química (BRASIL, 2015j). Dependendo de determinadas especializações que fizer, após a graduação, o licenciado em química pode atuar ainda em laboratórios e indústrias (BRASIL, 2017j).

O profissional também está capacitado a atuar em análises químicas e no controle de qualidade, seja no desenvolvimento de novos métodos analíticos, seja na operação de equipamentos. Pode ainda se dedicar à pesquisa acadêmica, com o intuito de gerar novos conhecimentos, materiais didáticos e metodologias. Podendo atuar também nas diversas fases da produção industrial, em atividades que englobam (BRASIL, 2018p):

A supervisão da fabricação de produtos para o mercado consumidor doméstico (detergentes, cosméticos, outros), de insumos agrícolas (fertilizantes e defensivos), insumos industriais (corantes, estabilizantes, conservantes, aromatizantes e aditivos em geral para conferir propriedades específicas a certos produtos ou materiais), matérias-primas (solventes, plásticos, borrachas e produtos químicos em geral); o controle de qualidade de matérias-primas e produtos para que os produtos finais atinjam as especificações impostas pelo mercado ou pelos órgãos oficiais de controle sanitário; o tratamento de efluentes industriais, visando a proteção do meio ambiente e o reaproveitamento de subprodutos (BRASIL, 2018p, p. 2).

O profissional também pode atuar em outras áreas relacionadas aos processos produtivos, na direção, supervisão, coordenação de área técnica em química em diversos tipos de indústrias, realizar vistorias, perícias, emissão de pareceres, atestados, laudos, análises químicas de origem físico-química, químico-biológica, bromatológica e toxicológica (BRASIL, 2015j).

Além disso, poderá obter outras atribuições legais, tais como assistência, assessoria, consultoria, elaboração de orçamentos, divulgação e comercialização de produtos, avaliação, arbitramento e serviços técnicos; desempenho de cargos e funções técnicas relacionados à padronização e ao controle de qualidade; ensaios e pesquisas em geral; pesquisas e

desenvolvimentos de métodos e produtos de acordo com o que está preconizado no CRQ (Resolução Normativa n. 36/74, do Conselho Federal de Química) (BRASIL, 2018p).

3.2.4.3 Perfil Profissional

O licenciado em química está apto a atuar tanto no ensino formal quanto no ensino não-formal; pode dar continuidade em sua formação acadêmica em cursos de pós-graduação; lecionar disciplinas de química em IES; desenvolver metodologias e materiais didáticos; e articular atividades de ensino de química na organização, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas de escolas. O profissional deve, preferencialmente, manter-se atualizado em seus conhecimentos técnico específico, científico e pedagógico, saber dominar habilidades básicas de comunicação e cooperação. Ademais, deve atuar profissionalmente com princípios da reflexão sobre sua atuação, da pesquisa como meio de interpretar os problemas ligados ao processo ensino/aprendizagem e da ética, como base da formação para a cidadania de seus alunos (BRASIL, 2018p).

É esperado que o licenciado em química, depois de concluído o curso, esteja preparado para atuar profissionalmente de modo a:

- Refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino/aprendizagem.
- Compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações da química na sociedade.
- Trabalhar em laboratório e usar a experimentação em química como recurso didático.
- Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.
- Disseminar e difundir e/ou utilizar o conhecimento relevante para a comunidade.
- Atuar no magistério, em nível de ensino fundamental e médio, de acordo com a legislação específica, utilizando metodologia de ensino variada.
- Contribuir para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e para despertar o interesse científico em adolescentes.
- Escrever e analisar criticamente livros didáticos e paradidáticos e indicar bibliografia para o ensino de química.
- Analisar e elaborar programas para esses níveis de ensino.
- Exercer a sua profissão com espírito dinâmico, criativo, na busca de novas alternativas educacionais, enfrentando como desafio as dificuldades do magistério.
- Assumir conscientemente a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania.
- Desempenhar outras atividades na sociedade, para cujo sucesso, uma sólida formação universitária seja um importante fator (BRASIL, 2017h, p. 2).

Espera-se ainda, que o profissional formado em licenciatura em química, apresente em seu perfil a qualidade de ser:

Generalista, crítico, ético e cidadão com espírito de solidariedade.
 Consciente da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, saúde e meio ambiente.
 Comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critério humanístico, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais.
 Consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos de atuação profissional.
 Preparado para a adequada aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de química e de áreas afins na atuação profissional como educador na educação fundamental e média.
 Apto a atuar multi e interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho e às situações de mudança contínua do mesmo.
 Preparado para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação (BRASIL, 2018r, p. 2-3).

Em suma, nota-se que o perfil do profissional licenciado em química é vasto, podendo atuar tanto no ensino formal, ministrando aulas de química, quanto no ensino não-formal, como por exemplo escrevendo para jornais, revistas ou prestando consultoria para ONGs em áreas relacionadas à química. É esperado ainda que esse profissional domine o conhecimento de conteúdos técnicos e teóricos específicos da área, assim como pedagógicos, e que esteja apto a exercer a profissão de forma crítica e ética, tendo consciência da importância social da profissão, estando preparado para atuar de forma interdisciplinar e valendo-se de ideias inovadoras.

3.2.4.4 Perfil do Egresso

O curso de licenciatura em química do IF Goiano visa formar egressos que compreendam conceitos, leis e princípios da química; que tenham a capacidade de identificar os aspectos filosóficos e sociais que definem a realidade educacional, bem como de acompanhar os avanços científicos, tecnológicos e educacionais; que reconheçam a química como construção humana e compreendam os aspectos sócio-históricos envolvidos em sua produção; que tenham domínio de conhecimentos e técnicas básicas de utilização de laboratórios e procedimentos de primeiros socorros, nos casos de acidentes em laboratórios de química; que tenham percepção da relação ensino-aprendizagem como processo humano em construção; que tenham capacidade de trabalhar em equipe; que saibam compreender as diversas etapas que compõem uma pesquisa educacional; e que tenham responsabilidade pela sua formação continuada (BRASIL, 2013b).

É esperado ainda que seus egressos apresentem um perfil voltado para a criatividade e para o desenvolvimento de espírito investigativo e iniciativa na busca de soluções para questões relacionadas ao ensino de química; promovam o exercício da cidadania; tenham a capacidade de produzir textos científicos e de interpretar e utilizar as diferentes formas de representação como, por exemplo, tabelas, gráficos, símbolos e expressões; tenham conhecimento das teorias psicopedagógicas que fundamentam o processo de ensino/aprendizagem, assim como os princípios de planejamento educacional; tenham conhecimento dos fundamentos, da natureza e das principais pesquisas de ensino de química, além de conhecimento e experiência em projetos e propostas curriculares de ensino de química; e que também promova o desenvolvimento de atitudes que favoreçam a incorporação, na prática, dos resultados da pesquisa educacional no ensino de química, a fim de solucionar problemas relacionados ao processo de ensino/aprendizagem (BRASIL, 2013b).

Segundo o PPC do referido curso (BRASIL, 2013b), o perfil que o IF Goiano pretende construir em seu egresso após a conclusão do curso de licenciatura em química é amplo e constituído de importantes características, tanto de caráter profissional quanto social. Ademais, pretende-se que esse egresso saiba exercer a profissão com espírito dinâmico, crítico, criativo; identificar, no contexto da realidade escolar, dos fatores determinantes no processo educativo; analisar de forma crítica os problemas educacionais brasileiros; assumir conscientemente a tarefa educativa; compreender os modelos teóricos como construções humanas, para explicar os fenômenos de diferentes realidades; aplicar conceitos teóricos sobre a matéria, de forma que as transformações nos aspectos quantitativos e qualitativos tornem-se inteligíveis; reconhecer que a observação empírica é insuficiente para a compreensão dos fenômenos do mundo natural; conhecer as principais propriedades físicas e químicas dos elementos e compostos químicos; organizar e interpretar resultados experimentais; conhecer e compreender a utilização dos instrumentos de pesquisa; compreender a dimensão política e social do papel do professor de química na sociedade; agir com ética e responsabilidade profissional; selecionar e elaborar material didático para o ensino; ministrar de forma competente as aulas e propor formas de avaliação adequadas. Espera-se ainda que o egresso tenha a capacidade de considerar o nível de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, a fim de promover o avanço na aprendizagem; propor, com autonomia, estratégias de ensino e condução pedagógica adequadas às diferentes realidades das escolas brasileiras; e saiba analisar, criticar e elaborar programas de ensino de química.

3.2.4.5 Justificativa para implantação do curso na instituição/campus

3.2.4.5.1 No Campus Ceres

Um dos fatores que influenciaram a implantação do curso de licenciatura em química no Campus Ceres foi o grande déficit de profissionais licenciados nessa área. De acordo com o PPC da referida licenciatura, estudos do Inep apontam que à época da implantação do curso no Campus Ceres, existia um déficit em torno de 23,5 mil professores de química para suprir a demanda do país referente ao ensino médio (BRASIL, 2013b).

Outro importante fator se deve ao número de concluintes do ensino médio tanto no município de Ceres quanto em suas cidades vizinhas. Segundo o PPC do curso, a Subsecretaria Estadual de Educação Regional de Goiás, que atende as cidades de Ceres, Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Rianópolis, Cirilândia e Santa Isabel, relatou que cerca de 2.500 alunos são matriculados anualmente no ensino médio (BRASIL, 2013b). Percebe-se assim que havia uma real e urgente necessidade de se ter professores licenciados em química na região, a fim de atender a demanda local.

A implantação da licenciatura em química no Campus Ceres visava também atender o que preconiza a lei n. 11.892 (BRASIL, 2008), a qual estabelece que 20% das vagas ofertadas pelos IFs devem ser voltadas para cursos de formação de professores na modalidade de licenciatura (BRASIL, 2013b).

Ademais, esse curso foi iniciado somente após ter sido realizada uma consulta de aceitação junto à população de Ceres e também de municípios circunvizinhos. De tal modo, o curso foi implantado não somente em virtude do déficit de professores de química na região goiana, mas também diante de um verdadeiro clamor social dos moradores locais em decorrência da carência de professores com a devida qualificação (BRASIL, 2013b).

Ressalta-se ainda, que a licenciatura em química do Campus Ceres do IF Goiano tem o mérito de ser um curso superior oferecido pela rede pública, democratizando assim o acesso ao ensino superior às camadas mais carentes da sociedade (BRASIL, 2013b).

3.2.4.5.2 No Campus Iporá

O curso de licenciatura em química foi implantado no Campus Iporá, entre outros fatores, como forma de potencializar o uso da estrutura física e de recursos humanos que o campus possui. Outro importante motivo que justifica a oferta dessa licenciatura no Campus

Iporá, decorre do empenho da instituição em seguir a proposta de verticalizar o ensino, possibilitando ao discente a formação continuada numa mesma área de atuação, visto que o campus já oferta o curso de técnico de química integrado ao ensino médio (BRASIL, 2013c).

A implantação dessa licenciatura no campus se deu também em função daquilo que é preconizado na legislação referente aos objetivos da criação dos IFs, que dentre outros pontos, inclui ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura visando a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008). Ademais, foi observada uma grande demanda tanto regional quanto nacional por licenciados em química, em ambos os níveis de ensino (BRASIL, 2013c).

Sendo assim, a licenciatura em química tem feito parte de uma importante ferramenta do governo federal, principalmente por estar promovendo a ascensão social daqueles que, através do conhecimento crítico e reflexivo (qualificação profissional) estão promovendo a conquista por melhores índices de desenvolvimento social, cultural e econômico (BRASIL, 2013c).

3.2.4.5.3 No Campus Morrinhos

De acordo com o PPC do curso de licenciatura em química do Campus Morrinhos do IF Goiano, uma das principais justificativas para a implantação desse curso no referido campus decorre da escassez de professores licenciados em química na região, principalmente no que diz respeito à atuação de tais profissionais na rede pública de ensino em nível médio (BRASIL, 2015g).

Ademais, o número de professores com licenciatura em química atuantes na profissão é bastante reduzido, especialmente aqueles que atuam na rede pública de ensino; é comum vermos professores licenciados em áreas diversas lecionando disciplinas de química. No entanto, a LDBEN, juntamente com o Parecer CNE/CES n. 1.303 de 06/11/2001 (BRASIL, 2001d), que estabelece as DCNs para os cursos de química, determinam que para ministrar aulas em nível médio do ensino básico, o profissional deve ser formado no curso superior de licenciatura em química. Essas determinações visam assegurar que o professor de química efetivamente seja um profissional licenciado em química, a fim de garantir que o conteúdo ministrado por esse professor ocorra de forma ideal e pedagógica, repercutindo assim na formação do aluno, tanto em sua formação cultural, quanto em sua visão investigativa e científica (BRASIL, 2015g).

Apesar do aumento no número de professores efetivos e com habilitação específica em nível superior da licenciatura, a situação ideal ainda está muito aquém, especialmente quando são avaliadas as diversas formações acadêmicas. Em termos de formação de professores, a situação não mudou muito desde 2015, ano de implantação do curso de licenciatura em química no Campus Morrinhos (BRASIL, 2015g).

Ressalta-se ainda que, de acordo com o PPC do curso de licenciatura em química do Campus Morrinhos, até o momento da implantação desse curso na região não havia oferta de cursos de licenciatura em química, e as únicas instituições de ensino que ofertavam tal licenciatura, estavam localizadas a mais de 90 km de distância. Dessa forma, nota-se a escassez da oferta de cursos de licenciatura em química não somente em Morrinhos, mas também nos municípios vizinhos e em áreas mais próximas da região. Também é perceptível que ainda existe um grande déficit de licenciados em química, de modo que a oferta desse curso no Campus Morrinhos tem como um de seus principais objetivos amenizar essa realidade, promovendo a formação de professores licenciados em química (BRASIL, 2015g).

3.2.4.5.4 No Campus Rio Verde

Segundo o PPC do curso de licenciatura em química do Campus Rio Verde do IF Goiano (BRASIL, 2010b), um dos principais fatores que justificaram a implantação desse curso no referido campus foi em função da instituição visualizar o aproveitamento da estrutura que o Campus Rio Verde já possuía, como por exemplo, o seu quadro de professores altamente qualificado composto por 7 especialistas, 44 mestres e 43 doutores, contando ainda com uma excelente infraestrutura física formada por laboratórios de solos, informática aplicada, análise de sementes, microbiologia, fitopatologia, entomologia, biotecnologia (culturas de tecidos), controle de sanidade animal, bromatologia, química, águas e afluentes. Além desses laboratórios, o campus possui ainda áreas de produção e experimentação na própria fazenda (BRASIL, 2010b).

Somado aos aspectos mencionados, tem-se o fato que a região é muito carente de professores com formação em licenciatura em química. Desse modo, a oferta de licenciatura em química no Campus Rio Verde, apresenta grande importância para a formação de professores licenciados na área, contribuindo assim para o desenvolvimento científico e tecnológico da região (BRASIL, 2010b).

Cabe ressaltar que a oferta de licenciatura em química pelo IF Goiano no Campus Rio Verde tem o mérito de ser um curso superior gratuito oferecido pela rede pública,

possibilitando de tal modo o acesso a esse grau de ensino às camadas mais carentes da sociedade. Dessa forma, atende-se ainda a proposta de expansão da oferta da educação profissional promovida pelo governo federal, que se justifica pela grande expansão do número de concluintes do ensino médio e o conseqüente aumento da demanda por vagas no ensino superior na região (BRASIL, 2010b).

Aliado aos fatores mencionados, outra justificativa para a oferta de licenciatura em química no Campus Rio Verde, foi em decorrência da significativa demanda pela habilitação em química, estimulada pela influência da concentração no estado de Goiás de instituições de pesquisa, centros regionais de pesquisa e de estudos da Embrapa, institutos de saúde, entre outras instituições semelhantes (BRASIL, 2010b).

Outro fator responsável pela implantação dessa licenciatura no Campus Rio Verde foi devido à química ter se destacado como uma área muito promissora em termos de avanços científicos e tecnológicos, dadas às perspectivas de descobertas revolucionárias nessa área. Ademais, os avanços relativos à química têm apresentado grande evolução no campo técnico-científico, refletindo em diversas áreas, como por exemplo, na saúde, agroeconomia e indústria (BRASIL, 2010b).

Ressalta-se ainda que, como o Brasil é um país que apresenta uma enorme riqueza em termos de biodiversidade, estudos químicos sobre essa biodiversidade são de grande importância para o país. Sendo a região centro-oeste possuidora de um extenso cerrado, no qual reúnem diversas espécies animais e vegetais, além de importantes áreas de conservação, o desenvolvimento de estratégias de conservação e utilização dos recursos dessa biodiversidade requer o uso de mão de obra qualificada constituída por profissionais formados em química, os quais apresentam uma visão holística dos processos químicos, capazes de associar conhecimentos da fauna e da flora (BRASIL, 2010b).

Outro objetivo de ofertar o curso de licenciatura em química no Campus Rio Verde foi visando qualificar os professores, uma vez que o país não pode prescindir de pessoal capacitado para bem exercer as atividades do ensino, em todas as áreas do conhecimento, uma vez que a educação de crianças e jovens é um dos requisitos mais importantes para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2010b).

3.2.4.5.5 No Campus Urutaí

Segundo o PPC do curso de licenciatura em química do Campus Urutaí, um dos principais motivos para a implantação do curso nesse campus foi em função da grande

carência de professores licenciados em química na área da educação. De modo que, na ausência desses, a docência vem sendo exercida por diversos outros profissionais, tais como odontólogos, biólogos, nutricionistas, engenheiros, fisioterapeutas e farmacêuticos, que ãfazendo bicoõ como professor, vem trazendo enormes prejuízos tanto para os estudantes quanto para o processo de ensino-aprendizagem de química (BRASIL, 2013d).

Dados apresentados no Plano Estadual de Educação (2008-2017) do estado de Goiás revelam que, apesar do crescimento do número de professores que estão se formando, ainda há um grande déficit de profissionais habilitados para exercer a docência nas áreas de física, química, matemática e biologia. Dessa forma, em resposta a esse grande déficit de professores licenciados em química no estado de Goiás, foi que o IF Goiano decidiu implantar a licenciatura em química no Campus Urutaí (BRASIL, 2013d).

O PPC do curso de licenciatura em química do Campus Urutaí indica que pesquisas realizadas em escolas públicas e privadas de municípios goianos da região da estrada de ferro (região formada por 22 municípios) revelaram que a escassez de professores de química nessas cidades é um fator altamente preocupante. Ainda, de acordo com o PPC do curso, até a implantação da licenciatura em química do IF Goiano no Campus Urutaí, não havia nenhum profissional licenciado em química atuando nas escolas municipais e nem estaduais da cidade. Em Pires do Rio, cidade vizinha à Urutaí, até o momento anterior à implantação da referida licenciatura no Campus Urutaí, de todos os profissionais que eram professores de química, apenas um era licenciado na área; e em toda a região investigada, menos de 10% dos professores de química, eram adequadamente habilitados (BRASIL, 2013d).

Antes da implantação da licenciatura em química no Campus Urutaí, existia apenas um curso de licenciatura em química na região, ofertado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) no Campus Catalão. Ademais, além desse curso ofertado pela UFG, as únicas alternativas mais próximas para a formação de licenciados em química eram Anápolis e Goiânia, cidades situadas a cerca de 150 km de Urutaí que, além da distância, ainda não contavam com transporte diário específico para estudantes (BRASIL, 2013d).

Sendo assim, a oferta do curso de licenciatura em química do IF Goiano ó Campus Urutaí possui grande relevância para a região sudeste de Goiás. Do ponto de vista educacional, passou a formar profissionais devidamente licenciados para atender tanto os requisitos da formação do químico previsto na Resolução CNE/CES n. 8 de 11 de março de 2002 (BRASIL, 2002b) quanto do professor de química. Ademais, a implantação da licenciatura em química no Campus Urutaí visa atender também os requisitos contidos nas diretrizes estabelecidas pelos PCNs para o ensino médio e as recomendações do MEC para os

cursos de licenciatura, conforme preconiza o artigo 62 da LDBEN (BRASIL, 1996) e as resoluções CNE/CP nº 1 e 2 de 2002 (BRASIL, 2013d).

3.2.5 Curso de licenciatura em ciências naturais do IF Goiano

É um curso de licenciatura que se fundamenta na legislação vigente e responde às demandas apresentadas pela educação atual em termos de formação docente qualificada, e segue em consonância com os objetivos de funcionamento dos IFs. Esse curso conecta de forma inseparável a fundamentação teórica e a ação docente de maneira prática, aplicada e interdisciplinar. Para tanto, além da articulação disciplinar, está previsto a realização de estágios docentes, atividades complementares, iniciação científica, visitas técnicas, atividades de extensão, extraclasse e fora do ambiente escolar, entre outras atividades (BRASIL, 2018l).

Segundo o PPC do referido curso (BRASIL, 2018l), essa licenciatura já está com sua implantação autorizada pelo Conselho Superior do IF Goiano (Resolução n. 071/2018), com previsão para início de suas atividades no 1º semestre de 2019. O curso será ofertado no Campus Avançado Catalão do IF Goiano, na modalidade presencial, com aulas no turno noturno e com duração de 4 anos (8 semestres). Serão oferecidas 40 vagas anuais por turma e o curso terá uma carga horária total de 3.218 horas.

3.2.5.1 Objetivo do curso

O curso apresenta como objetivo, principalmente:

Formar professores de ciências que, apropriados dos conhecimentos científicos e didáticos disseminem os saberes desta área de conhecimento, em diferentes espaços educativos, particularmente, nos ensinos fundamental e médio formal, envolvendo variados projetos de aprendizagem, materiais didáticos e instrumentos de comunicação, assim como disposto pelo parecer do CNE/CES n. 1.303/2001 (BRASIL, 2018l, p. 16).

Ademais, o curso ofertado tem por objetivos específicos primordiais:

- a) Formar professores de ciências naturais que percebam as ciências como ferramenta indispensável para a compreensão das transformações naturais, físicas e biológicas que nos cercam;
- b) contribuir para a superação de déficit de professores licenciados na área de ciências naturais na educação básica;
- c) formar professores cidadãos, capazes de pensar/agir de forma criativa e inovadora perante os problemas do contexto social;

- c) proporcionar o desenvolvimento de capacidades e habilidades funcionais para a pesquisa em ciências naturais, contribuindo para o acompanhamento das rápidas mudanças tecnológicas vivenciadas pela sociedade contemporânea, como forma de garantir a qualidade do ensino de ciências;
- d) formar docentes capazes de produzir material didático convencional e também alternativos e de baixo custo para serem utilizados no ensino de ciências (BRASIL, 2018l, p. 16).

Destarte, o curso visa principalmente a formação de professores de ciências naturais para atuar nos ensinos fundamental e médio, a fim de superar o déficit de docentes licenciados nessa área. Visando garantir a qualidade no ensino das ciências, essa licenciatura tem como objetivo ainda formar profissionais licenciados em ciências naturais capazes de lecionar de forma criativa e inovadora, acompanhando o desenvolvimento tecnológico ao qual estamos submetidos em nossa sociedade.

3.2.5.2 Área de atuação

O profissional formado no curso de licenciatura em ciências naturais está capacitado a atuar na educação básica, tendo prioridade no ensino fundamental, como educador para a ciência e para o meio ambiente. Está voltado para a formação e a disseminação do saber das ciências naturais nos diferentes níveis sociais, na educação formal e informal. É um profissional que deve apresentar domínio nas áreas da biologia, física e química, bem como ter conhecimento de suas aplicações e de seu desenvolvimento científico (MEC, 2018b).

Alguns profissionais, ainda no período da faculdade, optam em direcionar seus estudos para as áreas de matemática, física, química ou biologia, capacitando-os assim para lecionar também essas disciplinas em escolas de educação básica (GUIA DA CARREIRA, 2018a).

O licenciado em ciências naturais, por ter uma formação ampla e generalista, possui uma visão global sobre a área de ciências e do meio ambiente. Dessa forma, além de atuar como professor, também pode trabalhar em editoras escrevendo e revisando livros e materiais didáticos nessas áreas (GUIA DA CARREIRA, 2018a).

Realizar palestras e elaborar planos de conscientização ambiental também constituem parte integrante da área de atuação do profissional licenciado em ciências naturais (GUIA DA CARREIRA, 2018a).

Ainda, de acordo com o portal Guia da Carreira, o licenciado em ciências naturais pode atuar em escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, em ONGs, em museus e em centros de ciência. Pode trabalhar também com divulgação científica e produção de material didático (GUIA DA CARREIRA, 2018a).

3.2.5.3 *Perfil Profissional*

O curso de licenciatura em ciências naturais deve formar profissionais generalistas, mas com formação sólida e abrangente em conteúdos de diversos campos das ciências naturais, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento de ciências naturais e de áreas afins na atuação profissional como educador na educação de nível fundamental e médio (BRASIL, 2018l).

3.2.5.4 *Perfil do Egresso*

Após a conclusão do curso, espera-se que o egresso licenciado em ciências naturais pelo Campus Avançado Catalão do IF Goiano seja:

Generalista, crítico, ético, e cidadão com espírito de solidariedade.
 Consciente da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, políticas de saúde, meio ambiente.
 Comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critério humanístico, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais.
 Consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos de atuação profissional.
 Capacitado para a aplicação pedagógica do conhecimento e de experiências científicas na atuação profissional como educador.
 Apto a atuar multi e interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho e às situações de mudança contínua inerentes a profissão.
 Preparado para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação (BRASIL, 2018l, p. 16).

Em suma, almeja-se que o licenciado em ciências naturais pelo IF Goiano, depois de formado, seja um profissional consciente de suas ações e responsabilidades como educador, e que tenha domínio tanto de conhecimentos específicos da área quanto pedagógicos. É esperado ainda que esse egresso esteja apto a atuar interdisciplinarmente de forma crítica, humana e comprometido com a ética.

3.2.5.5 *Justificativa para implantação do curso na instituição/campus*

A princípio, durante a criação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IF Goiano, não estava prevista a criação de um curso de licenciatura em ciências naturais na instituição. No entanto, com a progressiva chegada e consolidação do corpo docente do IF Goiano e a perspectiva de verticalização a partir de um curso de licenciatura,

despertou o interesse da instituição em abrigar tal curso. Ademais, estudos e planejamentos para uma licenciatura em ciências naturais consolidaram-se como uma alternativa promissora para o Campus Avançado Catalão, tanto em relação ao próprio município de Catalão quanto em relação às cidades do entorno, pois tais regiões apresentam significativa carência de licenciatura nessa área (BRASIL, 2018l).

De acordo com o PPC da licenciatura em ciências naturais do IF Goiano (BRASIL, 2018l), a implantação do curso no Campus Avançado Catalão justificou-se, principalmente, em decorrência de cinco importantes fatores:

- 1) Carência de profissionais com formação em licenciatura em ciências naturais no estado de Goiás e em nível nacional. Considerando-se a grande carência de docentes de ciências naturais e ainda a ausência desse curso em IES do estado, percebe-se uma urgente necessidade de promover a formação de licenciados em ciências naturais na região sudeste do estado de Goiás, especialmente em Catalão. Nesse contexto a docência da disciplina de ciências é exercida por licenciados em ciências biológicas, química, física e, ainda, com frequência, por profissionais bacharéis de outras áreas, como engenharia [...].
- 2) Verticalização para os cursos já presentes na instituição. No IF Goiano/Catalão tem-se os cursos técnicos de mineração e informática, nas modalidades concomitante/subsequente, integrado ao ensino médio e concomitante a distância. Estudantes dos dois cursos serão estimulados e poderão continuar os seus estudos e a formação no próprio campus. Em mineração, os estudantes dos cursos técnicos subsequentes e integrados discutem, durante a educação básica e técnica, pontos importantes das ciências da terra, como os minerais, sustentabilidade, educação ambiental, entre outros. Todos esses pontos serão fortalecidos e aprimorados no curso de ciências naturais, uma vez que também é vertente desse curso abordar questões relacionadas a geociências e meio ambiente. O curso técnico (subsequente/concomitante e integrado ao ensino médio) de informática oferece condições de programações e estudos de implementação de *softwares*, o que, atualmente, está sendo muito utilizado nos programas de formação de professores, especialmente para que possa ser feito o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), além de pesquisas na área de ensino e educação com tendências de implementação de recursos tecnológicos educacionais.
- 3) Servidores docentes e administrativos. O curso pode ser implementado com os profissionais (docentes e servidores administrativos) que o IF Goiano/Catalão já possui, ainda na condição de campus avançado, isto é: 20 docentes e 13 servidores administrativos. Certamente, esse quadro em breve, será ampliado, ao mudar seu *status* para campus em implantação [...].
- 4) Infraestrutura. O IF Goiano/Catalão possui infraestrutura para implementação de tal curso [...].
- 5) Curso de licenciatura nos Institutos Federais. O curso aqui proposto está em sintonia com a lei de criação dos Institutos Federais, que evidencia 20% dos cursos destinados à licenciatura e formação de professores (lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008) com destaque para ciências e matemática [...] (BRASIL, 2018l, p. 13-14).

Dessa forma, a implantação do referido curso no Campus Avançado Catalão inicialmente visava atender as diferentes demandas tanto regionais quanto nacionais, sobretudo com a finalidade de formar profissionais bem qualificados para o ensino de ciências naturais. Particularmente, em relação ao exercício da docência nas disciplinas de ciências, as

estatísticas indicam que há grande carência desse tipo de profissional, tanto a nível regional como nacional. De tal modo, essa realidade, por muitas vezes, acabava por favorecer a atuação de professores não habilitados, ou algumas vezes, habilitados, porém sem a devida capacitação específica para o magistério em ciências; além daqueles professores que não tinham a oportunidade de atualizar seus conhecimentos devido à inexistência da formação continuada (BRASIL, 2018l).

O referido curso apresenta importante relevância não somente para a comunidade da região sudeste do estado de Goiás, mas também para as demais regiões goianas e até mesmo para outras localidades do país. Essa relevância se torna maior no sudeste goiano ao observar que nas IES do estado, até a implantação dessa licenciatura no Campus Avançado Catalão, não havia oferta de nenhum curso de licenciatura em ciências naturais na região. Ressalta-se que a IES mais próxima de Catalão, que também oferta o referido curso é a Universidade de Brasília (UnB) (BRASIL, 2018l).

Essa licenciatura foi ofertada pelo IF Goiano com o intuito de formar licenciados capazes de continuar desenvolvendo estudos e pesquisas na área da educação e do ensino em ciências naturais, uma vez que essa área tem demonstrado grande crescimento no desenvolvimento de pesquisas (BRASIL, 2018l).

Segundo o PPC de licenciatura em ciências naturais do Campus Avançado Catalão do IF Goiano (BRASIL, 2018l), o objetivo principal do curso é:

Formar professores de ciências naturais qualificados e preparados para a atuação docente, levando em conta os desafios do mundo contemporâneo e as transformações pelas quais a educação escolar tem passado, buscando atentá-los à responsabilidade de uma significativa produção de conhecimento, em que seu uso nos distintos espaços educativos promova a educação (BRASIL, 2018l, p. 12).

É esperado que tal conhecimento adquirido contribua para o desenvolvimento de práticas efetivas, possibilitando a diminuição das desigualdades sociais e também propiciando o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito municipal, estadual e nacional (BRASIL, 2018l).

Ademais, o curso de licenciatura em ciências naturais do Campus Avançado Catalão nasceu com a proposta de criar oportunidades para que o licenciado possa se capacitar para além do conhecimento específico em ciências naturais (química, biologia, física, meio ambiente e geociências). No processo de formação de futuros professores nessa área, o IF Goiano tem a intenção de incluir componentes curriculares de natureza pedagógica na matriz curricular das próximas turmas, com carga didática definida pela Resolução CNE/CP n.

02/2015 (BRASIL, 2015a) (BRASIL, 2018l).

3.2.6 *Curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano*

É um curso destinado a alunos oriundos de outras licenciaturas. É fundamentado de acordo com as DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Após concluir o curso, seguindo todas as exigências previstas em seu PPC, o aluno receberá a habitação de licenciado em pedagogia (BRASIL, 2018n).

É um curso de licenciatura, na modalidade presencial, oferecido no Campus Avançado Ipameri, com duração de 2 anos (4 semestres), e com carga horária total de 1.260 horas. A primeira turma do curso teve início em agosto de 2017. São ofertadas 40 vagas anuais por turma, com aulas que ocorrem preferencialmente, em encontros concentrados, nos turnos vespertino e noturno (BRASIL, 2017f).

3.2.6.1 *Objetivo do curso*

O curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano tem como objetivo geral proporcionar uma formação consistente e contextualizada, a fim de potencializar a atuação de professores em componentes curriculares distintos de sua formação inicial e que exigem uma segunda licenciatura (BRASIL, 2017f, p. 13).

Segundo o PPC do referido curso (BRASIL, 2017f), e levando em consideração as DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, o curso apresenta como objetivos específicos:

Aplicar os conhecimentos técnicos necessários à execução satisfatória de atividades de docência, gestão e pesquisa.

Trabalhar em equipes multidisciplinares de forma democrática e ética, contribuindo para a construção e difusão do conhecimento organizacional e científico.

Conhecer o arcabouço teórico-metodológico, visando o conhecimento científico e a prática docente.

Assegurar conhecimentos que possibilitem ao futuro docente trabalhar os saberes escolares de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano.

Assegurar ao futuro docente, o entendimento da escola como um espaço de cruzamento de culturas e saberes, estimulando a consciência acerca da diversidade, alteridade e das diferenças de natureza étnico-racial, de gênero, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais (físicas, cognitivas, emocionais e afetivas), escolhas sexuais, entre outras.

Proporcionar noções de gestão educacional como subsídio para a atuação docente, habilitando para o planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares.

Promover uma perspectiva crítico-investigativa e problematizadora frente aos fenômenos educativos, estimulando a participação em eventos científicos, atividades de pesquisa e extensão.

Apresentar espírito crítico e analítico, que o possibilite a identificar fontes de mudanças, problemas potenciais e alternativas viáveis, adequadas à realidade social (BRASIL, 2017f, p. 13).

Em suma, observa-se que o objetivo do curso é proporcionar uma complementação de caráter pedagógico àqueles que já são formados em um curso de graduação, mas que pretendem de alguma forma, atuar na área da docência. De modo que o curso visa aplicar conhecimentos técnicos, especialmente de caráter pedagógico, objetivando que seu egresso execute com ética e de forma crítica e interdisciplinar atividades de docência, gestão, pesquisa e extensão.

3.2.6.2 Área de atuação

O curso propõe a formação de um profissional com condições de investigar, refletir e promover um processo ensino-aprendizagem com qualidade, tanto nos ambientes escolares como nos não-escolares (BRASIL, 2018n). Sendo assim, esse licenciado poderá atuar:

No magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos; participar na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino; no desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da instituição em que atua, realizando trabalho coletivo e solidário, interdisciplinar e investigativo, dentre outros (BRASIL, 2018n, p. 2).

3.2.6.3 Perfil Profissional

O profissional habilitado no curso de segunda licenciatura em pedagogia deverá estar apto a atuar na docência dos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para promover as aprendizagens de crianças, jovens e pessoas adultas (EJA); atuar em espaços educativos escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de educandos nos mais diversos níveis e modalidades do processo educativo; dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; participar da gestão de instituições de educação

básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico dos cursos, entre outras atribuições (BRASIL, 2018n).

3.2.6.4 Perfil do Egresso

Segundo o PPC do curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano ó Campus Avançado Ipameri (BRASIL, 2017f) e ainda em conformidade com o artigo 8º das DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução n. 2, de 01/07/2015), o egresso do referido curso, findo a licenciatura, deverá estar apto a:

- I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - atuar na docência dos anos iniciais do ensino fundamental contribuindo para promover as aprendizagens de crianças, jovens e pessoas adultas (EJA);
- III - garantir aos educandos os saberes atinentes à educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- IV - atuar em espaços educativos escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de educandos em diversos níveis e modalidades do processo educativo.
- V - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- VI - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- VII - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VIII - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- IX - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- X - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- XI - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- XII - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- XIII - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua

realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XV - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XVI - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério (BRASIL, 2017f, p. 14).

Desse modo, almeja-se que o egresso do curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano domine conteúdos específicos e pedagógicos, e que atue na docência de forma interdisciplinar. É esperado ainda que esse profissional esteja apto a atuar no ensino e na pesquisa, norteado por princípios éticos que fundamentam a profissão docente.

3.2.6.5 Justificativa para implantação do curso na instituição/campus

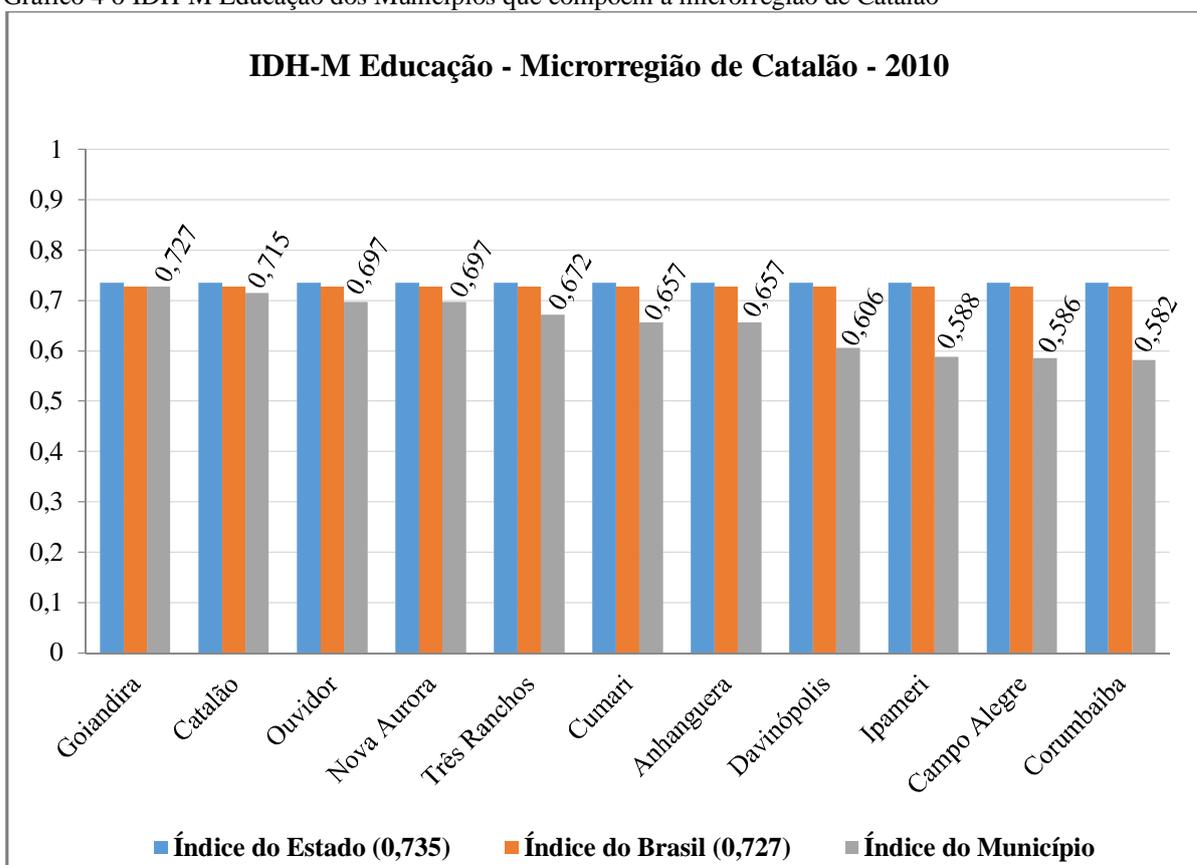
O curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano foi implantado no Campus Avançado Ipameri, principalmente em função da demanda, do quadro de servidores da instituição e da infraestrutura disponível no campus, ou seja, na tentativa de aproveitar toda estrutura já existente no campus. A oferta desse curso no Campus Avançado Ipameri ocorreu de modo a atender os anseios da população local, uma vez que uma significativa demanda de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, especificamente em pedagogia como segunda licenciatura, há tempos já existia, tanto em função das características próprias do município de Ipameri e região, assim como devido a aspectos internos inerentes ao próprio campus (BRASIL, 2017f).

Conforme mencionado, um dos principais fatores responsáveis por determinar a implantação do curso de segunda licenciatura em pedagogia nesse campus, decorreu da localização do município de Ipameri. Tal localização é considerada privilegiada, pois além de ser rota para o fluxo de riquezas da região, tem potencial para servir como polo fomentador da educação e da qualificação dos diversos municípios adjacentes, devido ao seu fácil acesso (BRASIL, 2017f).

Ipameri compõe a microrregião de Catalão juntamente com outros dez municípios: Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera e Corumbaba. Analisando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação (IDH-M Educação) dos municípios que compõem essa região, notou-se a importância da oferta de um curso com o perfil proposto. De acordo com o PPC do curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano (BRASIL, 2017f), levantamentos feitos

no ano de 2010, conforme Gráfico 4, demonstrou que dos 11 municípios pertencentes à microrregião de Catalão analisados, 4 deles (incluindo Ipameri) apresentaram índices, significativamente, inferiores aos índices estadual e nacional; reforçando assim a necessidade da melhoria da educação nesses municípios. De modo que, um dos caminhos para se atingir essa melhoria educacional, certamente, passa pelo aprimoramento da formação acadêmico-profissional dos docentes dessas regiões (BRASIL, 2017f).

Gráfico 4 o IDH-M Educação dos Municípios que compõem a microrregião de Catalão



Fonte: PPC do curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano (BRASIL, 2017f) com adaptações.

Observa-se, de acordo com o Gráfico 4, que o IDH-M Educação do município de Ipameri em 2010, foi de 0,588, índice inferior tanto aos apresentados pelo estado de Goiás (0,735) quanto pelo Brasil (0,727) no referido ano. Dado que reforça a necessidade de melhorias em algumas áreas, principalmente, na educação.

Em se tratando do campo de trabalho para o professor, também notou-se a relevância em implantar o curso de segunda licenciatura em pedagogia no Campus Avançado Ipameri, uma vez que, conforme o PPC do referido curso, já existiam, no ano de 2014, 122 instituições de ensino, públicas e privadas, dedicadas à educação infantil, ensino fundamental e EJA, segmentos que essa licenciatura prepara e habilita para a formação de professores (BRASIL,

2017g).

Ademais, o curso de segunda licenciatura em pedagogia do IF Goiano, demonstrava ser constituído por uma estrutura curricular voltada tanto para as necessidades acadêmicas, quanto para as demais componentes de formação complementar. Esse curso ainda encontra-se em consonância com os requisitos necessários para a formação de licenciados em pedagogia (BRASIL, 2017f):

Capazes de trabalhar com um repertório de competência e habilidades, composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, 2017f).

Dessa forma, é possível perceber que tornou-se imprescindível para a região onde se encontra instalado o Campus Avançado Ipameri, a oferta do curso de segunda licenciatura em pedagogia. Ressalta-se ainda que, além de levar em consideração as características próprias da região onde o campus se encontra localizado, a demanda local, o quadro de servidores e a infraestrutura da instituição, o curso de segunda licenciatura do IF Goiano é ofertado de forma pública e gratuita (BRASIL, 2017f).

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi um estudo exploratório e descritivo, com pesquisa quantitativa. Abrangeu 137 egressos oriundos das turmas iniciadas no ano de 2013 e 2014 dos cursos de licenciatura em matemática, pedagogia, ciências biológicas e química do IF Goiano. Desses, 93 egressos, que correspondem à amostra da pesquisa, responderam os questionários. Ressalta-se que essas turmas iniciadas em 2013 e 2014, foram concluídas até no máximo no ano de 2017 (ano de início desta pesquisa); com exceção do curso noturno de licenciatura em ciências biológicas do Campus Ceres, que teve turma iniciada no 2º semestre de 2014 e conclusão no 1º semestre de 2018.

Este trabalho utilizou pesquisas bibliográfica e documental, e quanto à obtenção de dados, empregou dados primários e secundários. Como instrumento de coleta de dados a pesquisa utilizou questionários eletrônicos do *Google Forms* contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha, que foram encaminhados por *e-mail* aos egressos. Posteriormente, os dados obtidos foram tabulados, automaticamente pela própria ferramenta do *Google*, em uma planilha, no momento em que os respondentes finalizaram o questionário.

Nas seções subsequentes serão detalhados tais procedimentos metodológicos relacionados ao desenvolvimento desta pesquisa.

4.1 Pesquisa

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.”

Uma pesquisa é iniciada somente se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. É uma das condições básicas para a realização de uma pesquisa a definição inicial do problema, mesmo que de forma ampla (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). De tal forma, este trabalho tem como problema de pesquisa: os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica?

4.2 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa

A presente pesquisa, quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória, pois procura entender o fenômeno estudado através da análise documental e bibliográfica e, dessa forma, familiarizar os autores com o objeto de estudo; descritiva, pois através dos questionários e resultados obtidos procurou-se estabelecer relação entre as variáveis estudadas e estabelecer uma visão sobre a realidade da amostra de egressos.

4.3 Classificação quanto aos meios da pesquisa (procedimentos de coleta)

Foram utilizados como procedimentos de coleta a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Cada uma delas detalhada a seguir.

4.3.1 Pesquisa bibliográfica

Foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa o levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas tanto por meio escrito quanto eletrônico, leituras em *websites*, livros, artigos, revistas científicas, periódicos, leis, decretos, pareceres, resoluções, entre outras fontes, permitindo assim o conhecimento acerca do tema abordado na pesquisa.

4.3.2 Pesquisa documental

A presente pesquisa, além de bibliográfica, enquadra-se também como documental, pois foi utilizado, de forma indispensável, determinados documentos institucionais, amplamente utilizados como fonte de informação, os quais constituem fontes estáveis e plenas de dados para o presente estudo.

De tal modo, foram utilizados como fonte de consulta dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen) do IF Goiano e por Diretorias de Ensino de determinados *campi* do IF Goiano que ofertam cursos de licenciatura, documentos oficiais diversos, materiais didáticos dos cursos, Projetos Políticos-Pedagógicos de Cursos (PPCs), entre outros documentos oficiais produzidos pela instituição pertinentes à pesquisa e que ajudaram na elucidação de questões levantadas pelo problema de pesquisa.

4.4 Classificação quanto à obtenção dos dados

A pesquisa utilizou dados primários, obtidos através de informações captadas por meio de questionário. Esses foram relacionados com os dados obtidos de fontes secundárias, as quais representam fontes estáveis e plenas de dados para o presente estudo, captados através de pesquisa documental (documentos institucionais, como por exemplo, PPCs de cursos de licenciatura do IF Goiano), e ainda através de pesquisa bibliográfica (teorias e pesquisas anteriores que serviram de subsídio para a elaboração deste trabalho, tais como leis, decretos, periódicos, revistas, artigos, livros, *websites*, manuais, teses, dissertações, entre outros).

4.5 Instrumento para coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados esta pesquisa utilizou o questionário. Para Lakatos e Marconi (2010, p. 184) questionário é um instrumento de coleta de dados constituído de uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem presença do entrevistador. Destarte, optou-se pelo envio do questionário via correio eletrônico (*e-mail*).

Na elaboração do questionário foi utilizada a ferramenta *Google Forms*, ferramenta do *Google* que permite a criação de formulários e questionários *on line*, e oferece a possibilidade de criar uma melhor estrutura, apresentação e retorno rápido, uma vez que, respondido o questionário, as respostas são armazenadas e os dados retornam para o emitente já tabulados em uma planilha eletrônica.

Durante a elaboração do questionário houve a preocupação não só com a sua apresentação visual e a disposição das perguntas e seus itens de resposta, como também, com a extensão do questionário a fim de não causar cansaço e nem desinteresse do respondente, bem como, buscou-se empregar uma linguagem clara e objetiva, para facilitar o entendimento das questões apresentadas aos egressos. O questionário utilizado na pesquisa foi composto por 31 perguntas, divididas em questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. O questionário pode ser visualizado no Apêndice A.

4.6 Classificação quanto ao tratamento dos dados (da abordagem)

Segundo a abordagem, quanto ao tratamento dos dados, a pesquisa é classificada como quantitativa, pois foram avaliadas as respostas dos egressos dos cursos de licenciatura do IF

Goiano, quantificadas, e as informações obtidas foram traduzidas em números, e por fim analisadas.

Ao quantificar os dados extraídos dos questionários respondidos por esses egressos, foi possível fazer um levantamento conclusivo. As opiniões e informações obtidas foram traduzidas em números, e posteriormente foi desenvolvida a análise de dados e, depois de elucidados os objetivos almejados, o problema de pesquisa foi respondido e, por fim, chegou-se a uma conclusão.

4.7 Objeto de estudo

O objeto de estudo da pesquisa são os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano.

4.8 População e amostra

Para Lakatos e Marconi (2010, p. 41), *população*: é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Dessa forma, a população da presente pesquisa foi constituída pelos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano.

A amostra da pesquisa foi formada por 93 egressos das turmas de 2013 e 2014 dos cursos de licenciatura em matemática, pedagogia, ciências biológicas e química do IF Goiano.

4.9 Etapas da pesquisa

Esta pesquisa foi dividida em sete etapas:

- 1) Definição do tema.
- 2) Elaboração de um cronograma e de um plano de trabalho.
- 3) Levantamento do referencial teórico / revisão bibliográfica.
- 4) Seleção dos sujeitos da pesquisa para aplicação de questionário.
- 5) Desenvolvimento e aplicação do questionário.
- 6) Resultados, análises e discussões dos dados.
- 7) Considerações finais.

A primeira etapa foi marcada pela definição do tema a ser trabalhado na pesquisa. A partir de então, seguiu-se para a segunda etapa. Nesta, foram elaborados um cronograma e um plano de trabalho.

A terceira etapa se constituiu no levantamento do referencial teórico e na revisão de literatura, o que possibilitou a construção do referencial teórico-metodológico, a partir da leitura de livros, artigos, dissertações, teses, legislações, pareceres, PPCs dos cursos de licenciatura do IF Goiano, entre outros documentos impressos e digitais que se fizeram pertinentes à pesquisa.

Na quarta etapa foram selecionados os sujeitos a serem investigados nesta pesquisa: egressos dos cursos de licenciatura dos IF Goiano. Para a seleção dos sujeitos, primeiramente, foi realizado um levantamento dos alunos que concluíram os cursos de licenciatura do IF Goiano através do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) da própria instituição.

O SUAP é um sistema que foi criado pela equipe de desenvolvimento da Coordenação de Sistemas de Informação (COSINF) da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) para a gestão dos processos administrativos e acadêmicos desse IF. Esse sistema foi construído na perspectiva de uma instituição *multicampi*, possuindo uma estrutura modular, que possibilita a interligação de diversos dados, visando à gestão integrada das informações. O sistema é utilizado também por vários outros IFs, entre eles o IF Goiano (BRASIL, 2018h).

Os dados foram obtidos através do Módulo de Ensino do SUAP. Esse é um módulo de gestão acadêmico destinado a atender e armazenar todas as atividades relacionadas ao ensino da instituição. Por meio deste foi possível fazer um levantamento das turmas dos cursos de licenciatura do IF Goiano e extrair os seguintes dados: ano de início da turma (ingresso do aluno na instituição); ano de conclusão da turma; total de alunos por turma/curso; situação em que o aluno se encontra (formado, aguardando colação e grau, evadido, matriculado, jubilado, com matrícula trancada, concludente, não concluído, transferido interno ou externo, afastado, cancelado, cancelado compulsoriamente, matrícula com vínculo institucional, matriculado ou aguardando Enade); dados pessoais e de contato dos alunos (número de matrícula, *e-mails* acadêmico e pessoal, endereço residencial, números de telefone, etc); entre outras informações. Sendo assim, o SUAP além de permitir selecionar os sujeitos da pesquisa, possibilitou ainda obter todos os dados necessários para contatar e encaminhar os questionários a eles.

Especificamente, foram selecionados e extraídos dados referentes aos cursos que tiveram suas turmas concluídas mais recentemente (com ano de ingresso ocorrido no ano de 2013 e 2014) e cuja conclusão tenha ocorrido até no máximo no ano de 2017 (ano de início desta pesquisa), com exceção do curso noturno de licenciatura em ciências biológicas do Campus Ceres que teve turma iniciada no 2º semestre de 2014 e concluída no 1º semestre de 2018. A escolha dessas turmas para a pesquisa do trabalho se deu, principalmente, em decorrência da disponibilidade de acesso aos dados dos egressos. De modo que, esse recorte se fez necessário tanto pela facilidade de acesso aos dados, por parte do pesquisador, como também devido à maior possibilidade de localizar e contatar tais egressos, em decorrência de prováveis alterações de dados cadastrais e informações para contato, como por exemplo, alterações de telefone, *e-mail* e endereço que poderiam ter ocorrido no decorrer ou após a conclusão do curso, uma vez que os *campi* do IF Goiano geralmente recebem alunos oriundos de vários municípios goianos e até mesmo de outros estados brasileiros, e que ocasionalmente, depois de formados se mudam para outros municípios ou mesmo retornam para suas localidades de origem. Logo, tais mudanças de dados cadastrais ou alterações dessas informações de contato, poderiam vir a dificultar ou até mesmo impossibilitar o contato com esses egressos, e, portanto, inviabilizar a pesquisa. Ademais, tal recorte se justifica também, por interessar a pesquisa dos egressos recém-formados, e em início de carreira, a fim de compreender melhor a inserção desse egresso na área de formação específica do curso/carreira docente logo após sua graduação.

Desse modo, foram extraídos dados referentes às turmas iniciadas no ano de 2013 e 2014. Esses dados obtidos nos retornou um universo de 137 egressos oriundos dos cursos de licenciatura do IF Goiano, conforme Quadro 2.

Quadro 2 ó Egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano das turmas iniciadas em 2013 e 2014

CURSO DE LICENCIATURA	CAMPUS	TURNO	ANO DE INGRESSO	ANO DE CONCLUSÃO	TOTAL DE ALUNOS FORMADOS POR TURMA	TOTAL DE ALUNOS FORMADOS POR CURSO (CAMPUS/TURNO)	TOTAL DE ALUNOS INGRESSANTES
Matemática	Urutaí	Noturno	2013	2016	14	15	52
			2014	2017	1		23
Pedagogia	Morrinhos	Noturno	2013	2016	13	22	42
			2014	2017	9		36
Ciências Biológicas	Ceres	Noturno	2013	2017	12	17	39
			2014	2018	5		45
	Rio Verde	Diurno	2013	2016	2	02	16
			2013	2016	7		12
		Noturno	2013	2016	7	12	
			2014	2017	5		46

	Urutaí	Noturno	2013	2016	10	20	45	
			2014	2017	10		39	
Química	Ceres	Noturno	2013	2016	6	10	32	
			2014	2017	4		38	
	Iporá	Noturno	2013	2016	8	18	31	
			2014	2017	10		36	
	Morrinhos	Noturno	2013	2016	1	03	33	
			2014	2017	2		22	
	Rio Verde	Noturno	2013	2016	4	08	53	
			2014	2017	4		52	
	Urutaí	Noturno	2013	2016	7	10	36	
			2014	2017	3		22	
	TOTAL					137	137	801

Fonte: BRASIL (2018s) com adaptações.

Na quinta etapa da pesquisa, foi desenvolvido e aplicado o questionário (APÊNDICE A) aos 137 egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano que ingressaram nos anos de 2013 e 2014. O questionário foi desenvolvido contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha; levando aproximadamente cinco minutos para ser totalmente respondido; foi elaborado contendo um total de 31 (trinta e uma) questões, que permitiram obter informações suficientes para contemplar os objetivos específicos, os quais contribuiriam para atingir o objetivo principal e em seguida, responder o problema de pesquisa dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica?ö. A fim de auxiliar na resposta dos objetivos da dissertação e do problema de pesquisa, foram listados abaixo, no Quadro 3, as principais áreas de atuação profissional das licenciaturas do IF Goiano, de acordo com os PPCs dos referidos cursos da instituição.

Quadro 3 ó Principais áreas e locais de atuação profissional dos cursos de licenciatura ofertados no IF Goiano

CURSO	PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	PRINCIPAIS LOCAIS / AMBIENTES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Matemática	<p>1 - Professor na segunda fase do ensino fundamental, no ensino médio e em áreas correlatas (BRASIL, 2017k).</p> <p>2 - Atuar nos diferentes ramos das ciências exatas e na própria área educacional, a depender da pós-graduação cursada (BRASIL, 2017k).</p>	<p>1 - EaD.</p> <p>2 - Órgãos públicos.</p> <p>3 - Empresas privadas.</p> <p>4 - Instituições bancárias (BRASIL, 2017k).</p>

Pedagogia	<p>1 - Professor de educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e EJA (BRASIL, 2015f).</p> <p>2 - Gestor do trabalho pedagógico, incluindo atividades de orientação, supervisão e administração educacional (BRASIL, 2015f).</p> <p>3 - Gestor na prática educativa em áreas hospitalares, movimentos sociais, organizações militares e planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas para a educação básica (BRASIL, 2018k).</p>	<p>1 - Instituições escolares públicas.</p> <p>2 - Instituições escolares privadas.</p> <p>3 - Instituições escolares comunitárias.</p> <p>4 - Clínicas psicopedagógicas.</p> <p>5 - Programas de terapia ocupacional.</p> <p>6 - Empresas, serviços de difusão e de comunicação de massa.</p> <p>7 - Organizações militares.</p> <p>8 - Serviços de saúde.</p> <p>9 - Desenvolvimento de ações educativas e de pesquisas educacionais em ONGs e em espaços de educação não formal (BRASIL, 2015f).</p>
Ciências Biológicas	<p>1 - Professor no ensino fundamental e médio (BRASIL, 2018q).</p> <p>2 - Professor no ensino superior (após cursar pós-graduação) (BRASIL, 2018o).</p> <p>3 - Pesquisador em áreas ligadas à biotecnologia, células-tronco, desenvolvimento de medicamentos, e na indústria de bebidas e alimentos (BRASIL, 2018o).</p> <p>4 - Desenvolver ações educativas em museus, unidades de conservação, ONGs, empresas e escolas (BRASIL, 2018o).</p> <p>5 - Nas Secretarias de Educação, pode atuar como consultor e elaborador de novas propostas para o ensino da disciplina (BRASIL, 2018o).</p> <p>6 - Elaborar e executar estudos, projetos ou pesquisa científica básica e aplicada nos setores da biologia ou áreas correlatas (BRASIL, 2013a).</p> <p>8 - Prestar serviços de saneamento e melhoramento do meio ambiente (BRASIL, 2013a).</p> <p>9 - Desenvolver ações estratégicas para diagnóstico de problemas, encaminhamento de soluções e tomada de decisões no âmbito da biologia (BRASIL, 2013a).</p> <p>10 - Organizar, coordenar e participar de equipes multiprofissionais nos diferentes campos das ciências biológicas (BRASIL, 2013a).</p> <p>11 - Gerenciar e executar tarefas técnicas nas diferentes áreas do conhecimento biológico (BRASIL, 2013a).</p> <p>11 - Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria (BRASIL, 2013a).</p> <p>12 - Formular e elaborar estudo, projeto ou pesquisa científica básica e aplicada, nos vários setores da biologia ou em áreas correlatas (BRASIL, 2013a).</p> <p>13 - Orientar, dirigir, assessorar e prestar consultoria no âmbito de sua especialidade (BRASIL, 2013a).</p> <p>14 - Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres de acordo com o currículo efetivamente realizado (BRASIL, 2013a).</p>	<p>1 - Instituições educacionais das redes pública ou privada (BRASIL, 2018o).</p> <p>2 - Empresas, fundações, sociedades e associações de classes, entidades autárquicas, privadas ou do poder público (BRASIL, 2013a).</p>

Química	<p>1 - Professor na educação básica, além de poder exercer outras atividades na área da educação (BRASIL, 2017g).</p> <p>2 - Atuar em laboratórios e indústrias (dependendo de cursos de pós graduação) (BRASIL, 2017j)</p> <p>3 - Prestação autônoma de serviços, e em diversas instituições públicas ou privadas que necessitem de profissionais de química (BRASIL, 2015j).</p> <p>4 - Atuar na área de análises químicas e no controle de qualidade, no desenvolvimento de novos métodos analíticos ou na operação de equipamentos (BRASIL, 2018p).</p> <p>5 - Pesquisa acadêmica, visando à geração de novos conhecimentos, materiais didáticos e metodologias (BRASIL, 2018p).</p> <p>6 - Atuar em diversas fases da produção industrial: supervisão da fabricação de insumos agrícolas, insumos industriais, matérias-primas; no controle de qualidade; entre outros (BRASIL, 2018p).</p> <p>7 - Realizar vistorias, perícias, emissão de pareceres, laudos, atestados, análises químicas de origem físico-química, químico-biológica, bromatológica, toxicológica e legal (BRASIL, 2015j).</p> <p>8 - Dar assistência, assessoria, consultoria, elaboração de orçamentos, divulgação e comercialização de produtos, avaliação, arbitramento e serviços técnicos, desempenho de cargos e funções técnicas: padronização e controle de qualidade; ensaios e pesquisas em geral, pesquisas e desenvolvimentos de métodos e produtos de acordo com as exigências do Conselho Regional de Química (BRASIL, 2018p).</p>	<p>1 - Escolas, universidades, institutos de educação e pesquisa, indústrias alimentícias, sucroalcooleira, bioenergética, petrolífera, farmacêutica, indústrias de papel e celulose (BRASIL, 2015j).</p> <p>2 - Instituições públicas ou privadas diversas que necessitem de profissional de química (BRASIL, 2015j).</p>
Ciências naturais	<p>1 - Professor nos ensinos fundamental e médio, nas disciplinas de ciências e meio ambiente (GUIA DA CARREIRA, 2018a).</p> <p>2 - Professor de matemática, física, química ou biologia em escolas de educação básica (dependendo do direcionamento seguido no período da faculdade) (GUIA DA CARREIRA, 2018a).</p> <p>3 - Por ter uma visão global nas áreas de ciências e meio ambiente, pode trabalhar em editoras escrevendo e revisando livros e materiais didáticos (GUIA DA CARREIRA, 2018a).</p> <p>4 - Realizar palestras e elaborar planos de conscientização ambiental (GUIA DA CARREIRA, 2018a).</p>	Escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, em ONGs, em museus e em centros de ciência (GUIA DA CARREIRA, 2018a).
Segunda licenciatura em pedagogia	<p>1 - Professor da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2018n).</p> <p>2 - Participar na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino (BRASIL, 2018n).</p> <p>3 - Desenvolver Projeto Político-Pedagógico da instituição em que atua, realizando trabalho coletivo e solidário, interdisciplinar e investigativo, dentre outros (BRASIL, 2018n).</p>	Ambientes escolares e não-escolares (BRASIL, 2018n).

Fonte: PPCs dos cursos de licenciatura ofertados no IF Goiano com adaptações.

Para solicitar a participação dos sujeitos respondentes do questionário, foram encaminhados para esses egressos *e-mails* contendo uma breve descrição da pesquisa, tema e título da dissertação, bem como a identificação do pesquisador e do orientador, seguindo no

corpo do *e-mail* o *link*⁶ para acessar e responder o questionário de forma *on line*. Foi encaminhado ainda nesse *e-mail*, por meio de anexo, arquivo contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), a fim de explicar de forma mais detalhada o conteúdo e o objetivo da pesquisa, dar esclarecimentos sobre o questionário e solicitar a colaboração com a pesquisa, respondendo o questionário.

Durante o tempo de coleta de dados via questionários, de 26/12/2018 a 26/01/2019, foram enviados *e-mails* àqueles que ainda não haviam respondido os questionários, como forma de lembrete, com o intuito de ampliar a taxa de resposta à pesquisa. Ressalta-se, que o *link* de acesso ao questionário encaminhado para o endereço eletrônico dos egressos, permitia que cada *e-mail* convidado respondesse apenas uma única vez, evitando assim que o questionário pudesse ser respondido em duplicidade pelo mesmo egresso.

Dos 137 questionários enviados, foi obtido o retorno de 93 questionários respondidos, correspondendo a 67,9% desse total. Seguindo preceitos éticos, como forma de proteger as fontes de informação, os informantes não foram identificados, sendo assegurado o sigilo quanto aos dados dos participantes.

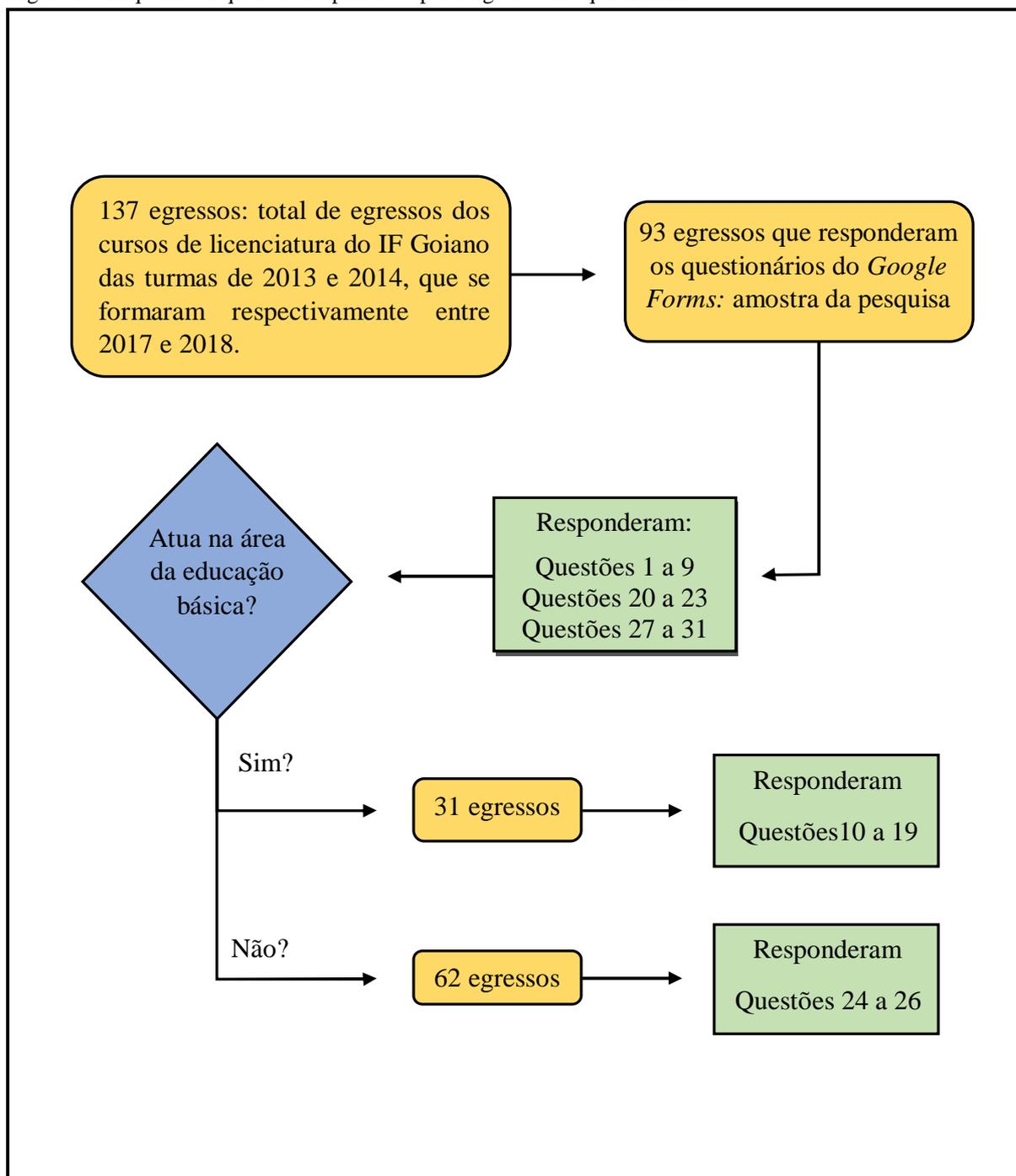
Ressalta-se que, ao responder o questionário, a partir da Questão 9, os egressos que responderam *Sim*, ou seja, aqueles que responderam que atualmente trabalham na área da educação básica, prosseguiram respondendo o questionário sequencialmente até a Questão 19, uma vez que tais questões tratavam de assuntos pertinentes somente para os egressos que atualmente se encontram nessa situação. Em seguida, esses egressos foram direcionados para responder as Questões 20 a 23, e depois as Questões 27 a 31. Caso a resposta dos egressos na Questão 9 tenha sido *Não*, ou seja, aqueles que responderam que atualmente não trabalham na área da educação básica, esses foram direcionados para responder a Questão 20, seguindo com as respostas até a Questão 31. Esse direcionamento para as perguntas foi configurado na própria plataforma do *Google*, de modo a ocorrer automaticamente pelo próprio programa do questionário do *Google Forms*, de acordo com as respostas selecionadas pelos egressos.

Sendo assim, da amostra pesquisada, todos os 93 egressos responderam as Questões de 1 a 9, as Questões de 20 a 23, e as Questões de 27 a 31. Desses egressos, 31 respondentes (aqueles que atualmente trabalham na educação básica), o que corresponde a 33,3% da amostra, responderam ainda, além das questões anteriormente informadas, as Questões de 10 a 19 (questões com conteúdo direcionado somente para os egressos que atualmente se

⁶ Segundo o dicionário Michaelis (2018b), *link* significa no contexto da hipermídia e do hipertexto, endereço que aparece em destaque (geralmente sublinhado ou apresentado em uma cor diferente) e que, a um clique no *mouse*, permite a conexão com outro *site*.

encontram atuando na educação básica). Enquanto que, 62 respondentes (aqueles que não estão trabalhando atualmente na educação básica), o que corresponde a 66,7% do total de egressos, responderam as Questões 24 a 26, além das questões que todos responderam. A Figura 2 elucida melhor esse direcionamento de perguntas feito pelo *Google Forms*, de acordo com as respostas dos egressos.

Figura 2 ó Esquema de questões respondidas pelos egressos no questionário



Fonte: O autor (2018).

A sexta etapa da pesquisa, constituiu na apresentação dos resultados alcançados e na análise e discussão dos dados obtidos através dos questionários respondidos, os quais foram tabulados, automaticamente pelo *Google Forms*, em uma planilha, no momento em que os respondentes finalizaram os questionários. Essa ferramenta também possibilitou a representação estatística dos dados em forma de gráficos e tabelas, que compuseram um banco de dados, agrupando as variáveis relacionadas às informações coletadas, possibilitando a realização da análise. Conforme afirma Gil (2009), a análise objetiva organizar e sintetizar os dados coletados, de forma a permitir o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Posteriormente, com a interpretação e a discussão dos dados buscou-se dar sentido às respostas, relacionando-as com outros conceitos e conhecimentos.

Por fim, na sétima e última etapa, foram realizadas as considerações finais e a conclusão da pesquisa.

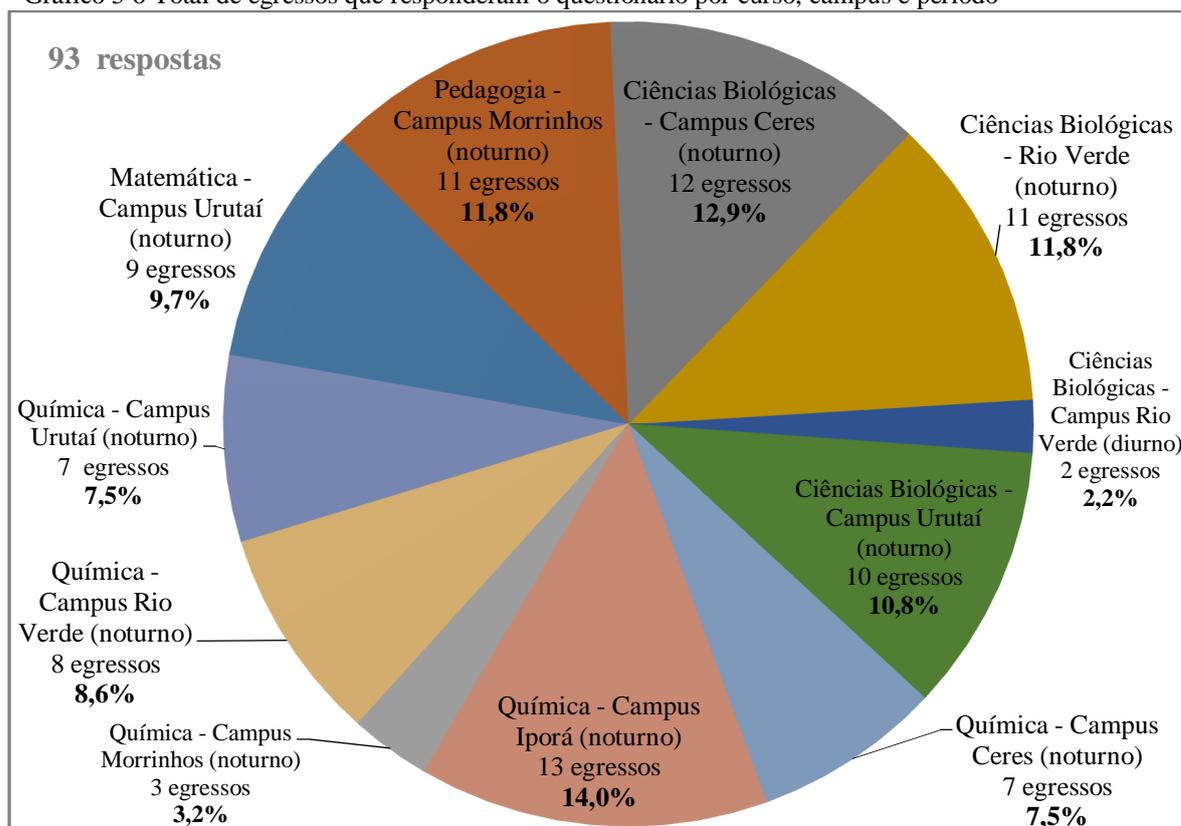
5 RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados, a análise dos dados e das informações obtidas por meio da pesquisa em fonte primária (questionário), relacionando-os com dados obtidos em fontes secundárias, teorias e pesquisas anteriores que subsidiaram a elaboração deste trabalho. São apresentados também a descrição do perfil sociodemográfico dos egressos; sua faixa etária média; seu nível de escolaridade atual; as principais formas de atualização de conhecimentos dentro da área de formação; sua atuação e perfil profissional, tanto antes e durante a licenciatura, quanto atualmente, depois de concluído o curso; as formas de ingresso no mundo do trabalho; o perfil do atual local de trabalho; as principais motivações que influenciaram os egressos a cursar uma licenciatura; as expectativas em relação ao mercado de trabalho para o professor e em relação à carreira docente; seu interesse quanto à formação continuada; a caracterização do processo de inserção profissional no mundo do trabalho; além de considerações e comentários dos egressos quanto à temática da pesquisa, ao mercado de trabalho e à carreira docente.

Ressalta-se que os dados apresentados a seguir referem-se aos egressos das turmas de 2013 e 2014 dos cursos de licenciatura do IF Goiano de matemática do Campus Urutaí (noturno); pedagogia do Campus Morrinhos (noturno); ciências biológicas dos *campi* Ceres (noturno), Rio Verde (diurno e noturno) e Urutaí (noturno); e química dos *campi* Ceres (noturno), Iporá (noturno), Morrinhos (noturno), Rio Verde (noturno) e Urutaí (noturno).

Dos 137 egressos para os quais os questionários foram encaminhados por *e-mail* durante o período de 26/12/2018 a 26/01/2019, obteve-se o retorno de 93 questionários respondidos (esses 93 egressos representam a amostra da pesquisa), o que corresponde a 67,9% desse total de egressos, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 ó Total de egressos que responderam o questionário por curso, campus e período



Fonte: O autor (2019).

As informações contidas no Gráfico 5 mostram que, desses 93 egressos que responderam o questionário e que constituem a amostra da pesquisa, 9 respondentes, o que corresponde a 9,7% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em matemática do Campus Urutaí (noturno); 11 respondentes, o que corresponde a 11,8% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em pedagogia do Campus Morrinhos (noturno); 12 respondentes, o que corresponde a 12,9% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Ceres (noturno); 11 respondentes, o que corresponde a 11,8% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Rio Verde (noturno); 2 respondentes, o que corresponde a 2,2% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Rio Verde (diurno); 10 respondentes, o que corresponde a 10,8% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Urutaí (noturno); 7 respondentes, o que corresponde a 7,5% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em química do Campus Ceres (noturno); 13 respondentes, o que corresponde a 14% amostra, são egressos do curso de licenciatura em química do Campus Iporá (noturno); 3 respondentes, o que corresponde a 3,2% amostra, são egressos do curso de licenciatura em química do Campus Morrinhos

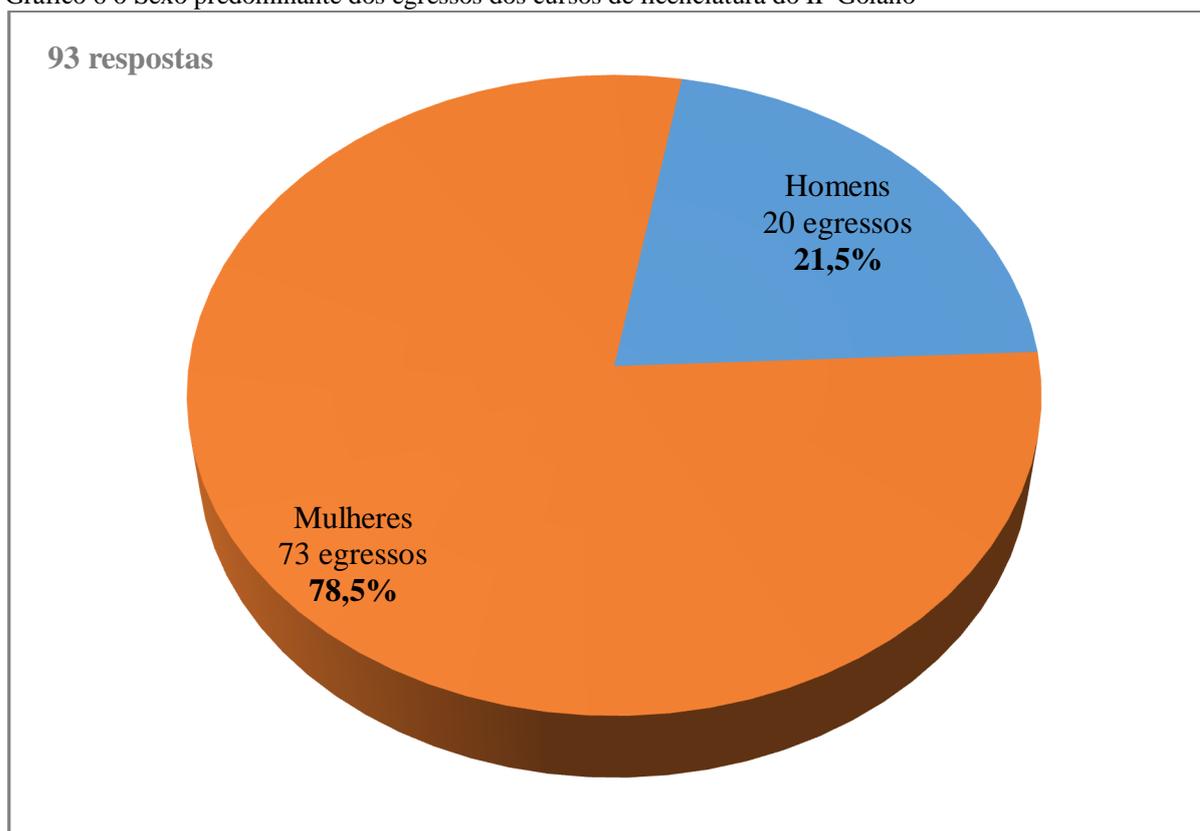
(noturno); 8 respondentes, o que corresponde a 8,6% da amostra, são egressos do curso de licenciatura em química do Campus Rio Verde (noturno); e 7 respondentes, o que corresponde a 7,5% amostra, são egressos do curso de licenciatura em química do Campus Urutaí (noturno).

5.1 Perfil e caracterização dos egressos das licenciaturas do IF Goiano

5.1.1 Sexo predominante

Constatou-se que os egressos das licenciaturas do IF Goiano são predominantemente constituídos por mulheres, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 ó Sexo predominante dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano



Fonte: O autor (2019).

O gráfico 6 mostra que, dos 93 respondentes, 73 egressos, o que corresponde a 78,5% da amostra são do sexo feminino; enquanto 20 egressos, o que corresponde a 21,5% da amostra são do sexo masculino.

5.1.2 Município de origem e atual residência dos egressos

Observou-se que a maioria dos egressos é originária de municípios goianos⁷, ou seja, residia no próprio estado de Goiás antes de cursar a licenciatura em algum dos *campi* do IF Goiano. Sendo que, dos 93 egressos que responderam os questionários, 85 respondentes, o que corresponde a 91,4% da amostra, informaram que residiam em cidades do estado de Goiás antes de cursar a licenciatura na instituição. Dessa forma, percebe-se que as vagas dos cursos de licenciatura ofertadas pelo IF Goiano estão sendo preenchidas majoritariamente pelos próprios estudantes do estado de Goiás.

Quando questionados sobre o local de residência atual⁸, ou seja, onde estão residindo atualmente após a conclusão do curso no IF Goiano, constatou-se que a maioria dos egressos continua residindo no estado de Goiás. De modo que, as respostas do questionário retornou exatamente o mesmo percentual mostrado quando questionados onde residiam antes de cursarem a licenciatura no IF Goiano, ou seja, dos 93 respondentes, 85 egressos, o que corresponde a 91,4% da amostra, responderam que atualmente residem em algum município goiano.

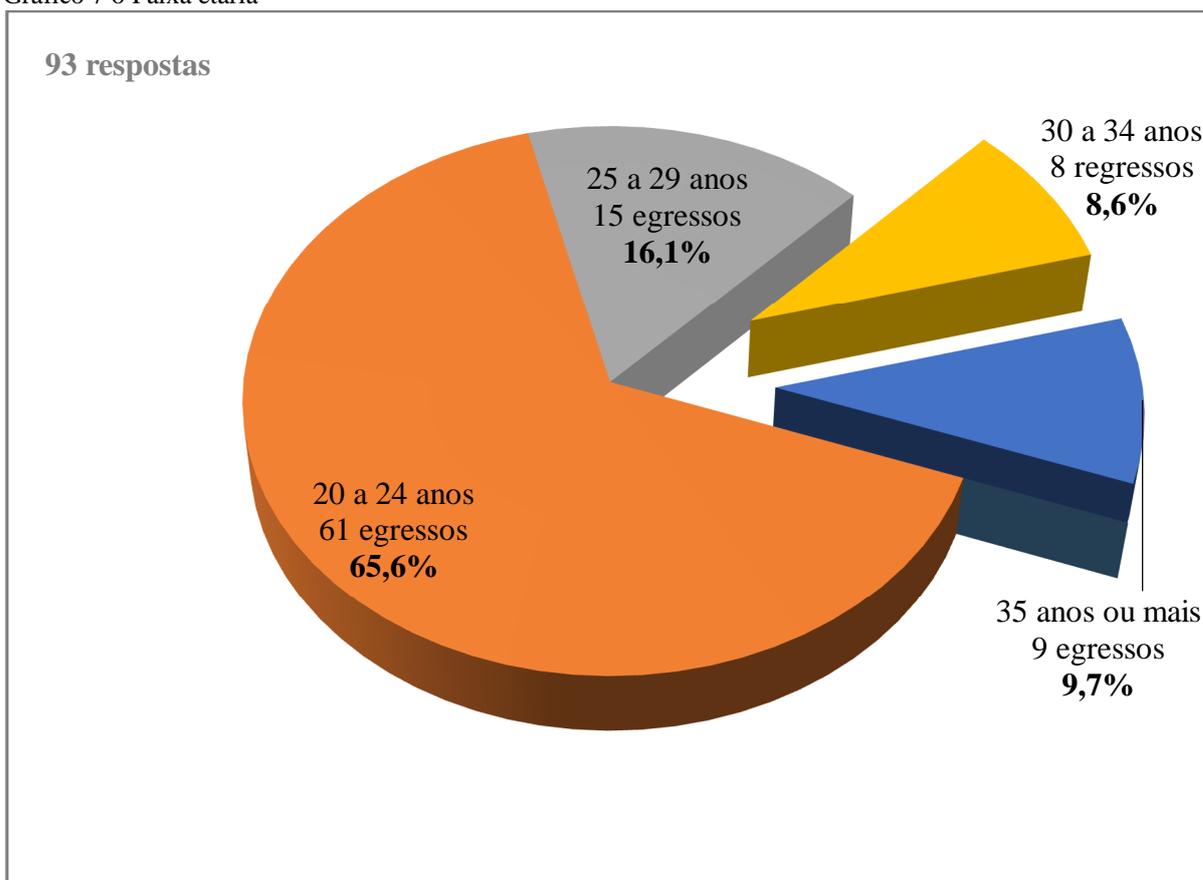
5.1.3 Faixa etária

Pôde-se observar que os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano são formados predominantemente (81,7%) por indivíduos jovens de faixa etária entre 20 a 29 anos, sendo a maior parcela, representada por indivíduos de 20 a 24 anos, conforme Gráfico 7.

⁷ Os municípios de origem dos egressos encontram-se discriminados como resposta da Questão 29, Anexo A.

⁸ Os municípios onde os egressos residem atualmente encontram-se discriminados como resposta da Questão 3, Anexo A

Gráfico 7 ó Faixa etária



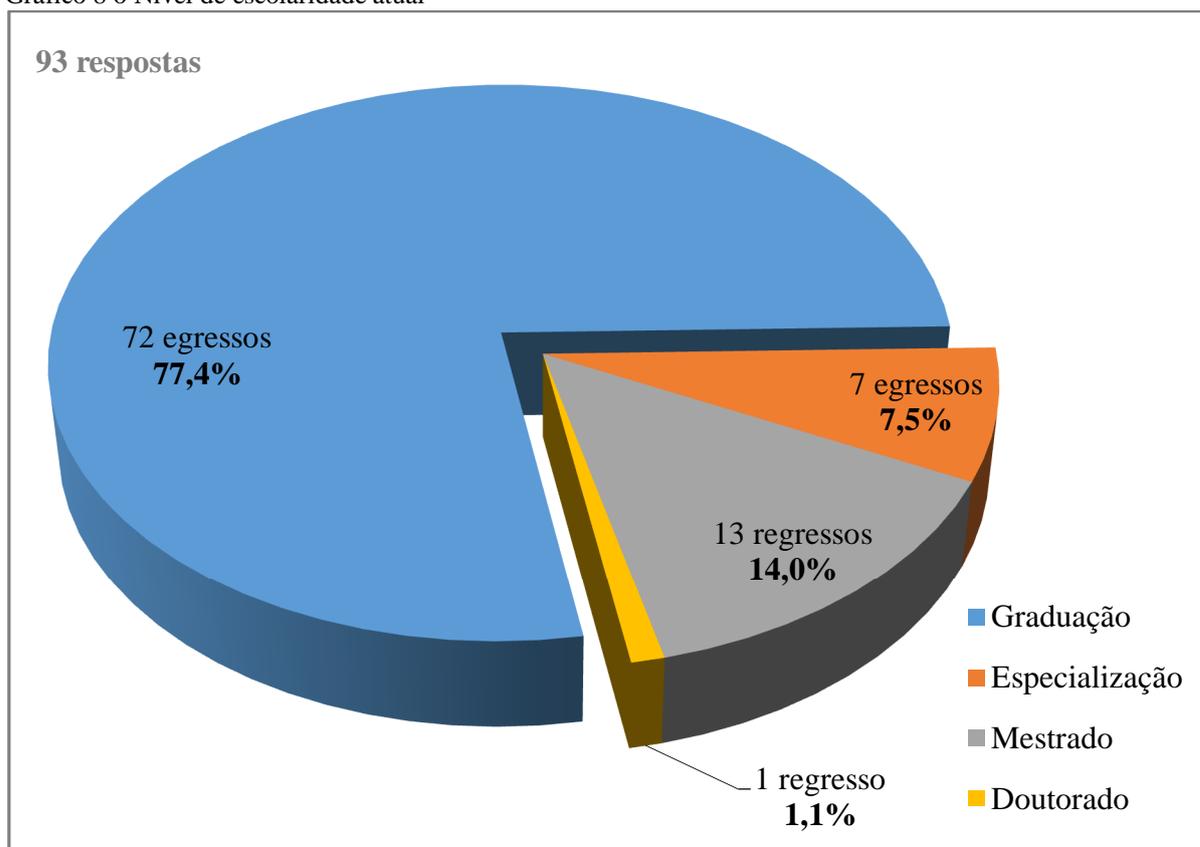
Fonte: O autor (2019).

De acordo com o Gráfico 7, dos 93 respondentes, 61 egressos, o que corresponde a 65,6% da amostra, tem idade de 20 a 24 anos; 15 egressos, o que corresponde a 16,1% da amostra, tem idade de 25 a 29 anos; 8 egressos, o que corresponde a 8,6% da amostra, tem idade de 30 a 34 anos; e 9 egressos, o que corresponde a 9,7% da amostra, tem idade de 35 anos ou mais.

5.1.4 Nível de escolaridade atual

Quando questionados sobre seu nível de escolaridade atual, a grande maioria dos egressos informou que não cursou ou não está cursando alguma pós-graduação, conforme demonstrado no Gráfico 8.

Gráfico 8 ó Nível de escolaridade atual



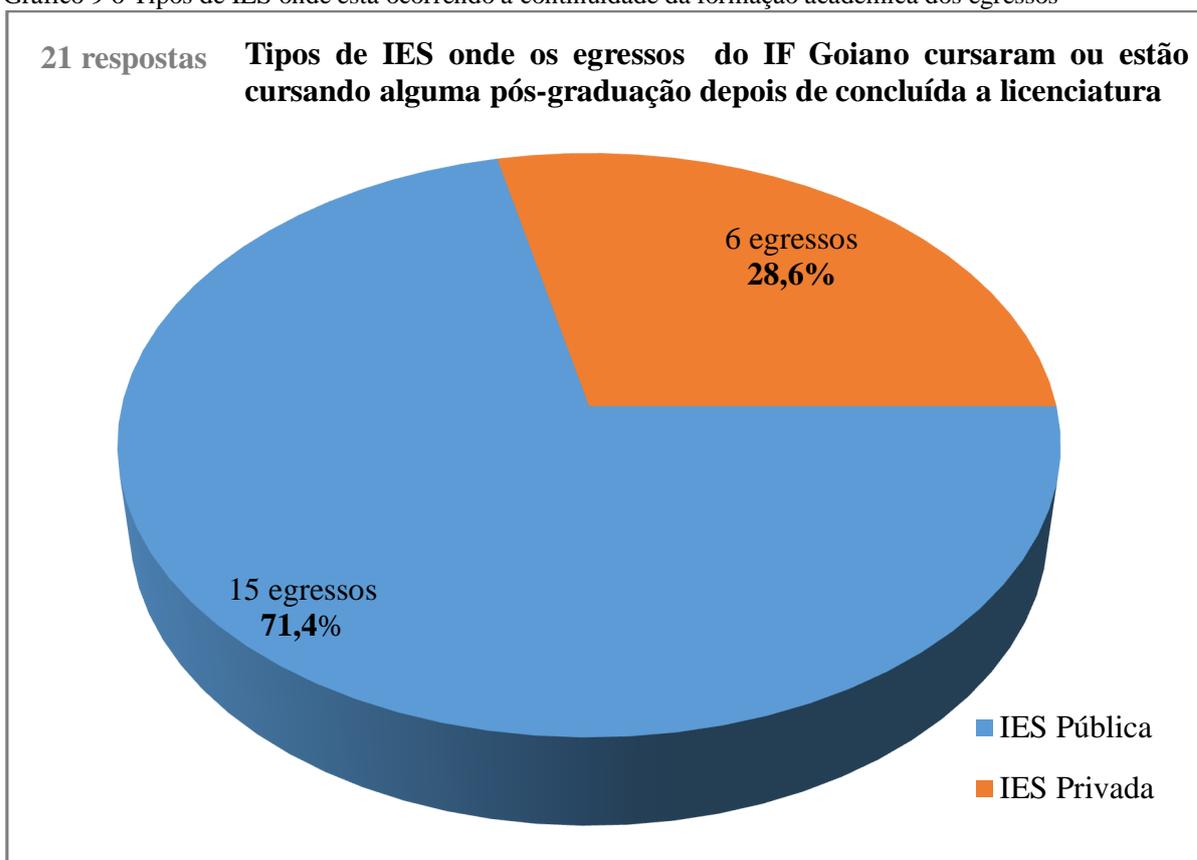
Fonte: O autor (2019).

Segundo o Gráfico 8, dos 93 respondentes, o total de 21 egressos, o que corresponde a 22,6% da amostra, cursaram ou estão cursando alguma pós-graduação. Desses, 7 egressos, o que corresponde a 7,5% da amostra, responderam especialização; 13 egressos, o que corresponde a 14% da amostra, responderam mestrado; e 1 egresso, o que corresponde a 1,1% da amostra, respondeu doutorado. Dessa forma, percebe-se que, dentre os egressos que cursaram ou que estão cursando alguma pós-graduação, o mestrado está sendo o nível de curso mais recorrente depois de concluído o curso de licenciatura.

Ademais, dos 21 egressos que cursaram ou que estão concluindo algum curso de pós-graduação, 15 respondentes⁹, o que corresponde a 71,4% desses 21 egressos, informaram ter estudado ou estar estudando em uma IES pública; enquanto 6 respondentes⁹, o que corresponde a 28,6% desses 21 egressos, informaram ter estudado ou estar estudando em uma IES privada; 1 respondente não informou onde estudou ou está estudando; conforme pode ser visto no Gráfico 9.

⁹ Um mesmo respondente informou que possui 2 cursos de especialização concluídos, sendo um cursado em uma IES pública e outro em uma IES privada.

Gráfico 9 ó Tipos de IES onde está ocorrendo a continuidade da formação acadêmica dos egressos



Fonte: O autor (2019).

De acordo com o Gráfico 9 e diante das informações apresentadas anteriormente, nota-se que, preponderantemente, a continuidade da formação acadêmica dos egressos do IF Goiano depois de concluir os cursos de licenciatura ocorreu ou está ocorrendo em IES pública¹⁰.

5.1.5 Atualização de conhecimentos na área de formação

Dos 93 egressos que responderam o questionário, a maioria informou que atualiza seus conhecimentos em sua área de formação, principalmente, por meio da leitura de artigos na *internet* (64 respondentes, o que corresponde a 68,8% da amostra); participação em cursos de curta duração (46 respondentes, o que corresponde a 49,5% da amostra) e leitura de revistas especializadas (30 respondentes, o que corresponde a 32,3% da amostra). Ressalta-se que nessa questão o egresso podia selecionar quantas respostas correspondessem melhor à sua realidade.

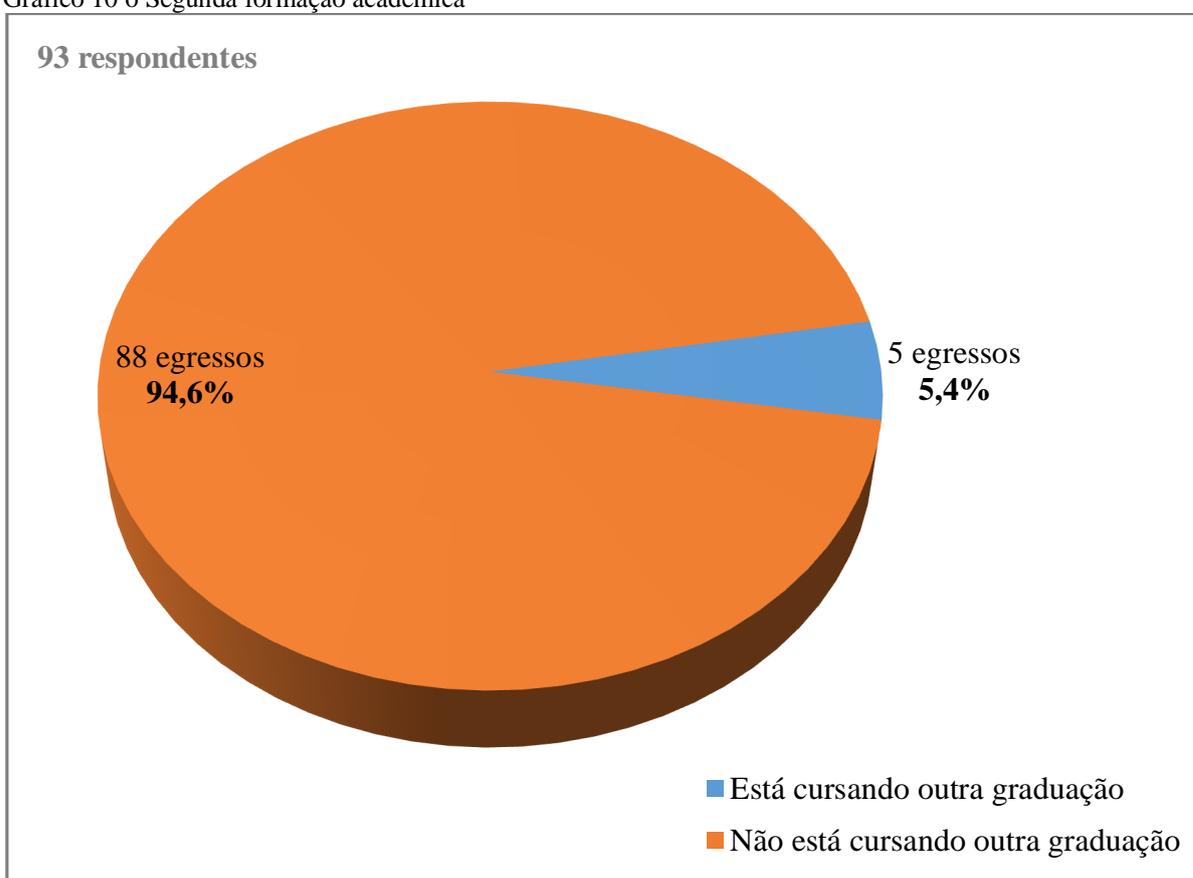
¹⁰ A relação detalhada das IES onde os egressos cursaram ou estão cursando alguma pós-graduação encontram-se como resposta da Questão 6, Anexo A.

Essas respostas podem servir como indicativo para a instituição desenvolver ações de extensão visando reaproximar o egresso da instituição, por meio da oferta de cursos e da promoção de atividades de atualização de conhecimentos na área de formação.

5.1.6 Segunda formação acadêmica

Observou-se que, predominantemente, os egressos não estão cursando outra graduação depois de concluída a licenciatura no IF Goiano, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10 6 Segunda formação acadêmica



Fonte: O autor (2019).

De acordo com o Gráfico 10, dos 93 egressos, 88 respondentes, o que corresponde a 94,6% da amostra, não estão cursando outra graduação; enquanto 5 respondentes, o que corresponde a 5,4% da amostra, estão cursando outra graduação.

Desses 5 egressos que estão cursando outra graduação¹¹, 3 respondentes informaram que estão cursando outra licenciatura; 1 respondente informou que está cursando bacharelado; e 1 respondente não discriminou o tipo de curso que está estudando.

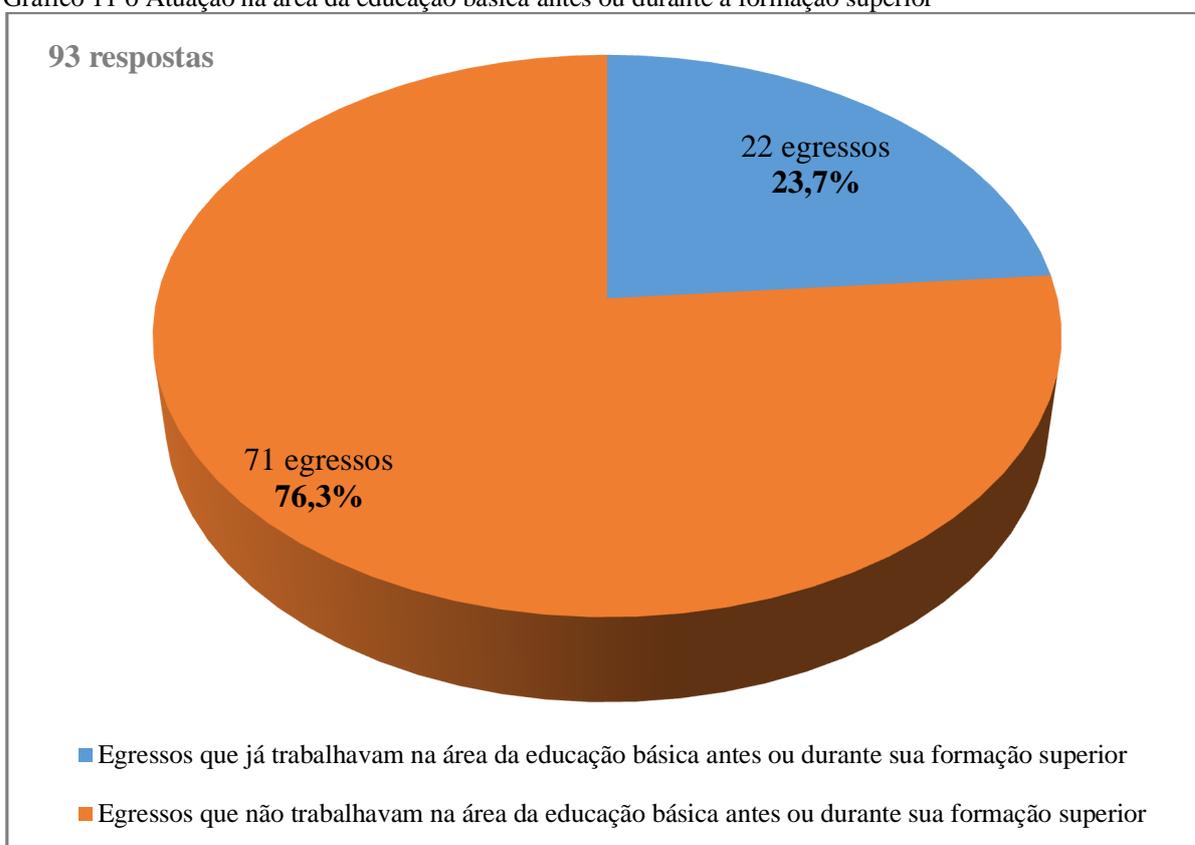
Depreende-se assim, que os egressos das licenciaturas do IF Goiano, de forma geral, não estão cursando outras graduações como forma de atualizar seus conhecimentos ou mesmo visando se qualificar em áreas correlatas à sua licenciatura de formação.

5.1.7 Atuação profissional

5.1.7.1 Atuação profissional na área da educação básica antes ou durante a licenciatura

Dos 93 egressos que responderam o questionário, expressiva maioria informou que não trabalhava na área da educação básica antes ou durante sua formação na licenciatura do IF Goiano, conforme Gráfico 11.

Gráfico 11 6 Atuação na área da educação básica antes ou durante a formação superior



Fonte: O autor (2019).

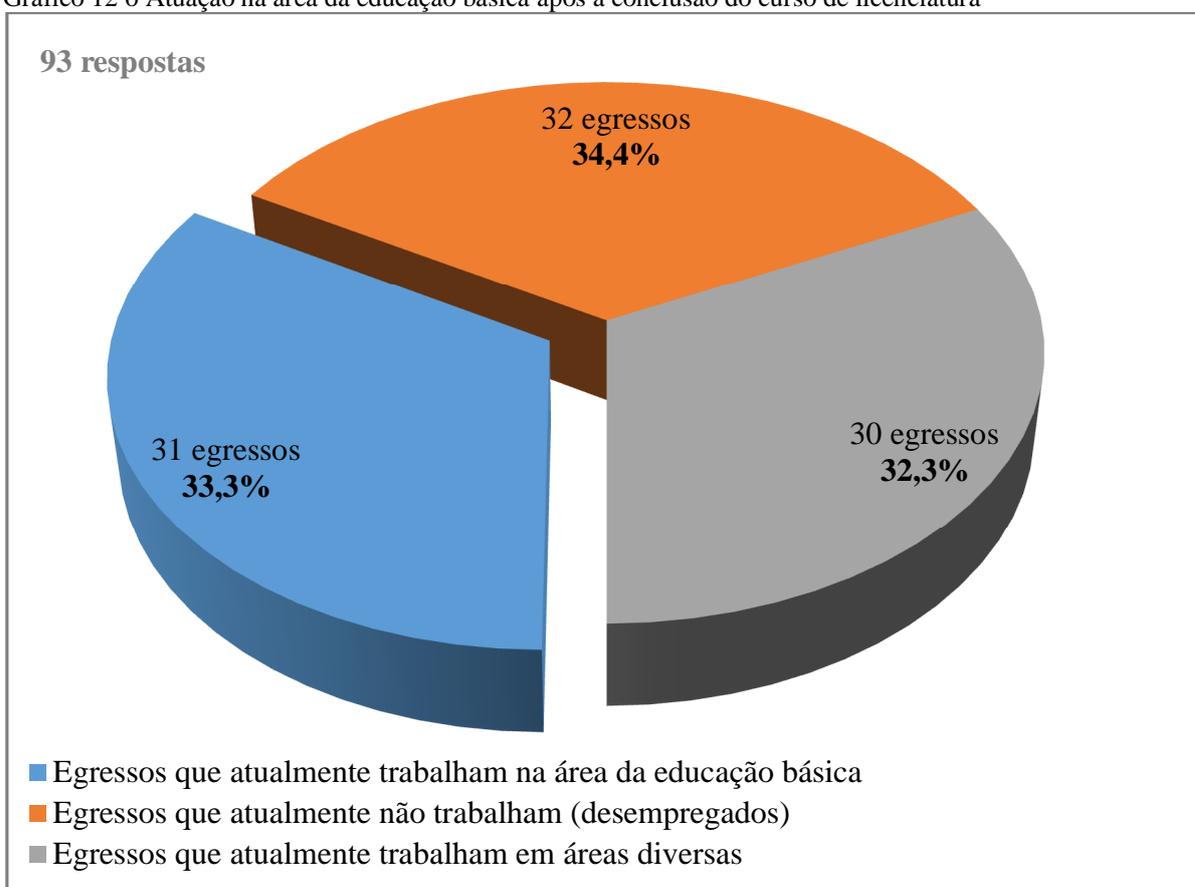
¹¹ Os cursos informados pelos egressos que estão estudando outra graduação encontram-se discriminados como resposta da Questão 28, Anexo A

O Gráfico 11 mostra que, dos 93 respondentes, 71 egressos, o que corresponde a 76,3% da amostra, informaram que não trabalhavam na área de educação básica antes ou durante sua formação superior; enquanto que 22 egressos, o que corresponde a 23,7% da amostra, informaram que já trabalhavam na área de educação básica antes ou durante sua formação superior.

5.1.7.2 Atuação profissional na área da educação básica depois de concluir a licenciatura

Dos 93 egressos que responderam o questionário, a grande maioria informou que atualmente não trabalha na área da educação básica. Apesar disso, observou-se que ocorreu um discreto crescimento em relação a essa atuação profissional, ao compararmos o número de egressos que trabalhava na área de educação básica antes ou durante sua formação superior com o número de egressos que passaram a trabalhar depois de graduados, conforme pode ser observado no Gráfico 12.

Gráfico 12 6 Atuação na área da educação básica após a conclusão do curso de licenciatura

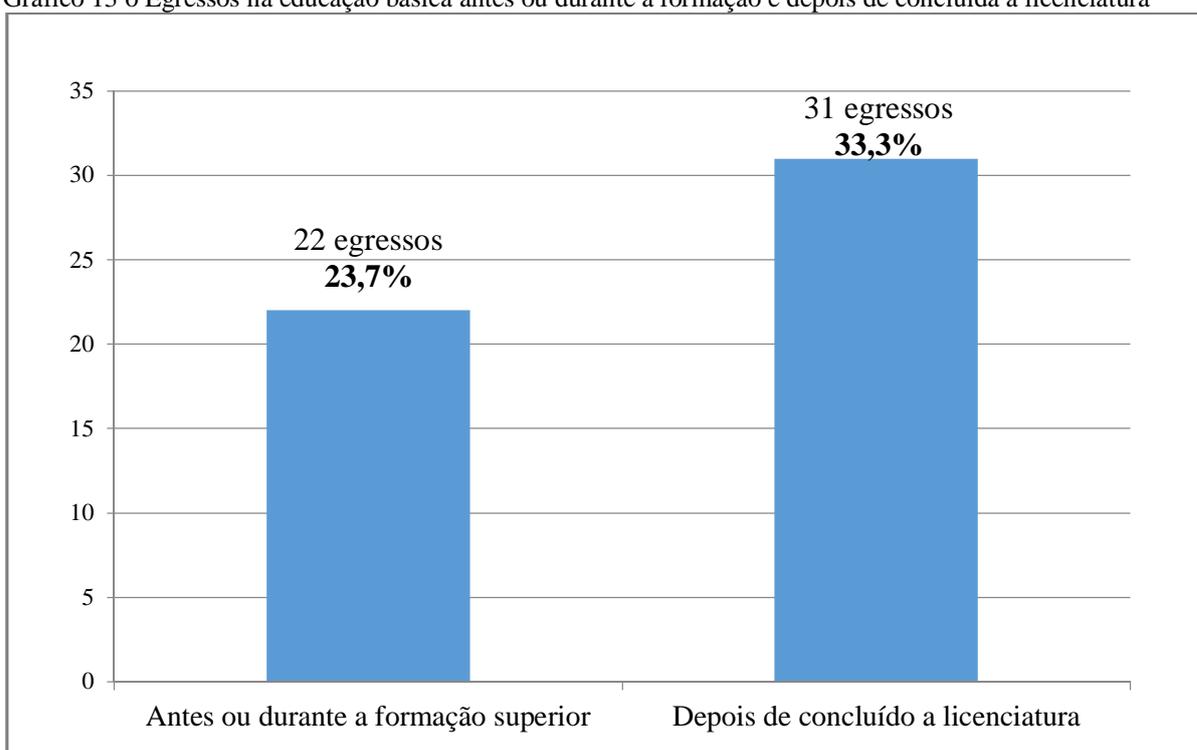


Fonte: O autor (2019).

Segundo o Gráfico 12, dos 93 respondentes, 31 egressos, o que corresponde a 33,3% da amostra, informaram que atualmente trabalham na área de educação básica; 62 egressos, o que corresponde a 66,7% da amostra, informaram que não trabalham na área de educação básica atualmente. Ademais, desses 62 egressos que não trabalham na área de educação básica atualmente, 32 respondentes, o que corresponde a 34,4% da amostra atualmente não trabalham em nenhum emprego formal ou informal (desempregados); e 30 respondentes, o que corresponde a 32,3% da amostra, atualmente trabalham em áreas diversas à sua formação acadêmica.

O Gráfico a seguir permite analisar comparativamente a quantidade de egressos que trabalhavam na educação básica antes ou durante sua formação superior com a quantidade de egressos que passaram a trabalhar na educação básica depois de concluído o curso de licenciatura, demonstrando assim que esse número se elevou. De modo que, a quantidade de egressos que trabalhavam na educação básica antes ou durante sua formação superior era de 22 egressos (conforme Gráfico 11) e, depois de concluído, essa quantidade passou a ser de 31 egressos (conforme Gráfico 12). Portanto, observou-se que houve um aumento de 9,6% na quantidade de egressos que passaram a trabalhar na educação básica após concluir o curso de licenciatura em relação àqueles que atuavam na educação básica antes ou durante sua formação superior.

Gráfico 13 ó Egressos na educação básica antes ou durante a formação e depois de concluída a licenciatura



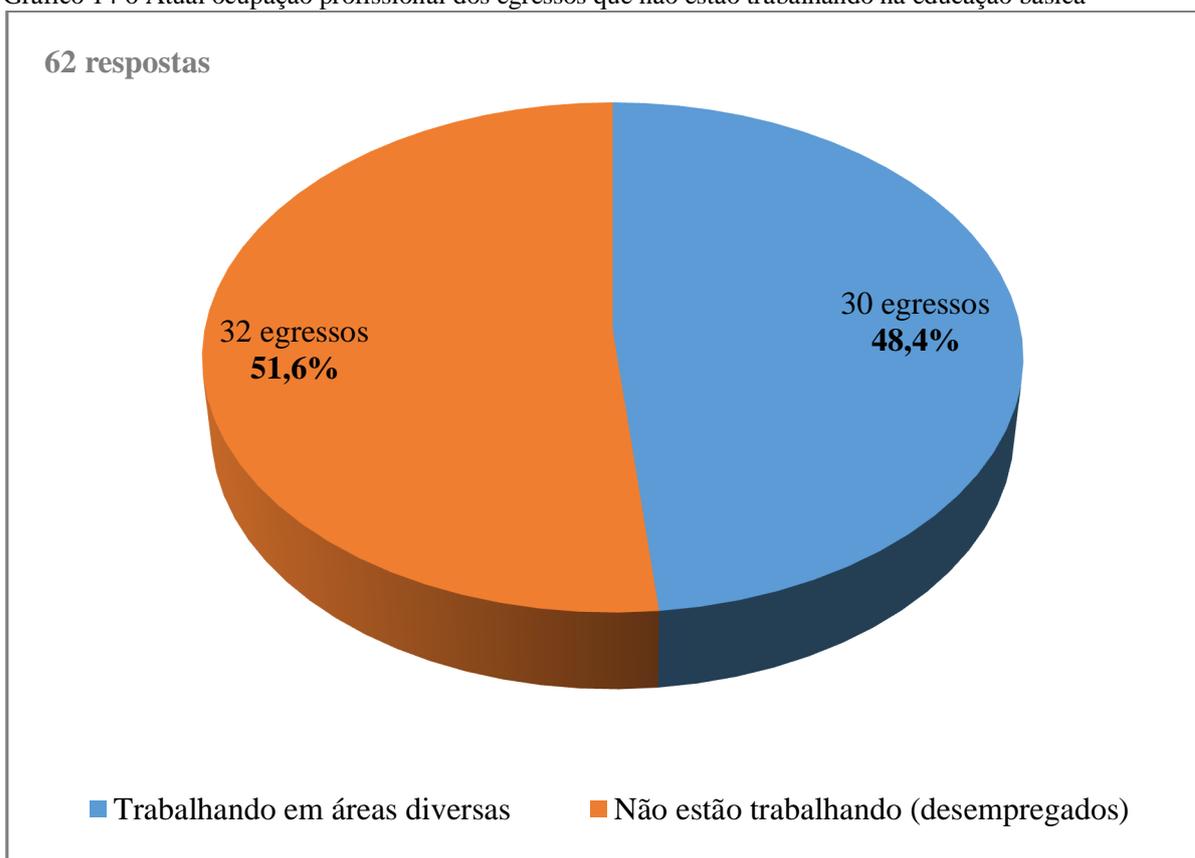
Fonte: O autor (2019).

Portanto, é possível depreender que para esses 31 egressos que atualmente trabalham na área da educação básica depois de concluída a graduação, a qualificação profissional proporcionada pela licenciatura foi fundamental para determinar sua entrada no mercado de trabalho dentro de sua área de formação.

5.1.7.3 Ocupação profissional dos egressos que não estão trabalhando na educação básica

Dos 62 egressos que informaram que no momento não estão trabalhando na área da educação básica, quando questionados se atualmente se encontram trabalhando em algum ofício, seja ele formal ou informal, um pouco mais da metade desses egressos informou que não se encontra trabalhando, ou seja, encontram-se desempregados, conforme Gráfico 14.

Gráfico 14 ó Atual ocupação profissional dos egressos que não estão trabalhando na educação básica



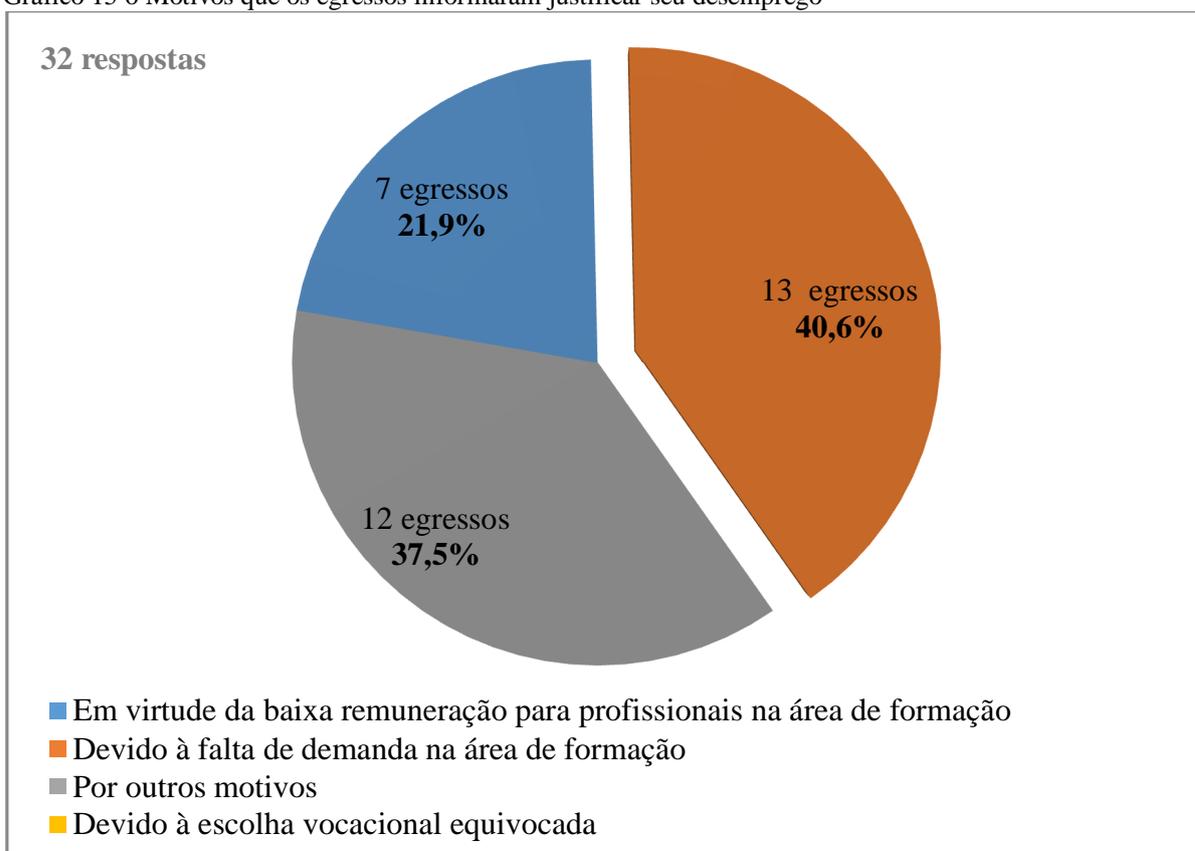
Fonte: O autor (2019).

De acordo com o Gráfico 14, desses 62 egressos que atualmente não se encontram trabalhando na educação básica, 32 respondentes, o que corresponde a 51,6% desses egressos, não estão trabalhando no momento em nenhum outro ofício; enquanto que 30 respondentes, o

que corresponde a 48,4% desses egressos, encontram-se trabalhando atualmente em áreas diversas¹² à sua formação acadêmica.

Desses 32 egressos que atualmente se encontram desempregados, a maioria informou que não se encontra trabalhando devido principalmente a dois motivos: falta de demanda na área de formação e em virtude da baixa remuneração para profissionais na área de formação, conforme Gráfico 15.

Gráfico 15 ó Motivos que os egressos informaram justificar seu desemprego



Fonte: O autor (2019).

Ademais, desses 32 egressos que informaram não estar trabalhando no momento, 13 respondentes, o que corresponde a 40,6% desses egressos desempregados, informaram que não estão trabalhando devido à falta de demanda na área de formação; 12 respondentes, o que corresponde a 37,5% desses egressos desempregados, informaram que não estão trabalhando devido a outros motivos¹³; 7 respondentes, o que corresponde a 21,9% desses egressos desempregados, informaram que não estão trabalhando em virtude da baixa remuneração para

¹² As instituições, órgãos ou empresas onde os egressos não atuantes na educação básica encontram-se trabalhando atualmente, estão discriminados como resposta da Questão 26, Anexo A.

¹³ Os outros motivos informados pelos egressos que não estão trabalhando atualmente e que justificaria essa situação de desemprego encontram-se discriminados como resposta da Questão 25, Anexo A.

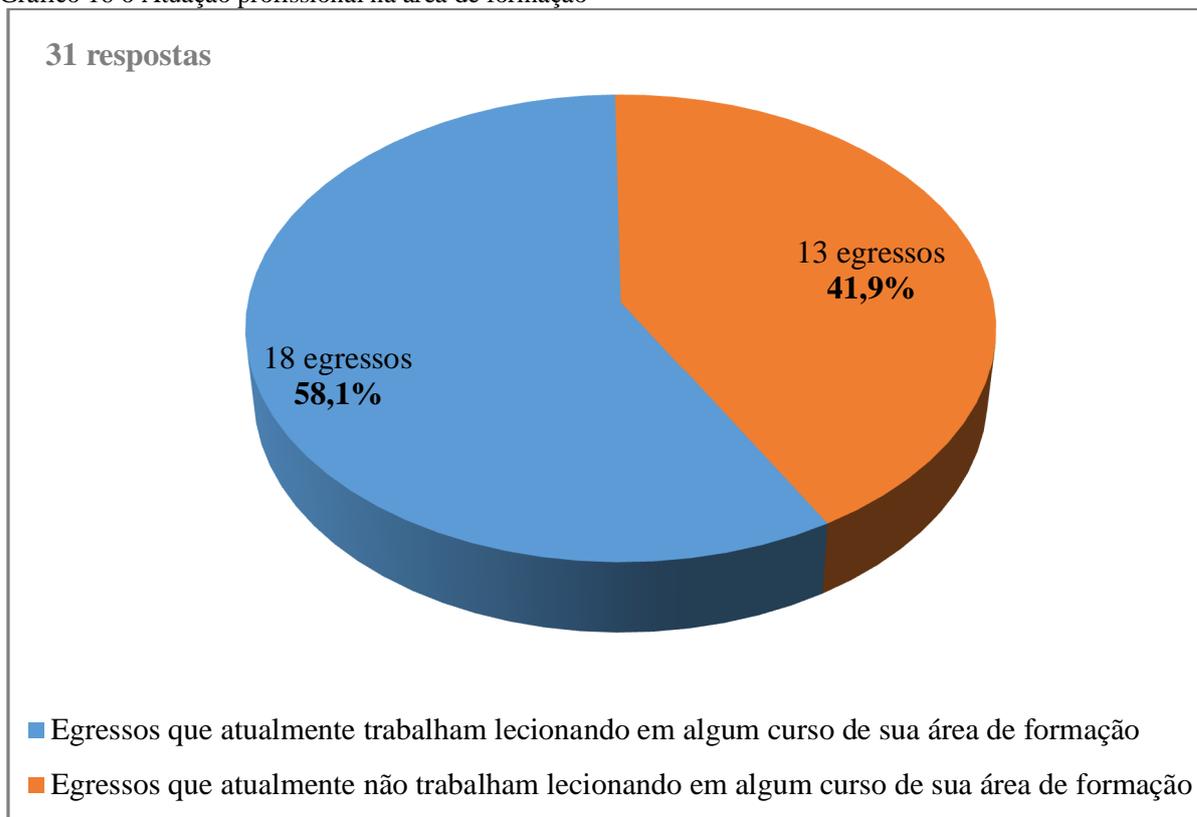
profissionais na área de formação; e nenhum egresso escolheu a opção devido à escolha vocacional equivocada.

Dessa forma, infere-se que, mesmo diante da escassez de demanda na área de formação do licenciado, nenhum egresso acredita que se equivocou em sua escolha vocacional, ou seja, nenhum egresso demonstrou ter se arrependido de cursar licenciatura.

5.1.8 Atuação profissional na área de formação

Dos 93 egressos que compuseram a amostra da pesquisa, 31 egressos, o que corresponde a 33,3% da amostra, responderam que atualmente trabalham na área da educação básica. Quando questionados, desses 31 egressos, um pouco mais da metade informou que atualmente trabalha lecionando em algum curso de sua área de formação, conforme demonstra o Gráfico 16.

Gráfico 16 Atuação profissional na área de formação



Fonte: O autor (2019).

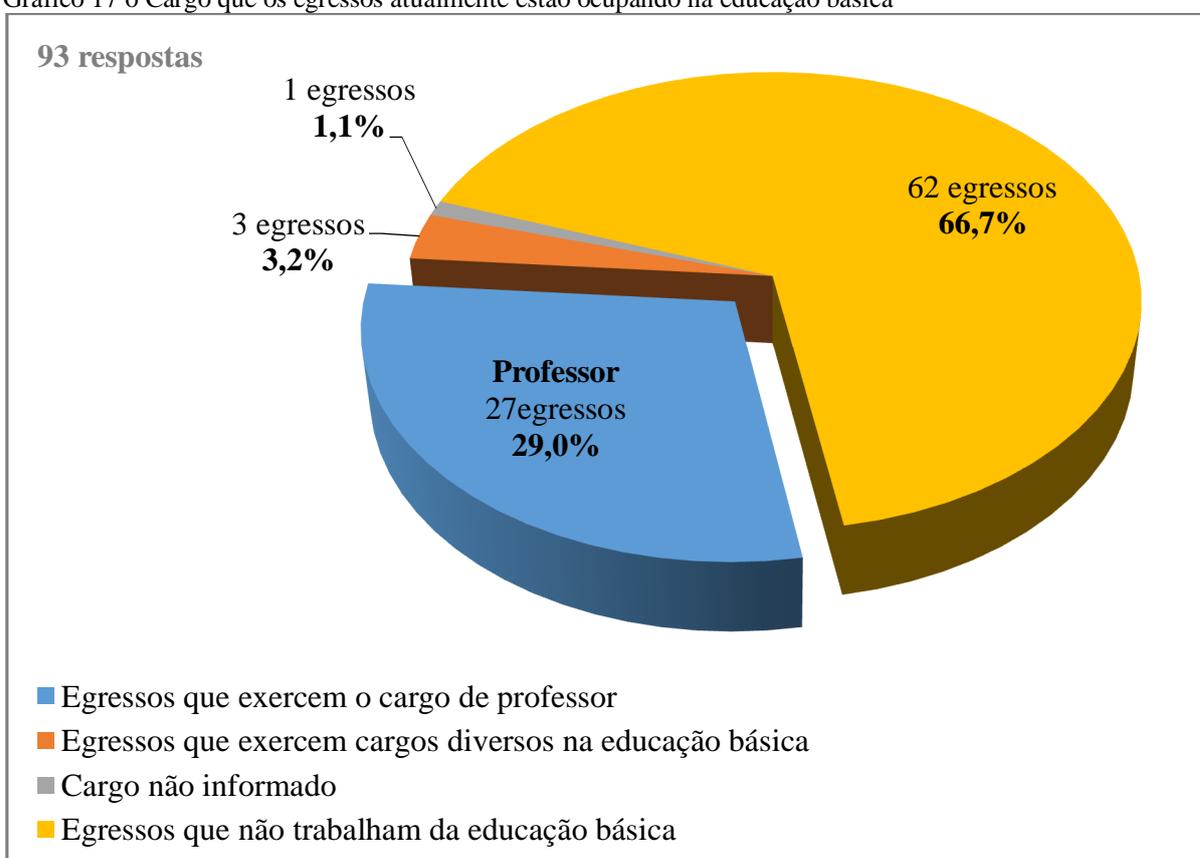
O Gráfico 16 mostra que, desses 31 egressos que atualmente trabalham na área da educação básica, 18 respondentes, o que corresponde a 58,1% desses egressos, atualmente trabalham lecionando em algum curso de sua área de formação; enquanto que 13

respondentes, o que corresponde a 41,9% desses egressos, atualmente não trabalham lecionando em algum curso de sua área de formação.

5.1.9 Cargo ocupado atualmente na área da educação básica

Observou-se que, dos 31 egressos que informaram que atualmente estão trabalhando na educação básica, a maioria informou que ocupa o cargo de professor, conforme pode ser visto no Gráfico 17.

Gráfico 17 ó Cargo que os egressos atualmente estão ocupando na educação básica



Fonte: O autor (2019).

O Gráfico 17 mostra que, desses 31 egressos¹⁴ que estão ocupando atualmente algum cargo na área da educação básica, 27 respondentes, o que corresponde a 29% do total de egressos que compõe a amostra da pesquisa, atualmente ocupam cargo de professor; 3 respondentes, o que corresponde a 3,2% da amostra, ocupam cargos diversos¹⁵; e 1

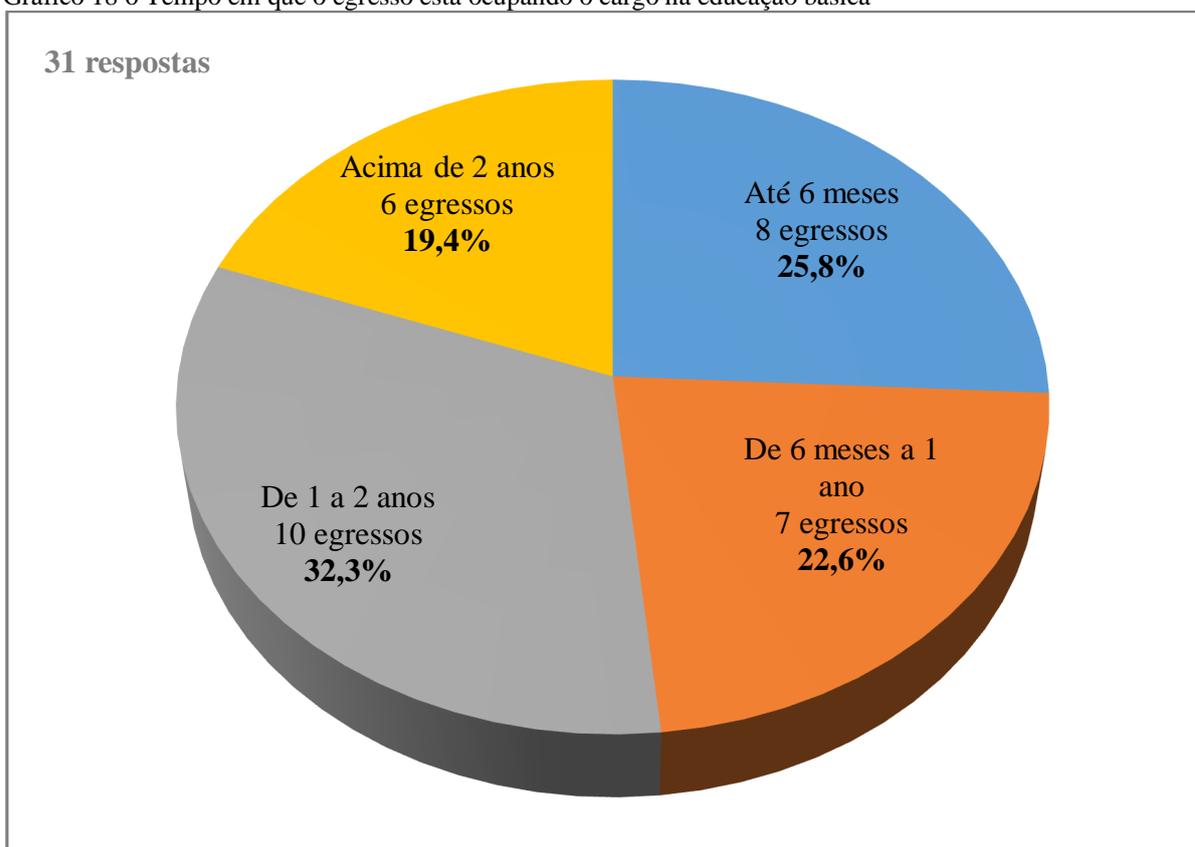
¹⁴ Os cargos ocupados pelos 31 egressos que informaram trabalhar atualmente na área de educação básica encontram-se discriminados como resposta da Questão 11, Anexo A.

¹⁵ Um responde informou que ocupa o cargo de monitor, outro respondente informou que é assistente administrativo e outro respondente informou que é técnico administrativo em educação.

respondente, o que corresponde a 1,1% da amostra, não informou qual cargo está ocupando atualmente.

Ademais, quando questionados sobre o tempo em que estariam ocupando esse cargo, a maioria informou de 1 a 2 anos, conforme Gráfico 18.

Gráfico 18 6 Tempo em que o egresso está ocupando o cargo na educação básica



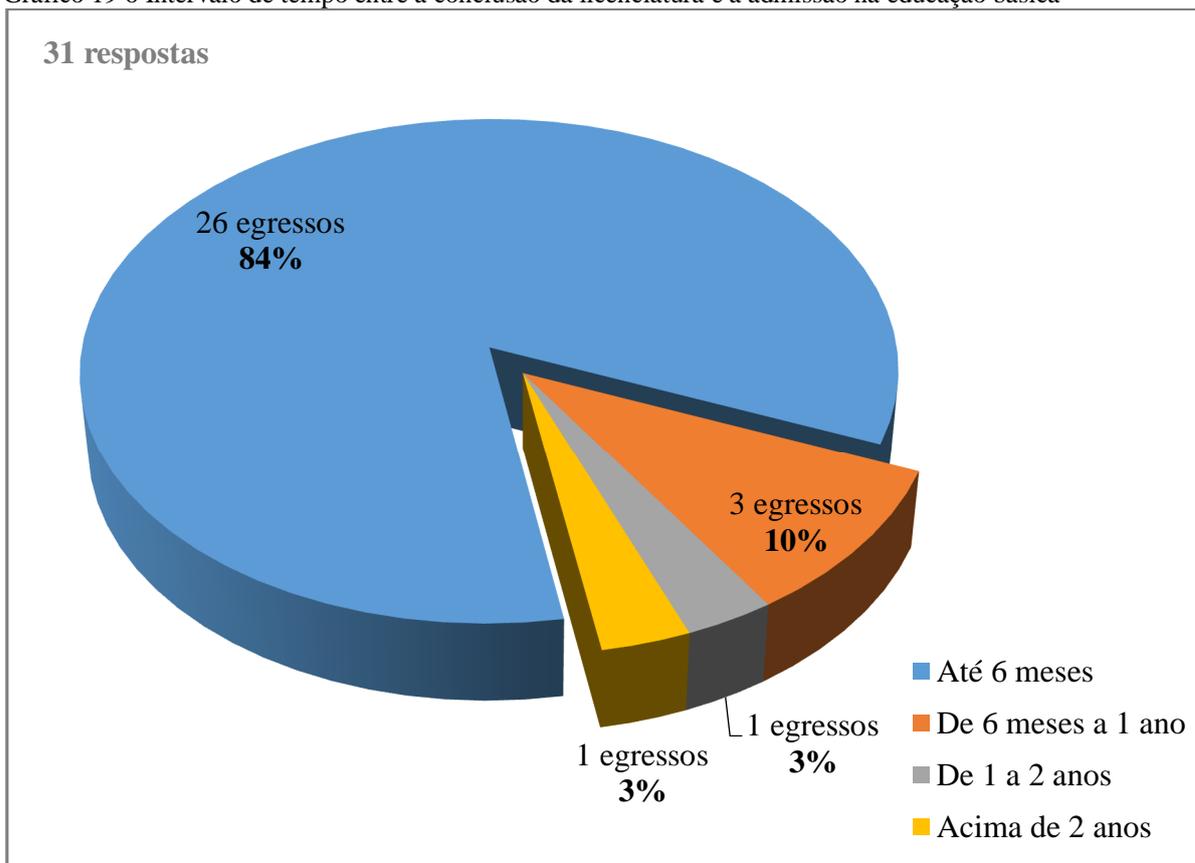
Fonte: O autor (2019).

O Gráfico acima nos informa que, desses 31 egressos que estão trabalhando atualmente na área de educação básica, 8 respondentes, o que corresponde a 25,8% desses egressos, estão ocupando o cargo nessa área há até 6 meses, 7 respondentes, o que corresponde a 22,6% desses egressos, estão ocupando o cargo nessa área entre 6 meses a 1 ano; 10 respondentes, o que corresponde a 32,3% desses egressos, estão ocupando o cargo nessa área entre 1 a 2 anos; e 6 respondentes, o que corresponde a 19,4% desses egressos, estão ocupando o cargo nessa área há mais de 2 anos.

5.1.10 Caracterização da inserção dos egressos na educação básica

Dos 31 egressos que informaram que atualmente estão trabalhando na educação básica, a grande maioria adentrou no mercado de trabalho nessa área, em até 6 meses depois de concluído o curso de licenciatura, conforme Gráfico 19.

Gráfico 19 Intervalo de tempo entre a conclusão da licenciatura e a admissão na educação básica



Fonte: O autor (2019).

Segundo o Gráfico 19, desses 31 egressos que responderam a questão referente ao intervalo de tempo entre a conclusão do curso de licenciatura e sua inserção no mercado de trabalho na educação básica, 26 respondentes, o que corresponde a 84% desses egressos, foram admitidos na educação básica em até 6 meses depois de concluído o curso de licenciatura; 3 respondentes, o que corresponde a 10% desses egressos, foram admitidos na educação básica de 6 a 12 meses depois de concluído o curso de licenciatura; 1 respondente, o que corresponde a 3% desses egressos, foi admitido na educação básica de 1 a 2 anos depois de concluído o curso de licenciatura; e 1 respondente, o que corresponde a 3% desses egressos, foi admitido na educação básica acima de 2 anos depois de concluído o curso de licenciatura.

Pode-se notar que, para a maioria desses egressos que atualmente trabalham na educação básica, sua entrada no mercado de trabalho na área de formação após a conclusão da graduação ocorreu em um período de tempo relativamente curto. O que permite inferir que, o fato de ter concluído a graduação (licenciatura), ou seja, ter se qualificado formalmente, contribuiu para sua entrada no mercado de trabalho em sua área de formação específica em um curto prazo de tempo (até 6 meses depois de formado).

5.1.10.1 Forma de ingresso no cargo e quantidade de escolas em que atuam

Observou-se ainda que, desses 31 egressos que estão trabalhando atualmente na área de educação básica, a maioria (27 respondentes, o que corresponde a 87,1% das respostas desses 31 egressos) ingressou no cargo por meio de contrato¹⁶. Ademais, desses 31 egressos, identificou-se também que a maioria (28 respondentes, o que corresponde a 90,3% das respostas desses 31 egressos) trabalha em apenas uma escola¹⁷.

5.1.10.2 Caracterização das escolas que estão absorvendo profissionalmente os egressos

Dos 31 egressos que atualmente estão trabalhando na educação básica, observou-se que a grande maioria trabalha em escolas da rede pública¹⁸, principalmente, estadual/distrital (19 respondentes, o que corresponde a 61,3% das respostas desses 31 egressos) e municipal (10 respondentes, o que corresponde a 32,3% das respostas desses 31 egressos), ofertantes de ensino fundamental (24 respondentes, o que corresponde a 77,4% das respostas desses 31 egressos) e ensino médio¹⁹ (16 respondentes, o que corresponde a 51,6% das respostas desses 31 egressos).

Observou-se ainda que essas escolas encontram-se, majoritariamente, situadas na zona urbana²⁰ (30 respondentes, o que corresponde a 96,8% das respostas desses 31 egressos) e localizadas no estado de Goiás²¹ (25 respondentes, o que corresponde a 80,6% das respostas desses 31 egressos).

¹⁶ Conforme indicam as respostas da Questão 14, Anexo A.

¹⁷ Conforme indicam as respostas da Questão 15, Anexo A.

¹⁸ Os tipos de rede de ensino das escolas onde atuam os 30 egressos que informaram trabalhar atualmente na educação básica encontram-se discriminados como resposta da Questão 16, Anexo A.

¹⁹ Conforme indicam as respostas da Questão 19, Anexo A.

²⁰ Conforme indicam as respostas da Questão 18, Anexo A.

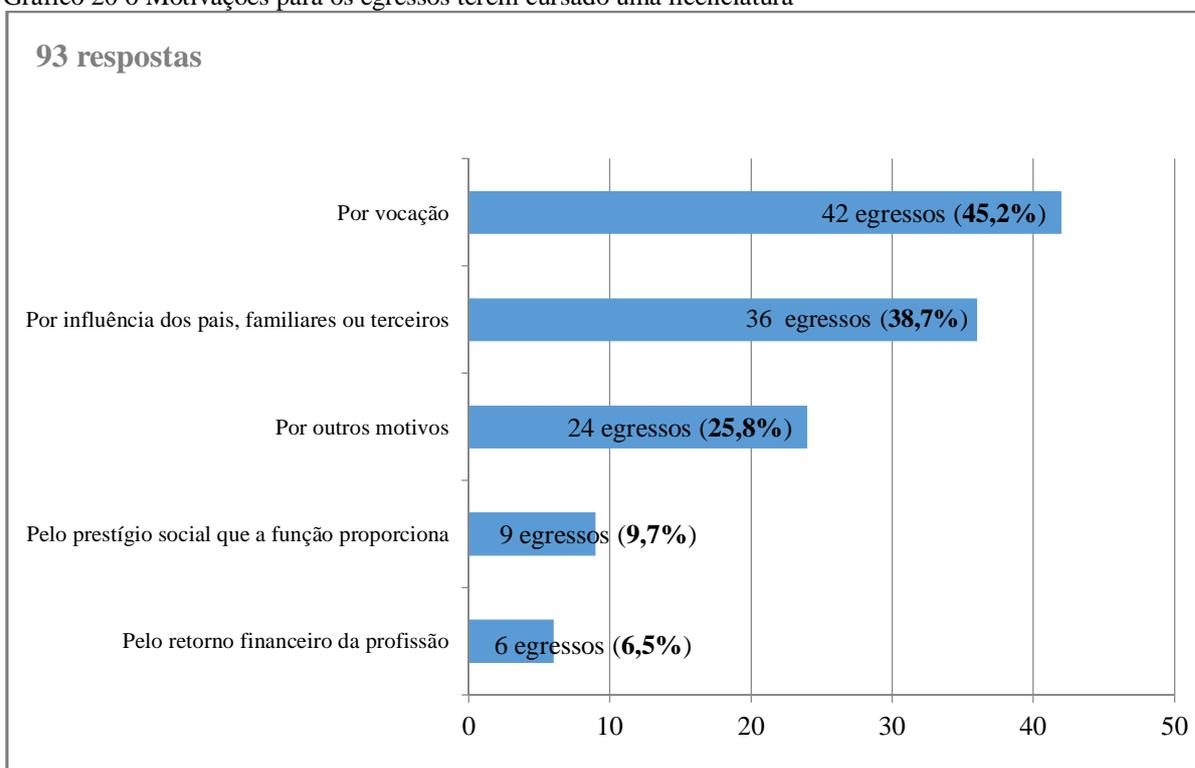
²¹ Conforme discriminado nas respostas da Questão 17, Anexo A.

É possível notar que esses egressos que conseguiram adentrar no mercado de trabalho na área da educação e que atualmente encontram-se atuando na educação básica depois de formados, estão trabalhando dentro da própria região onde se qualificaram profissionalmente.

5.1.11 Motivações para ter cursado uma licenciatura

Quando questionados sobre as motivações para ter cursado uma licenciatura, a maioria dos egressos respondeu que foi motivada a cursar uma licenciatura principalmente por dois motivos: primeiramente por vocação, e em segundo, por influência dos pais, familiares ou terceiros, conforme Gráfico 20.

Gráfico 20 Motivações para os egressos terem cursado uma licenciatura



Fonte: O autor (2019).

De acordo com o gráfico 20, dos 93 respondentes, 42 egressos, o que corresponde a 45,2% da amostra, foram motivados a cursar uma licenciatura por vocação; 36 egressos, o que corresponde a 38,7% da amostra, foram motivados a cursar uma licenciatura por influência dos pais, familiares ou terceiros; 24 egressos, o que corresponde a 25,8% da amostra, tiveram outras motivações²²; 9 egressos, o que corresponde a 9,7% da amostra, foram motivados a

²² As outras motivações informadas pelos egressos encontram-se relatadas como complementação da resposta da Questão 20, Anexo A.

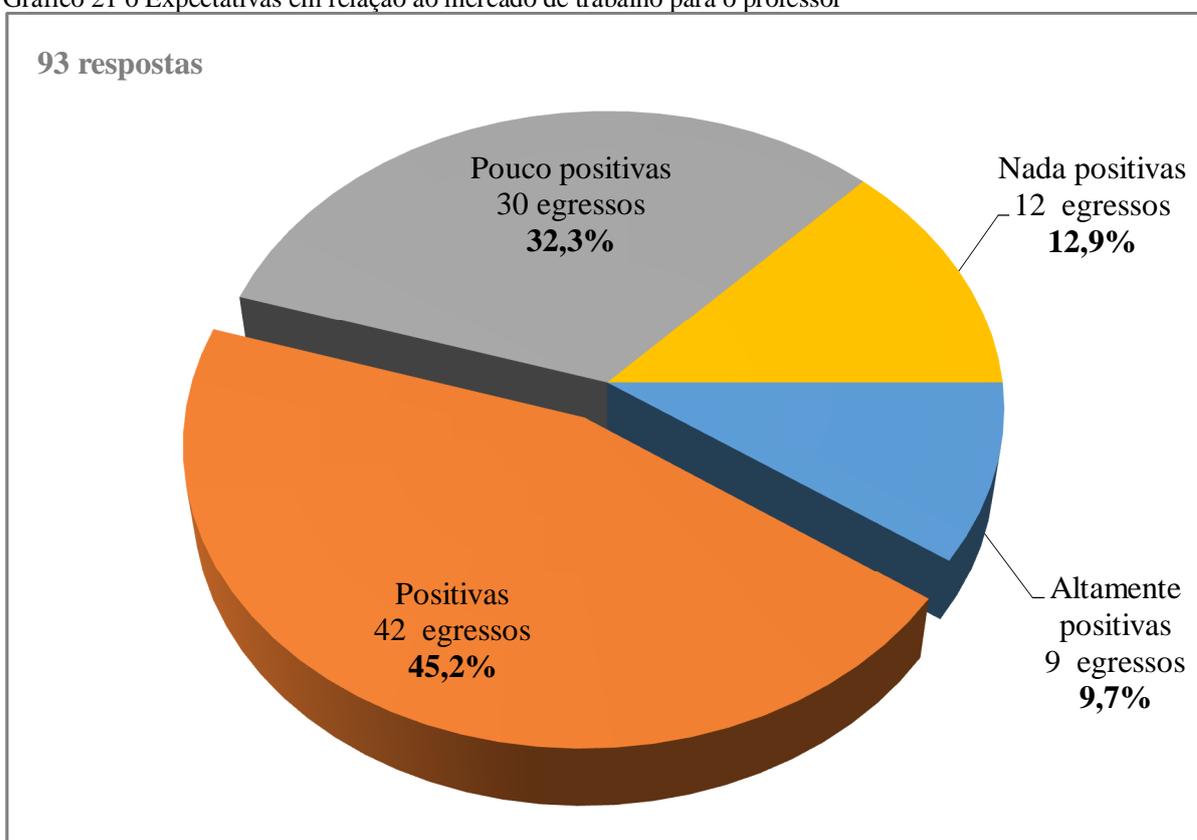
cursar uma licenciatura pelo prestígio social que a função proporciona; e 6 egressos, o que corresponde a 6,5% da amostra, foram motivados a cursar uma licenciatura pelo retorno financeiro da profissão. Ressalta-se que nessa questão o egresso poderia marcar mais de uma alternativa, tendo a liberdade de selecionar quantas opções achasse necessário.

Diante das respostas obtidas dos egressos, é possível inferir que, apesar da maioria deles ter cursado uma licenciatura por vocação, ou seja, por tendência natural, aptidão, gosto ou interesse próprio no curso, ainda assim muitos aparentam não valorizar e nem atribuir o devido reconhecimento à profissão escolhida, visto que as duas opções menos selecionadas como motivações para a escolha da licenciatura foram o prestígio social que a função proporciona e o retorno financeiro da profissão.

5.1.12 Expectativas em relação ao mercado de trabalho para o professor

Quando questionados sobre suas expectativas em relação ao mercado de trabalho, um pouco menos da metade dos egressos, mas ainda assim a maioria em relação às demais alternativas dadas como resposta, informou ter expectativas positivas, conforme Gráfico 21.

Gráfico 21 Expectativas em relação ao mercado de trabalho para o professor



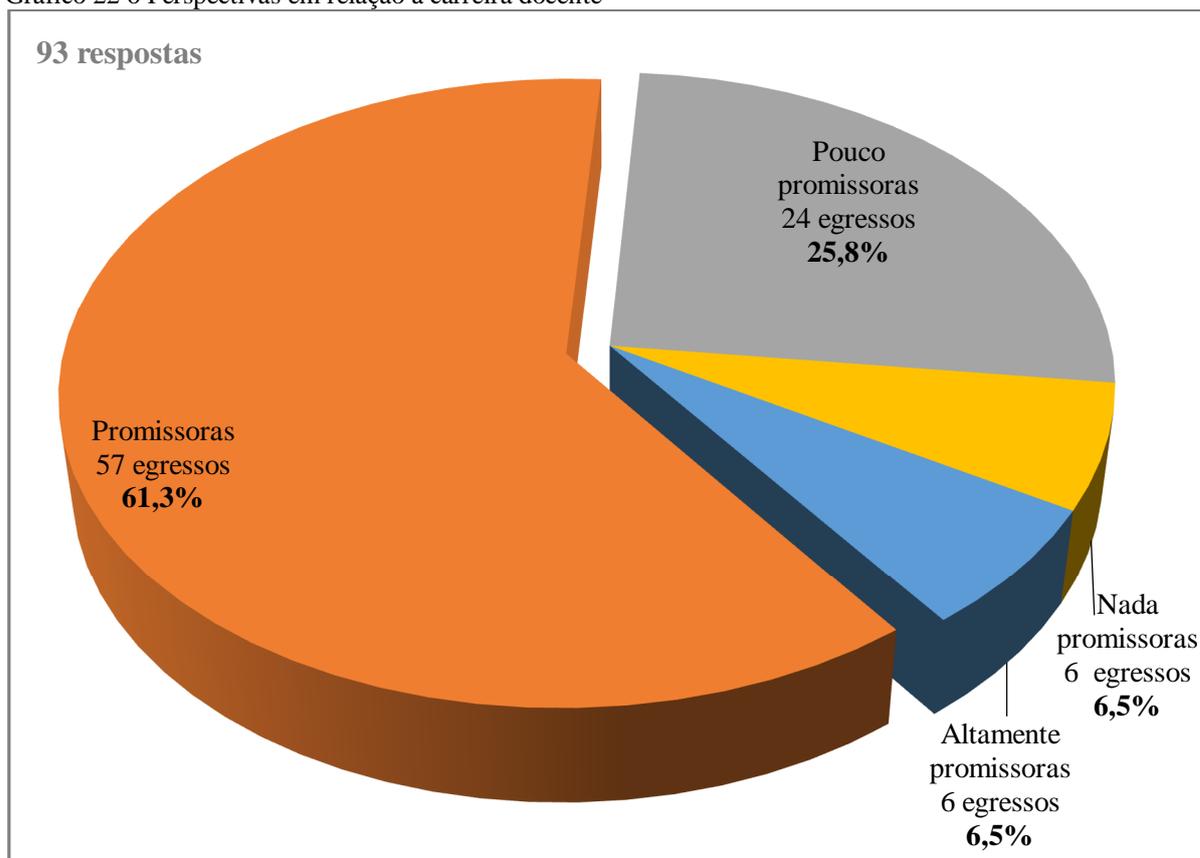
Fonte: O autor (2019).

O Gráfico 21 mostra que, dos 93 respondentes, 9 egressos, o que corresponde a 9,7% da amostra, têm expectativas altamente positivas em relação ao mercado de trabalho para o professor; 42 egressos, o que corresponde a 45,2% da amostra, têm expectativas positivas em relação ao mercado de trabalho para o professor; 30 egressos, o que corresponde a 32,3% da amostra, têm expectativas pouco positivas em relação ao mercado de trabalho para o professor; e 12 egressos, o que corresponde a 12,9% da amostra, têm expectativas nada positivas em relação ao mercado de trabalho para o professor.

5.1.13 Perspectivas em relação à carreira docente

Quanto às perspectivas em relação à carreira docente, a maioria dos egressos informou ser promissoras, conforme Gráfico 22.

Gráfico 22 ó Perspectivas em relação à carreira docente



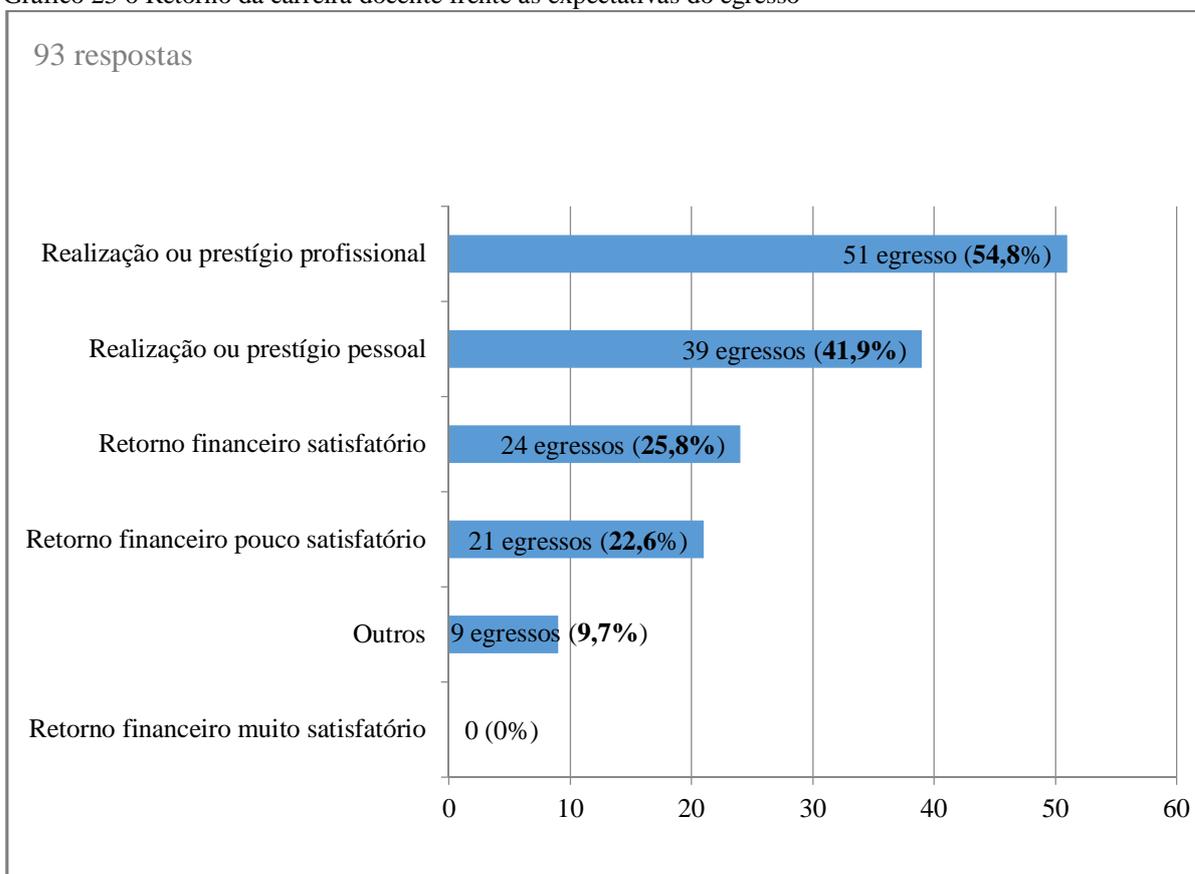
Fonte: O autor (2019).

Segundo o Gráfico 22, dos 93 respondentes, 6 egressos, o que corresponde a 6,5% da amostra, têm perspectivas altamente promissoras em relação à carreira docente; 57 egressos, o que corresponde a 61,3% da amostra, têm perspectivas promissoras em relação à carreira

docente; 24 egressos, o que corresponde a 25,8% da amostra, têm perspectivas pouco promissoras em relação à carreira docente; e 6 egressos, o que corresponde a 6,5% da amostra, tem perspectivas nada promissoras em relação à carreira docente.

Ainda em se tratando das expectativas dos egressos em relação à carreira docente, observou-se que dos 93 respondentes, a maioria acredita que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo dos anos, principalmente, realização ou prestígio profissional e realização ou prestígio pessoal, conforme Gráfico 23.

Gráfico 23 ó Retorno da carreira docente frente às expectativas do egresso



Fonte: O autor (2019).

De acordo com o Gráfico 23, dos 93 respondentes, 51 egressos, o que corresponde a 54,8% da amostra, acreditam que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo os anos realização ou prestígio profissional; 39 egressos, o que corresponde a 41,9% da amostra, acreditam que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo dos anos realização ou prestígio pessoal; 24 egressos, o que corresponde a 25,8% da amostra, acreditam que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo os anos retorno financeiro satisfatório; 21 egressos, o que corresponde a 22,6% da amostra, acreditam que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo os anos retorno financeiro pouco satisfatório; 9 respondentes, o que corresponde a 9,7%

desses egressos, respondeu ãoutros²³; e nenhum egresso acredita que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo dos anos retorno financeiro muito satisfatório. Ressalta-se que nessa questão o egresso poderia marcar mais de uma alternativa, tendo a liberdade de selecionar quantas opções achasse necessário.

É possível perceber, diante das respostas obtidas que, apesar das perspectivas da maioria dos egressos em relação à carreira docente serem altas (61,3% afirmaram ser promissoras), conforme visto no Gráfico 22, e da maioria acreditar que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo dos anos realização ou prestígio profissional e realização ou prestígio pessoal, quando se compara tais respostas com as expectativas em relação ao mercado de trabalho (45,2% afirmaram ser positivas), conforme visto no Gráfico 21, percebemos que tais anseios encontram-se desequilibrados. Permitindo depreender que, uma das prováveis justificativas para esse desalinhamento de visões em relação à carreira docente *versus* mercado trabalho, pode ser observada diante das considerações feitas pelos respondentes na Questão 30, onde os egressos foram solicitados a fazer algumas considerações sobre a temática da pesquisa, quanto à formação profissional cursada ou sobre o mercado de trabalho para os egressos de cursos de licenciaturas. De modo que, muitas dessas respostas sinalizaram algumas dificuldades dos egressos, principalmente em relação ao ingresso, à concorrência e às oportunidades que eles estão tendo no mercado de trabalho na área da educação.

5.1.14 Comentários, relatos e considerações dos egressos sobre a pesquisa e sua temática

Em uma das questões foi concedida aos egressos a oportunidade de expressar comentários e considerações sobre a pesquisa e sua temática.

De modo que, dos 93 egressos, 9 respondentes fizeram algumas considerações e expuseram suas opiniões sobre a temática da pesquisa, a formação profissional cursada e o mercado de trabalho para o professor, destacando-se sua realidade como o egresso de curso de licenciatura.

As anotações, apesar de não serem identificadas e de, por vezes, não fazerem referência objetiva à pesquisa e nem à sua temática, apresentam-se como um interessante e rico complemento, abrindo campo para novas pesquisas e servindo ainda como subsídio para a gestão da instituição reavaliar suas políticas e práticas adotadas tanto em relação aos cursos de licenciatura quanto aos seus egressos. Os comentários também apresentam elogios e

²³ Os egressos que selecionaram a alternativa ãoutrosõ relataram exemplificando o que acreditam que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo dos anos, de forma a complementar à Questão 23, Anexo A.

desabafos em relação à carreira e à profissão docente, em relação ao mercado de trabalho para os egressos de licenciatura, elogios quanto à iniciativa de realização desta pesquisa, entre outros assuntos pertinentes ao tema pesquisado. Os comentários²⁴ são sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4 ó Comentários dos egressos

<p>õInfelizmente após a conclusão do curso os egressos enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, o qual tem se mostrado seletivo e injusto. Uma vez que muitos licenciados, principalmente os recém-formados, não têm oportunidade de emprego na área devido à maioria dos cargos estarem ocupados por outros profissionais com formações diversas, com privilégios e "apadrinhamentos"; o que causa descredibilidade e frustração para os cursos de licenciaturaõ.</p>
<p>õInfelizmente a área das licenciaturas é desvalorizada. Principalmente a área da pedagogia, na qual as pessoas têm um olhar errôneo, achando que estamos lá aprendendo a cortar EVA²⁵õ.</p>
<p>õNão poderia existir profissão mais gratificante do que ser professorõ.</p>
<p>õAumentar a probabilidade de conseguir emprego na área de formação acadêmicaõ.</p>
<p>õO mercado para os licenciados é amplo, porém faltam esclarecimentos para os ingressantesõ.</p> <p>õAqueles que já atuam na área precisam esclarecer as dúvidas, deixar de reclamar e apoiar os futuros professores: se durante o meu estágio eu tivesse escutado os colegas professores das escolas onde eu estava fazendo estágio, eu teria desistido e ido para a indústriaõ.</p> <p>õFalta também qualidade nos locais de trabalho. Mas isso deve deixar de ser discutido, já que não teve, não tem e não terá investimento necessárioõ.</p> <p>õA produção de conhecimento deve ser revista, discutida e aplicada. Aqueles que estão cursando as licenciaturas devem repensar a prática docente e evitar "apenas dar aula" para que se tornem bons profissionais, que avaliam seu trabalho e estão em constante mudançaõ.</p>

²⁴ Foram transcritos todos os comentários dos egressos, sendo realizadas adequações ortográficas e de concordância, sem alterar o conteúdo das mensagens.

²⁵ Segundo o dicionário Michaelis (2018a), EVA é a sigla de *Ethylene Vinyl Acetate* (acetato de etileno e vinil). Espuma sintética produzida por meio da copolimerização do monômero de acetato de etileno e vinil.

õGostaria de ressaltar que embora haja rumores de uma demanda em relação aos profissionais da área da educação, principalmente aqueles das áreas de química, física e matemática, há uma desvalorização profissional e financeira grave que assombra o mercado de trabalho e desmotiva aqueles que escolhem essas áreas. Assim, retratando minhas próprias vivências, vejo que tal situação colabora diretamente para a grave crise na educação e principalmente para a falta desses profissionaisõ.

õGostaria de parabenizar pela temática da pesquisa e dizer que é promissora para indicar que grande parte dos egressos dos cursos de licenciatura não atua na área por falta de oportunidades. Talvez esse tipo de pesquisa possa se tornar um indicador para melhorar a relação entre graduação e mercado de trabalhoõ.

õNão é como pensamos: baixa remuneração, pouca valorização, muita falta de ética na escolha dos profissionais pra ocuparem os cargos, concursos muito concorridos e política de desvalorizaçãoõ.

õMercado difícil e desvalorizadoõ.

Fonte: O autor (2019).

5.1.15 Disponibilidade e interesse em participar de entrevista

Apesar da última questão do questionário perguntar se os egressos estariam dispostos a participar de uma entrevista telefônica, a fim de obter informações adicionais e, mesmo diante de alguns dos respondentes terem manifestado interesse nessa participação, o pesquisador julgou não ser necessário realizar tais entrevistas diante da quantidade e da qualidade de informações obtidas através do questionário. Ressalta-se que, por meio das respostas extraídas do questionário foram obtidas integralmente todas as informações pretendidas e necessárias para contemplar os objetivos específicos, os quais contribuíram para atingir o objetivo principal, assim como os dados necessários para responder o problema de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos por meio dos questionários permitiram, além de responder o problema que originou a presente pesquisa e de atender aos objetivos específicos, traçar o perfil dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano. O que indicou que esses são compostos, principalmente, por mulheres (78,5% da amostra); jovens com idade entre 20 a 29 anos (81,7% da amostra); estudantes originários de municípios goianos (91,4% da amostra) e que atualmente, depois de concluída a licenciatura, continuam residindo no estado de Goiás (91,4% da amostra). Tratando ainda das características desses egressos depois de graduados, no que tange à formação continuada, a maioria não cursou ou não está cursando pós-graduação (77,4% da amostra) e também não cursou ou não está cursando uma segunda graduação (94,6% da amostra); e atualiza seus conhecimentos na área principalmente por meio da leitura de artigos na *internet*, participação em cursos de curta duração e leitura de revistas especializadas.

De acordo com os dados apresentados é possível inferir que as vagas dos cursos de licenciatura ofertadas pelo IF Goiano estão sendo preenchidas majoritariamente pelos próprios estudantes goianos após concluírem o ensino médio nos municípios do estado e que, depois de graduados pelo IF Goiano, continuam fixados no estado de Goiás.

Nesse contexto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) 2007 - 2020 (BRASIL, 2007e) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2012b) se alinham à política de EPT ao tratar do aumento das oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade; elevação do nível de escolaridade; capacitação e qualificação profissional; e promoção do aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e empresários goianos. Consolidando assim, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como um dos alicerces da política nacional de desenvolvimento regional.

Dentre as considerações manifestadas pelos egressos, está a satisfação em relação à escolha de ter cursado uma licenciatura e no orgulho de ter a docência como profissão. No entanto, tal percepção tem sido confrontada com uma realidade frustrante e decepcionante para muitos deles, pois segundo relatos dos mesmos, depois de concluída a licenciatura e ao tentar entrar no mercado de trabalho, muitos desses tem encontrado dificuldades.

De modo que, algumas das principais queixas apresentadas por esses egressos durante suas considerações, foram a crescente desvalorização da profissão e, principalmente, das dificuldades para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, que não tem dado

oportunidade, especialmente, para os recém-formados. Segundo seus relatos, esse mercado de trabalho tem se mostrado extremamente concorrido, seletivo e apresentando processos seletivos realizados com critérios subjetivos e sem a devida transparência nas contratações. Como forma de sugestão, os egressos apontaram que o IF Goiano poderia promover ações visando dar melhores esclarecimentos e apresentar uma ampla visão das licenciaturas, da carreira docente e do mercado de trabalho para seus alunos logo no início do curso.

O que abre espaço para maiores discussões acerca de ações da instituição visando apresentar aos alunos de licenciaturas, logo no início do curso, por meio de, por exemplo, feiras, congressos, seminários, encontros, e grupos de pesquisa, temas relacionados à carreira docente, às possibilidades de emprego dentro da área de formação e ao mercado de trabalho para o professor. A instituição já possui determinados eventos que tratam desse tema, como por exemplo, o Encontro das Licenciaturas e Pesquisa em Educação (Elped)²⁶ e o Ciclo e Formação²⁷. O primeiro tem como objetivo principal promover debates de caráter teórico-prático relacionados à formação docente e à constituição da identidade do professor, com ênfase na articulação entre o trabalho formativo e os desafios encontrados no cotidiano escolar, a fim de contribuir para elevar a qualidade da formação docente (BRASIL, 2018x), enquanto que o segundo visa principalmente articular o debate em torno da educação por meio da troca de experiências relacionadas às políticas de combate à evasão, com o intuito de promover a retenção na educação básica e na educação superior (BRASIL, 2017l). No entanto, diante do que foi relatado pelos egressos, tais ações institucionais possivelmente tenham que ser revistas ou reestruturadas a fim de melhor atender as dúvidas e anseios dos alunos/egressos da instituição.

Os desafios enfrentados no decorrer da pesquisa foram superados e não impediram a obtenção de resultados consistentes. Dentre as principais dificuldades encontradas, pode-se citar a desatualização do banco de dados institucional do SUAP, referente aos contatos telefônicos e *emails* dos egressos, o que pode ter resultado na impossibilidade de contato com alguns desses, visto que, dos 137 egressos que se formaram e para os quais o pesquisador encaminhou os questionários por *email*, 93 questionários retornaram respondidos (67,9% do total de questionários enviados). Como dificuldade, pode ser citada ainda a apatia de alguns egressos em responder o questionário, uma vez que algumas respostas abertas foram respondidas de forma incompleta ou sem a devida atenção e detalhamento solicitado. No

²⁶ Evento institucional do IF Goiano criado em 2014, idealizado e organizado pela pró-reitoria de ensino da instituição e que ocorre bianualmente.

²⁷ Evento institucional do IF Goiano criado em 2013, idealizado e organizado pela pró-reitoria de ensino da instituição e que ocorre bianualmente.

entanto, apesar dessas limitações apresentadas, o presente estudo foi bem sucedido, obtendo êxito no alcance dos objetivos propostos e em responder o problema de pesquisa.

Em se tratando do objetivo específico 1, identificar se os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão trabalhando como professor depois de concluído o curso, observou-se que a maioria dos egressos (66,7% da amostra) não está trabalhando na educação básica depois de concluído os cursos de licenciatura no IF Goiano. De modo que, apenas 33,3% dos egressos (31 egressos) informaram que estão trabalhando na educação básica depois de licenciados. Sendo que, desses 31 egressos atuantes na educação básica depois de formados, 27 deles (o que corresponde a 29% do total de egressos que compõe a amostra da pesquisa) estão trabalhando atualmente exercendo o cargo de professor. Portanto, foi identificado que os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano não estão trabalhando como professor depois de concluído o curso, visto que a grande maioria desses egressos (66,7% da amostra) não estão atuando profissionalmente como professor. Diante de tais informações, conclui-se que o objetivo específico 1 foi cumprido.

Em relação ao objetivo específico 2, apontar os motivos que fizeram os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano a cursar uma licenciatura, constatou-se as principais motivações que fizeram os egressos a cursar uma licenciatura foram primeiramente por vocação (45,2% da amostra), e em segundo, por influência dos pais, familiares ou terceiros (38,7% da amostra). Em contrapartida, observou-se que os dois motivos menos escolhidos foram o prestígio social que a função proporciona (9,7% da amostra) e o retorno financeiro da profissão (6,5% da amostra). Diante das informações apresentadas, conclui-se que o objetivo específico 2 foi cumprido.

No que diz respeito ao objetivo específico 3, investigar junto aos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano quais são suas perspectivas em relação à carreira docente, foi observado através das duas maiores porcentagens tidas como resposta que, a maioria (61,3% da amostra) tem perspectivas promissoras em relação à carreira docente e apenas 25,8% tem perspectivas pouco promissoras. Observou-se ainda, por meio das duas menores porcentagens tidas como resposta, que 6,5% dos egressos tem perspectivas altamente promissoras e 6,5% tem perspectivas nada promissoras em relação à carreira docente. Quando questionados sobre o que acreditam que a carreira docente lhe trouxe ou trará ao longo dos anos, a maioria respondeu realização ou prestígio profissional (54,8% da amostra) e realização ou prestígio pessoal (41,9% da amostra). Portanto, foi possível observar através das respostas dos egressos que, apesar deles terem demonstrado dificuldades para adentrar no mercado de trabalho na área da educação e da maioria nem mesmo estar trabalhando como professor ou na área de

formação acadêmica específica e de muitos estarem inclusive desempregados, ainda assim demonstraram ter uma visão positiva e otimista em relação à profissão e à carreira docente. Diante de tais informações, conclui-se que o objetivo específico 3 foi cumprido.

No que se refere ao problema de pesquisa, os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica? A resposta é não. Pois diante dos dados obtidos com a pesquisa, expressiva maioria dos egressos (62 egressos, o que corresponde a 66,7% da amostra) que se formaram nos cursos de licenciatura do IF Goiano não está atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica depois de concluída a graduação. Ademais, desses 62 egressos que não estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica, 32 egressos (34,4% da amostra), encontram-se atualmente desempregados. Desses desempregados, a maioria informou que não se encontra trabalhando devido a dois motivos principais: falta de demanda na área de formação (40,6% dos egressos desempregados) e em virtude da baixa remuneração para profissionais na área de formação (21,9% dos egressos desempregados). Ainda, desses 62 egressos que não estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica, 30 egressos (32,3% da amostra) encontram-se trabalhando em áreas diversas à sua formação acadêmica.

Diante de tais dados, depreende-se que para esta amostra estudada, grande parte do empenho despendido pelo IF Goiano na abertura e manutenção de cursos de licenciatura das turmas de 2013 e 2014 não proporcionaram o retorno esperado, mesmo que por motivos alheios ao controle da instituição. Uma vez que, ao ofertar cursos de licenciatura, o IF Goiano promove um amplo investimento social e econômico na gestão dessa oferta como, por exemplo, abertura de concursos públicos para contratação de servidores professores e técnicos administrativos, manutenção das estruturas físicas dos *campi*/reitoria, compra e fornecimento de material didático, merenda e uniformes escolares, gerenciamento de contratos e licitações, entre outros. Dessa forma, é possível inferir que não está ocorrendo o retorno esperado para a sociedade do investimento oferecido pelo Estado e recebido pelos egressos dessa amostra durante sua formação acadêmico-profissional, visto que depois de formados esses egressos não estão atuando na sua área de formação profissional.

Ademais, diante dos dados obtidos, pressupõe-se que para a amostra pesquisada, o IF Goiano não está atingido um dos principais objetivos da existência e do funcionamento de seus cursos de licenciatura, que é formar professores para a sociedade.

No entanto, a pesquisa não é conclusiva em relação à qualidade do ensino ofertado ou ao tipo de formação que está sendo oferecido pelo IF Goiano, uma vez que tais resultados

apresentados possivelmente podem ser conjecturais. Para ser conclusivo, seria necessário, em trabalhos futuros, comparar os dados e informações obtidos nesta pesquisa com a realidade de cada região onde se encontram esses egressos, por exemplo, em relação à demanda e ao mercado de trabalho local para determinado tipo de licenciatura/profissão, entre outros aspectos relacionados a cada uma das licenciaturas pesquisadas.

Tais resultados refletem a realidade que vem sendo vivenciada por diversos egressos de graduações, em especial os de licenciaturas. Conforme publicação na Revista Ensino Superior, dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em dezembro de 2018, apontam que mais de 40% dos jovens graduados ocupam funções incompatíveis com sua escolaridade (REVISTA ENSINO SUPERIOR, 2019). No que tange os graduados em licenciatura, a situação tem se mostrado mais crítica, pois com o decorrer dos anos a profissão docente tem sido vista cada vez menos atrativa para os estudantes e cada vez mais desvalorizada pela sociedade, conforme constata Martins e Pereira (2002, p. 113):

O que tem ocorrido é uma política de desvalorização do professor, prevalecendo as concepções que o consideram como um mero técnico reproduzidor de conhecimentos, um monitor de programas pré-elaborados, um profissional desqualificado, colocando-se à mostra a ameaça de extinção do professor na forma atual. A realidade retrata uma carreira quase inexistente, com condições de trabalho aviltadas, pouca retribuição financeira e discutível reconhecimento social.

A pesquisa mostrou ainda a importância do acompanhamento dos egressos, pois de acordo com relatos desses, o início da carreira docente tem se mostrado um período crítico no seu desenvolvimento profissional e inserção na área de formação. Sendo assim, uma possível sugestão de melhoria seria uma maior aproximação e acompanhamento dos egressos, principalmente logo após a conclusão da graduação. Segundo Grossman, Thompson e Valencia (2010), de forma geral, esse período inicial é uma fase em que o jovem profissional aparentemente sofre de uma espécie de *ômiopia*, refletindo assim a importância no seu acompanhamento.

Nesse contexto, realizar um acompanhamento mais próximo dos alunos/egressos das licenciaturas significa dar à sociedade, respostas frente aos investimentos realizados pelo Estado para a implantação e o funcionamento dos cursos; é ouvir quem participou/vivenciou o curso realmente de perto e pode auxiliar na avaliação e no alcance dos objetivos tanto dos cursos quanto da instituição; é identificar erros e acertos a fim de possibilitar repensar o funcionamento dos atuais e a implantação de futuros cursos de licenciatura no IF Goiano.

Ainda como forma de sugestão, propõe-se que a instituição atue em conjunto com o Estado e a iniciativa privada para desenvolver ações e políticas a fim de promover um melhor aproveitamento dessa mão de obra que vem se qualificando através dos cursos de licenciatura, porém não vem encontrando espaço para sua entrada no mercado de trabalho. Objetivando assim, por exemplo, a abertura de novos concursos públicos para contratação de professores, processos seletivos com critérios mais objetivos e realizados de forma transparente, ações que promovam a valorização do professor e da carreira docente, ações que estimulem a continuidade acadêmica dos licenciados após a graduação, entre outras medidas.

Propõe-se ainda, um maior diálogo da instituição com as escolas de educação básica, principalmente, com as escolas públicas dos municípios onde se localizam os *campi* do IF Goiano. Visando assim, por meio de uma maior integração com essas escolas, desenvolver medidas e ações a fim de ampliar as vagas disponíveis na área da educação, por meio da criação de novos postos de trabalho. Visto que, conforme os dados obtidos na pesquisa, além dessas escolas serem um dos principais locais de trabalho do professor, observou-se nelas um maior contingente de egressos do IF Goiano trabalhando logo depois de formados, destacando assim sua importância.

Gatti, André, Gimenes, Ferragut (2014, p. 15) corroboram para a discussão sobre a necessária articulação entre as IES e a educação básica. Para esses autores,

Por que buscar a aproximação entre as instituições formativas e o campo de trabalho? O propósito dessa busca é muito claro e bem definido: criar condições para um processo de formação que colabore com o desenvolvimento profissional de modo que estes possam contribuir com uma educação de qualidade.

Por fim, tal estudo, por constituir-se de um tema desafiador envolvendo um assunto de extrema importância social, compôs uma enriquecedora experiência durante sua realização, tanto em termos intelectuais quanto pessoais. Em termos práticos, os resultados deste estudo têm sua relevância por destacar a importância dos cursos de licenciatura e do professor tanto para o IF Goiano quanto para a sociedade, além de demonstrar sua importante participação no desenvolvimento regional do centro-oeste; por ter permitido captar dados necessários para definir o perfil do egresso dos cursos de licenciatura do IF Goiano; por ter revelado quais os principais anseios e dificuldades dos egressos de licenciaturas depois de concluir o curso e tentar adentrar no mercado de trabalho em sua área de formação específica; por mostrar as expectativas e sentimentos dos egressos em relação à carreira profissional; e por ter dado luz a várias incógnitas inicialmente levantadas no início da pesquisa. Com esse intuito, os

resultados adquiridos poderão servir como norteadores para futuras políticas, práticas e ações institucionais, corroborando para que a instituição continue investindo e focando sua atenção cada vez mais em seus alunos/egressos e nos cursos que oferta, em especial, nas licenciaturas. De tal forma, esta pesquisa constituiu-se em um material útil, servindo como subsídio para futuras pesquisas, expressando sua relevância não somente no cenário do IF Goiano, mas no contexto acadêmico em geral.

REFERÊNCIAS

AQUINO, José. *O aluno, o professor e a escola: prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado*, São Paulo: Contexto, 2007, p. 78 a 86.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência*. Salvador: EDUFBA, 2009. A educação brasileira no período joanino. pp. 129-141.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. *Os excluídos do interior*. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. *Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. *Regulamenta o art. 80 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

_____. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. *Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino*. Brasília, 2006a. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

_____. Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007. *Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFECT, no âmbito da rede federal de educação tecnológica*. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007. *Institui o programa Brasil profissionalizado*. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. *CREA nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito*. Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

_____. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. *Regulamenta o art. 80 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. Decreto n. 92.200, de 23 de dezembro e 1985. *Institui o Programa Nova Universidade e dá outras providências*. Brasília, 1985. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/26997-institui-o-programa-nova-universidade-e-da-outras-providencias.html>>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Governo do Brasil. *Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil*. [2014]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Lei n. 6.684, de 03 de setembro de 1979. *Regulamenta as profissões de biólogo e de biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências*. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6684.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. *Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências*. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação ó PNE e dá outras providências*. Brasília, 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Ações visam garantir qualidade aos cursos de pedagogia*. [2017b]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34254>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Expansão da rede federal*. [2016a]. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *e-MEC*. [2018a]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasil Carinhoso*. [2017c]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-brasil-carinhoso>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Instituições da rede*. [2016b]. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Parecer CNE/CES 1.301/2001. *Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de ciências biológicas*. DOU de 07 de dezembro de 2001, Seção 1, p. 25. Brasília, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1301.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Parecer CNE/CES 1.302/2001. *Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de matemática, bacharelado e licenciatura*. DOU de 05 de março de 2001, Seção 1, p. 15. Brasília, 2001c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Parecer CNE/CES 1.303/2001. *Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de química*. DOU de 07 de dezembro de 2001, Seção 1, p. 25. Brasília, 2001d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Portaria n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. *Revoga a Portaria MEC n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema*. DOU de 11 de outubro de 2016, Seção 1, p. 21. Brasília, 2016c. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docentes/documentos/pp/portaria_mec_1134_16.pdf> Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Portaria Normativa n. 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação*. DOU de 29 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 39. Brasília, 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura*. [2006b]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução n. 6, de 24 de abril de 2007. *Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil ó Proinfância*. Brasília, 2007d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n6_240407_proinfancia_medida18.pdf.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução n. 7, de 11 de março de 2002. *Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de ciências biológicas*. Brasília, 2002a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES07-2002.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução n. 8, de 11 de março de 2002. *Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de bacharelado e licenciatura em química*. Brasília, 2002b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES08-2002.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Seja um professor: como se tornar um professor?* [2018b]. Disponível em: <<http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=formacao>>. Acesso em: 04 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Sistema e-MEC*. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. [2018c]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Sistema e-MEC*. Quais são as autorizações necessárias para um curso superior? [2018d]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/faq>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Sistema e-MEC*. Quais são os indicadores de qualidade informados pelo Cadastro? [2018e]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/faq>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Sistema e-MEC*. Quais são os tipos de instituições de ensino superior? [2018f]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/faq>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Sistema e-MEC*. Sobre as modalidades de ensino. [2018g]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/faq>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. [2010a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=6691&Itemid=>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). *SUAP*. [2018h]. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/tec-da-informacao/lateral/servicos/sobre-o-suap>>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Campus avançados estarão vinculados à reitoria em 2016*. [2016d]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias-morrinhos/1580-campus-avancados-estarao-vinculados-a-reitoria-em-2016>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Ciências biológicas*. [2018i]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/superiores/109-ciencias-biologicas.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Conselho superior: sobre*. [2016e]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/colegiados/72-conselho-superior/144-colegiados.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Cursos superiores*. [2015b]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/superiores.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *IF Goiano tem primeiro polo Embrapii de Goiás*. [2017d]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/160-noticias-antteriores/6832-if-goiano-tem-primeiro-polo-embrapii-de-goias.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Matemática*. [2018j]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/superiores/99-matematica.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Missão, visão e valores*. [2015c]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/campos-belos/menu-nivel-2/43-assuntos/editoria-a/institucional/147-missao-visao-e-valores.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Pedagogia*. [2018k]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/superiores/100-pedagogia.html>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Ceres*. [2012a]. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_cursos/PPC_Ceres_Ciencias_Biologicas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Rio Verde*. [2013a]. Disponível em:

<https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/Diretoria_de_Ensino/PPC_LIC.Ci.Biologicas-2013.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em ciências biológicas do Campus Urutaí*. [2015d]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/PPC-Licenciatura---Biologia---Urutai--Versao-final-2.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em ciências naturais do Campus Avançado Catalão*. Catalão, 2018l.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em matemática do Campus Urutaí*. Urutaí, 2015e. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/URT/PDF/PPC_Matematica_.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em pedagogia do Campus Morrinhos*. Morrinhos, 2015f. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/MHOS/Doc_cursos/PPC_Pedagogia_Novo_ConselhoSuperior.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em química do Campus Ceres*. Ceres, 2013b. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/CER/Doc_cursos/Superior/PPC_Qumica_2013.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em química do Campus Iporá*. Iporá, 2013c. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/ppc_quimica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em química do Campus Morrinhos*. Morrinhos, 2015g. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/MHOS/Doc_cursos/PPC QUI MORRINHOS.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em química do Campus Rio Verde*. Rio Verde, 2010b. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/CURSOS_SUPERIORES/LICENCIATURA_QUIMICA/Projeto_do_Curso_de_Qumica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em química do Campus Urutaí - matutino*. Urutaí, 2017e. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/URT/Projeto-Pedaggico-do-Curso---Matutino.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em química do Campus Urutaí - noturno*. Urutaí, 2013d. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/URT/Projeto-Pedaggico-do-Curso---Noturno.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Projeto político-pedagógico do curso de segunda licenciatura em pedagogia do Campus Avançado Ipameri*. Ipameri, 2017f. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/IPMR/ENSINO/PPC/PPC-Segunda-Licenciatura-Pedagogia-01-04.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Química*. [2018m]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/superiores/110-quimica.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Resolução n. 001 de 19 de agosto de 2009. *Aprova o estatuto do instituto federal de educação, ciência e tecnologia goiano*. [2009a]. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/RESOLUCAO-CS-001_ESTATUTO_DO_IF_GOIANO.PDF>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). *Saiba mais sobre o IF Goiano*. [2015h]. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/historico.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Avançado Ipameri. *Curso de segunda licenciatura em pedagogia*. Ipameri, 2018n. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ipameri/6269-curso-de-segunda-licenciatura-em-pedagogia.html>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Ceres. *Ciências biológicas*. Ceres, 2018o. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ceres/196-licenciatura-em-ciencias-biologicas.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Ceres. *Química*. Ceres, 2018p. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ceres/197-quimica.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Iporá. *Química*. Iporá, 2017g. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ipora/222-quimica.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Iporá. *Química*. Iporá, 2017h. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-ipora/4706-quimica-atuacao>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Morrinhos. *Pedagogia*. Morrinhos, 2015i. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-morrinhos/232-pedagogia.html>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Morrinhos. *Química*. Morrinhos, 2015j. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-morrinhos/233-quimica.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Rio Verde. *Licenciatura em ciências biológicas*. Rio Verde, 2017i. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-rio-verde/251-ciencias-biologicas.html>>. Acesso em: 09 ago. 2108.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Rio Verde. *Química*. Rio Verde, 2017j. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-rio-verde/259-quimica.html>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Urutaí. *Ciências biológicas*. Urutaí, 2018q. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-urutai/279-ciencias-biologicas.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Urutaí. *Matemática*. Urutaí, 2017k. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-urutai/286-matematica.html>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) ó Campus Urutaí. *Química*. Urutaí, 2018r. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-superiores-urutai/288-quimica.html>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). *Alunos*. [2018s]. Disponível em: <https://suap.ifgoiano.edu.br/admin/edu/aluno/?ano_letivo__id__exact=3&curso_campus=43&curso_campus__diretoria__setor__uo__id__exact=4>. Acesso em: 01 ago. 2018

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). *Licenciatura em ciências biológicas diurno*. Rio Verde, 2018t. Disponível em:

<https://suap.ifgoiano.edu.br/admin/edu/aluno/?ano_letivo__id__exact=3&curso_campus=43&curso_campus__diretoria__setor__uo__id__exact=4>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano). Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). *Licenciatura em química*. Iporá, 2018u. Disponível em:

<https://suap.ifgoiano.edu.br/admin/edu/aluno/?ano_letivo__id__exact=6&curso_campus=49&curso_campus__diretoria__setor__uo__id__exact=6>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Avaliação dos cursos de graduação*. [2015k].

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Enade*. [2015l]. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Ideb: resultados e metas*. [2018v]. Disponível em:

<<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar - 1997/2015*. [2010c]. Disponível em:

<<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*. Brasília, 2009b. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13381:pesquisa-revela-empregabilidade-de-ex-alunos-da-rede-federal>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação (MEC). *4º Ciclo de Formação 2017*. [2017l]. Disponível em:

<https://sistemas.ifgoiano.edu.br/sevifgoiano/index.php?id_evento=NTg=>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação (MEC). *4º Encontro de Licenciaturas do Sudoeste Goiano e 4º Encontro do Pibid do Sudoeste Goiano (IV ELICPibid) e 3º Encontro de Licenciaturas e Pesquisa em Educação do IF Goiano (III ELPED)*. [2018x]. Disponível em:

<<https://www.elicpibid.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional (MI) - *Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)*. *1ª Conferência nacional de desenvolvimento regional (CNDR)*. Documento de referência. Brasília, 2012b.

_____. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) (2007 ó 2020). *Macro-objetivos*. Brasília, 2007e. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/pdco>>. Acesso em: 04 out. 2017.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, Helena. *Estudantes universitários e o trabalho*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1994; 26: 30-50.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A expansão do ensino superior: causas e consequências*. Debate e crítica; 5: 27-58, São Paulo: Hucitec, 1975.

_____. Luiz Antônio. *A universidade temporã: O ensino superior, da colônia à Era Vargas*. 3. ed. Rio de Janeiro: UNESP, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos Anos 90*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2018.

EAD. *Qual a diferença entre semipresencial e EAD?* [2018]. Disponível em: <<https://www.ead.com.br/ead/diferenca-entre-semipresencial-e-ead.html>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDES, Daniela. *OCDE: Brasil está entre os que menos gastam com ensino primário, mas tem investimento europeu em universidade*. [2017]. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052>>. Acesso em: 04 maio 2018.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *A formação do ãcidadão produtivoö: da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens (2001-2004)*. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

GATTI, Bernardete A; ANDRÉ, Marli E. D. A; GIMENES, Nelson A. S; FERRAGUT, Laurizete. *Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)*. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil ó UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica ó Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). *Geoinformação*. [2018]. Disponível em:

<http://www.imb.go.gov.br/down/mapas/microrregioes%20-%20ibge/microrregiao_de_pires_do_rio.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELES, Anthero de Moraes. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2004.

GROSSMAN; THOMPSON; VALENCIA. *Programa de Mentoria online para professores iniciantes: fases de um processo*. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.40, n.140, maio/ago. 2010.

GUIA DA CARREIRA. *Ciências Naturais: conheça o curso e onde estudar*. [2018a]. Disponível em: <<https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/ciencias-naturais/>>. Acesso em: 13 ago 2018.

_____. *Descubra qual é a diferença entre bacharelado e licenciatura*. [2018b]. Disponível em: <<https://www.guiadacarreira.com.br/educacao/diferenca-entre-bacharelado-e-licenciatura/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

KUENZER, A. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília: Inep, 1991.

_____. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. Cortez: São Paulo, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. *Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança*. Educação & Sociedade. Campinas, n.68, dez. 1999.

_____. *Pedagogia, ciência da educação?* São Paulo: Cortez, 1996, p. 127.

LORDELO, José Albertino C, DAZZANI; Maria Virgínia M. *Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. *Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira*. Ensaio: avaliação e Políticas Públicas em Educação. Fundação CESGRANRIO, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/29841>>. Acesso: em 08 maio 2018.

MALHOTRA, K. Naresh. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. Acta Cirurgia Brasileira, volume 17, suppl. 3, São Paulo, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001>. Acesso em: 12 maio 2018.

MARTINS, Conceição de Maria Botelho. *Evasão no curso de pedagogia de uma instituição de educação superior privada em Imperatriz-Maranhão*. [2018]. 14 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) ó Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Zildete Inácio; PEREIRA, Liliana Lemus. *A identidade e a crise do profissional docente*. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002. p. 113-132.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de marketing: edição compacta*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MATTOS, Pedro Lincoln Carneiro Leão de. *As universidades e o governo federal: As universidades e o governo federal: a política do governo em relação às universidades federais*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MENDONÇA, A.; ROCHA, C.; NUNES, H. *Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação*. Faculdades Alves Faria. Goiânia: Alfa, 2008.

MICHELAN, Luciano Sérgio; HARGER, Carlos Augusto; EHRHARDT, Giovani; MOREÉ, Rafael P. O. Campo. *Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e potencialidades*. IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 25 a 27/11/2009.

MICHAELIS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa: EVA*. Melhoramentos, 2018a. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/EVA/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa: link*. Melhoramentos, 2018b. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/LINK/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

_____. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. *Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde*. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PORTO, Gabriela. *Infoescola: navegando e aprendendo. Diferenças entre tecnólogo, bacharelado e licenciatura*. [2018]. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/diferencas-entre-tecnologo-bacharelado-e-licenciatura/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

QUEIROZ, Fernanda Cristina B. Pereira et al. *Transformações no ensino superior brasileiro: análise das instituições privadas de ensino superior no compasso com as políticas de Estado. Ensaio: avaliação e Políticas Públicas Educacionais*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, pp. 349-370, abr./jun, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n79/09.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais: trajectos*. 4. ed. Gradiva: Paris, 1995.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. *Mais de 40% dos jovens com diploma ocupam funções incompatíveis com sua escolaridade*. [2019]. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.com.br/jovens-diploma-trabalho/>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 1999.

_____. *Evolução do ensino superior brasileiro*. NUPES/USP, v. 8, p. 91, 1991. Documento de trabalho. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

SANTOS, M. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995a.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico*. São Paulo: HUCITEC, 1995b.

SANTOS, Sebastião L. O. dos. *Política educacional e a reforma do estado no Brasil*. Niterói, RJ - UFF, 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense PPGCP/UFF, Niterói-RJ, 2010.

SARMENTO, D. C. *A universidade brasileira*. Educação Brasileira, Brasília, DF, v. 13, n. 26, p. 129-145. 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TARTUCE, T. J. A. *Métodos de pesquisa*. Fortaleza: UNICE ó Ensino Superior, 2006. Apostila.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Reformas da educação superior no Brasil pós 85: desafios à extensão e à autonomia universitárias*. In: REUNIÃO DA ANPED, 20. Caxambu, 1997. Anais... Caxambu: ANPED, 1997. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/20/TAVARES.htm>>. Acesso em: 10 maio 2018.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_cap4.htm>. Acesso em: 05 maio 2018.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VELLEI, Carolina. *Bacharelado ou licenciatura?* [2017]. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/bacharelado-ou-licenciatura/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE A 6 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IF GOIANO PARTICIPANTES DA PESQUISA



1 - Qual foi a licenciatura e o respectivo campus e período (matutino/noturno/diurno) em que você concluiu seu curso no IF Goiano?

- Matemática - Campus Urutaí (noturno)
- Pedagogia - Campus Morrinhos (noturno)
- Ciências Biológicas - Campus Ceres (noturno)
- Ciências Biológicas - Campus Rio Verde (noturno)
- Ciências Biológicas - Campus Rio Verde (diurno)
- Ciências Biológicas - Campus Urutaí (noturno)
- Química - Campus Ceres (noturno)
- Química - Campus Iporá (noturno)
- Química - Campus Morrinhos (noturno)
- Química - Campus Rio Verde (noturno)
- Química - Campus Urutaí (matutino)
- Química - Campus Urutaí (noturno)

2 - Qual é o seu sexo?

- Feminino
- Masculino

3 - Em que município e estado você reside atualmente?

4 - Em que faixa etária você se enquadra?

- 18 a 19 anos
- 20 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 34 anos
- 35 anos ou mais

5 - Qual o seu nível de escolaridade atual?

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

6 - Em caso da resposta anterior tenha sido ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO ou DOUTORADO, especifique-os e informe o nome da instituição em que estuda ou estudou. Caso ainda esteja estudando e não tenha concluído o curso, especifique o ano previsto para conclusão.

7 - Como você realiza a atualização de conhecimentos em sua área de formação? Marque quantas opções achar necessário?

- Leitura de revistas especializadas
- Leitura de artigos na internet
- Participação em cursos de curta duração
- Participação em treinamentos profissionais
- Não se aplica
- Outros

Caso tenha selecionado a opção ãOUTROSö, exemplifique.

8 - Antes ou durante sua formação superior você já trabalhava na área de educação básica?

- Sim
- Não

9 - E, atualmente, você trabalha na área da educação básica?

OBSERVAÇÃO: Se a resposta do egresso foi ãSimö, ele prosseguiu respondendo o questionário sequencialmente até a Questão 23. Em seguida, esses egressos foram direcionados para responder as Questões 27 a 31. Caso a resposta dos egressos tenha sido ãNãoö, esses foram direcionados para responder a Questão 20, seguindo com as respostas até a Questão 31.

- Sim
- Não

10 - Você atualmente trabalha lecionando em algum curso de sua área de formação?

- Sim
- Não

Caso sua resposta tenha sido NÃO, especifique qual(ais) disciplina(s) está lecionando e em qual(ais) curso(s) de licenciatura.

**11 - Qual(ais) cargo(s) você ocupa atualmente na área da educação básica?
Caso ocupe mais de um cargo na educação básica, especifique-os.**

**12 - Há quanto tempo está ocupando este(s) cargo(s)?
Caso ocupe mais de um cargo na educação básica, selecione o tempo correspondente àquele de maior duração.**

- Até 6 meses
- De 6 a 12 meses
- De 1 a 2 anos
- Acima de 2 anos

13 - Qual foi o intervalo de tempo entre a conclusão do curso de licenciatura e sua inserção no mercado de trabalho na educação básica (admissão no emprego)?

- Até 6 meses
- De 6 a 12 meses
- De 1 a 2 anos
- Acima de 2 anos

**14 - Qual a forma de ingresso neste(s) cargo(s)?
Marque todas as alternativas que se aplicam.**

- Concurso
- Contrato

15 - Em quantas escolas você trabalha?

- Apenas uma escola
- Em duas escolas
- Mais de duas escolas

**16 - A escola em que você trabalha pertence a qual rede de ensino?
Nesta questão você pode assinalar mais de um campo, caso trabalhe em mais de uma escola.**

- Pública ó Municipal
- Pública ó Estadual/Distrital
- Pública ó Federal
- Privada

17 - Esta(s) escola(s) está(ão) localizada(s) em qual(ais) município(s)/cidade(s) satélites(s)?

Caso trabalhe em mais de um município/cidade satélite, especifique-os.

18 - Esta(s) escola(s) está(ão) localizada(s) onde?

Caso você trabalhe em mais de uma escola, marque todas as opções que se aplicam.

- Zona Urbana
- Zona Rural

19 - Qual nível de ensino é oferecido nesta(s) escola(s)?

Nesta questão você pode assinalar mais de um campo. Marque todas que se aplicam.

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental ó Anos iniciais
- Ensino Fundamental ó Anos finais
- Ensino Médio
- Ensino Superior

20 - Quais os motivos que o fizeram cursar uma licenciatura?

Caso a resposta englobe mais de uma alternativa, marque quantas opções achar necessário.

- Por vocação
- Por influência dos pais, familiares ou terceiros
- Pelo prestígio social que a função proporciona
- Pelo retorno financeiro da profissão
- Por outros motivos

Caso tenha escolhido a opção òPOR OUTROS MOTIVOSö, exemplifique.

21 - Quais suas expectativas em relação ao mercado de trabalho para o professor?

- Altamente positivas
- Positivas
- Pouco positivas
- Nada positivas

22 - Quais suas perspectivas em relação à carreira docente?

- Altamente promissoras
- Promissoras
- Pouco promissoras
- Nada promissoras

23 - Você acredita que a carreira docente lhe trouxe ou irá trazer ao longo dos anos? Assinale todas as alternativas que acredita se enquadrar.

- Realização ou prestígio pessoal
- Realização ou prestígio profissional
- Retorno financeiro pouco satisfatório
- Retorno financeiro satisfatório
- Retorno financeiro muito satisfatório
- Outros

Caso tenha marcado a opção OUTROS, exemplifique.

24 - No momento, você se encontra trabalhando (formal ou informalmente)?

- Sim
- Não

25- Se a resposta para a pergunta anterior foi NÃO, escolha o provável motivo para não estar trabalhando (em situação de desemprego).

- Em virtude da baixa remuneração para profissionais na área de formação
- Devido à escolha vocacional equivocada
- Devido à falta de demanda na área de formação
- Por outros motivos

Caso tenha selecionado ãPOR OUTROS MOTIVOSö, exemplifique.

26 - Se a sua resposta para a pergunta 24 foi SIM, especifique em qual instituição(ões), órgão(s) ou empresa(s) você trabalha e qual(ais) cargo(os) você exerce.

27 - Você está cursando outra graduação?

- Sim
- Não

28 - Caso sua resposta para a pergunta anterior tenha sido SIM, qual(ais) graduação(ões) você está cursando?

29 -Em qual município e estado você residia antes de cursar a licenciatura no IF Goiano (ou seja, qual é sua cidade de origem)?

30 - Gostaria de fazer alguma consideração sobre a temática desta pesquisa, quanto à formação profissional cursada e/ou sobre o mercado de trabalho para os egressos de cursos de licenciaturas?

- Sim
 Não

Caso a sua resposta tenha sido SIM, deixe seu comentário.

31 ó Você estaria disposto a participar de uma entrevista, com duração média de 10 minutos, por meio telefônico, para serem feitas algumas perguntas complementares à pesquisa, a fim de serem obtidas informações que ajudarão a traçar o perfil dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano?

- Sim
 Não

Caso a sua resposta tenha sido SIM, deixe seu número telefônico (com prefixo/código DDD) e o melhor horário e/ou dia para contato.

APÊNDICE B 6 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, faça a confirmação ao final deste documento para prosseguir e participar da pesquisa.

Desde já, fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional

Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA

Título da Pesquisa: Atuação Profissional dos Egressos das Licenciaturas do Instituto Federal Goiano na Área de Formação Acadêmica e sua Inserção ou Permanência na Área de Formação Específica do Curso.

Pesquisador: Thiago de Oliveira Piloto Contato: thiago.piloto@hotmail.com (62) 982038665

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joelma de Moura Ferreira

O objetivo da pesquisa é identificar se os egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano estão atuando profissionalmente na área de formação acadêmica específica. No entanto, para que eu possa dar prosseguimento neste estudo, é necessário fazer um levantamento preliminar de algumas informações. Por isso, elaboramos um questionário simples, composto por 31 (trinta) questões sendo, em sua maioria, de múltipla escolha.

A sua colaboração é muito importante.

Esta pesquisa não traz nenhum risco, prejuízo ou desconforto aos participantes.

O acesso aos resultados da pesquisa está garantido aos participantes, sempre que solicitado.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu concordo em participar, como sujeito, da pesquisa intitulada "Atuação Profissional dos Egressos das Licenciaturas do Instituto Federal Goiano na Área de Formação Acadêmica e sua Inserção ou Permanência na Área de Formação Específica do Curso". Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.



Li e firmo o presente termo.

ANEXO A ó RESPOSTAS DOS EGRESSOS REFERENTE ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO

3 - Em que município²⁸ e estado você reside atualmente?

Acreúna ó GO.

Água Boa ó MT.

Água Limpa ó GO.

Anápolis ó GO.

Bela Vista de Goiás ó GO.

Brasília ó DF.

Buriti Alegre ó GO.

Caldas Novas Goiás ó GO.

Catalão ó GO.

Ceres ó GO.

Cromínia ó GO.

Goianésia ó GO.

Goiânia ó GO.

Cidade de Goiás ó GO.

Goiatuba ó GO.

Guarinos ó GO.

Iporá ó GO.

Itapaci ó GO.

Jaraguá ó GO.

Montes Claros de Goiás ó GO.

Morrinhos ó GO.

Nova Glória ó GO.

Orizona ó GO.

Palestina de Goiás ó GO.

Pires do Rio ó GO.

Primavera do Leste ó MT.

²⁸ Os municípios/estados foram agrupados em ordem alfabética, sendo omitidos os municípios tidos como mesma resposta por egressos diferentes, visto que a intenção das respostas desta questão neste anexo é informar dados qualitativos.

Quirinópolis ó GO.
Rialma ó GO.
Rio Verde ó GO.
Rondonópolis ó MT.
Santa Cruz de Goiás ó GO.
Santa Helena de Goiás ó GO.
Santa Isabel ó SP.
São Bento do Sul ó SC.
São Luís de Montes Belos ó MT.
Tangará da Serra ó MT.
Turvelândia ó GO.
Uberlândia ó MG.
Uruana ó GO.
Urutaí ó GO.

6 - Caso a resposta anterior tenha sido ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO ou DOUTORADO, especifique-os e informe o nome da instituição em que estuda ou estudou. Caso ainda esteja estudando e não tenha concluído o curso, especifique o ano previsto para conclusão.

Respondente 1: Especialização (curso não informado) pela Universidade Cândido Mendes (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 2: Especialização em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Uberlândia ó UFU (previsão de conclusão em 2019).

Respondente 3: Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás ó UFG Regional Catalão (previsão de conclusão em 2020).

Respondente 4: Mestrado em Agroquímica pelo Instituto Federal Goiano ó IF Goiano Campus Rio Verde (previsão de conclusão em 2020).

Respondente 5: Mestrando Profissional de Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás IFG ó Campus Jataí (n ão foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 6: Especialização (curso não informado) pelo Instituto São Luís (previsão de conclusão em 2019).

Respondente 7: Mestrado (curso não informado) pelo Instituto Federal Goiano ó IF Goiano Campus Urutaí (previsão de conclusão em 2019).

Respondente 8: Mestrado (curso não informado) pelo Instituto Federal Goiano ó IF Goiano Campus Rio Verde (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 9: Mestrado (curso não informado) pela Universidade Federal de Catalão ó UFCat (previsão de conclusão em 2020).

Respondente 10: Mestrado (curso não informado) pela Universidade do Estado de Mato Grosso ó Unemat Campus Barra do Bugres (previsão de conclusão em 2021).

Respondente 11: Mestrado (curso não informado) pelo Instituto Federal Goiano (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 12: Especialização (curso não informado) pela Faculdade Unyleya (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 13: Especialização em Farmácia Hospitalar com Ênfase em Oncologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás ó PUC GO (concluído) e Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica pela Universidade Federal de Santa Catarina ó UFSC (concluído).

Respondente 14: Mestrado (curso não informado) pela Universidade Federal de Uberlândia ó UFU (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 15: Especialização (curso não informado) pelo Instituto Wallon (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 16: Especialização (curso não informado) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante ó Faveni (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 17: Mestrado (curso não informado) pela Universidade Federal de Goiás ó UFG (previsão de conclusão em 2019).

Respondente 18: Mestrado em Educação para Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Goiás ó IFG Campus Jataí (previsão de conclusão em 2020).

Respondente 19: Mestrado (curso não informado) pelo Instituto Federal Goiano Campus Urutaí (não foi informado se está cursando ou se concluiu o curso).

Respondente 20: Mestrado em Biodiversidade e Conservação pelo Instituto Federal Goiano ó IF Goiano Campus Rio Verde (previsão de conclusão em 2020).

7 - Como você realiza a atualização de conhecimentos em sua área de formação? Marque quantas opções achar necessário?

- Leitura de revistas especializadas
- Leitura de artigos na internet
- Participação em cursos de curta duração
- Participação em treinamentos profissionais
- Não se aplica
- Outros

Caso tenha selecionado a opção "OUTROS", exemplifique.

Respondente 1: "Estou cursando especialização".

Respondente 2: "Atuação em sala de aula".

Respondente 3: "Congressos".

Respondente 4: "Livros".

Respondente 5: "Livros especializados".

Respondente 6: "Pós-graduação".

Respondente 7: "Pós-graduação".

Respondente 8: "Faço parte do Programa de Pós-graduação em Química (PPGQ) da Universidade Federal de Goiás (UFG), mestrando".

Respondente 9: "Busca em sites e outras fontes".

Respondente 10: "Atuando na área".

Respondente 11: "Estou fazendo pós-graduação".

10 - Você atualmente trabalha lecionando em algum curso de sua área de formação?

- Sim
- Não

Caso sua resposta tenha sido NÃO, especifique qual(ais) disciplina(s) está lecionando e em qual(ais) curso(s) de licenciatura.

Respondente 1: "Pedagogia e história".

Respondente 2: "Matemática".

Respondente 3: "Química e tópicos de matemática".

Respondente 4: "Filosofia".

Respondente 5: "Estou vinculado à secretaria da escola".

Respondente 6: "Leciono química para o ensino médio".

Respondente 7: "Matemática e ciências".

Respondente 8: Educação infantil.

Respondente 9: Ciências.

Respondente 10: Sou monitor em um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei).

**11 - Qual(ais) cargo(s)²⁹ você ocupa atualmente na área da educação básica?
Caso ocupe mais de um cargo na educação básica, especifique-os.**

Professor.

Professor de matemática e física.

Pedagogo, professor de história, matemática e português.

Professor de matemática.

Professor regente.

Assistente administrativo.

Professor de ciências e biologia.

Professor de educação infantil.

Monitor.

Técnico administrativo em educação no Instituto Federal Catarinense.

17 - Esta(s) escola(s) está(ão) localizada(s) em qual(ais) município(s)/cidade(s) satélites(s)³⁰?

Caso trabalhe em mais de um município/cidade satélite, especifique-os.

Água Limpa ó GO.

Água Mansa ó GO, Lagoa do Bauzinho ó GO, Ouroana ó GO e Rio Verde ó GO.

Bela Vista ó GO.

Bela Vista de Goiás ó GO.

Caldas Novas ó GO.

São Bento do Sul ó SC e Blumenau ó SC.

Ceres ó GO.

Cromínia ó GO.

Itapaci ó GO.

Jaupaci ó GO.

²⁹ Os cargos tidos como mesma resposta por egressos diferentes foram omitidos, visto que a intenção das respostas desta questão neste anexo é informar dados qualitativos.

³⁰ Os municípios/cidades satélites foram agrupados em ordem alfabética, sendo omitidos os municípios tidos como mesma resposta por egressos diferentes, visto que a intenção das respostas desta questão neste anexo é informar dados qualitativos.

Montes Claros de Goiás ó GO.
 Morrinhos ó GO.
 Nova Glória ó GO.
 Orizona ó GO.
 Palmelo ó GO.
 Pires do Rio ó GO e Santa Cruz de Goiás ó GO.
 Primavera do Leste ó MT.
 Rianópolis ó GO.
 Rio Verde ó GO.
 Rondonópolis ó MT.
 Santa Cruz de Goiás ó GO.
 Santa Isabel ó SP.
 São Luís de Montes Belos ó GO.
 Tangará da Serra ó MT.
 Turvelândia ó GO.

20 - Quais os motivos que o fizeram cursar uma licenciatura?

Caso a resposta englobe mais de uma alternativa, marque quantas opções achar necessário.

- Por vocação
- Por influencia dos pais, familiares ou terceiros
- Pelo prestígio social que a função proporciona
- Pelo retorno financeiro da profissão
- Por outros motivos

Caso tenha escolhido a opção ãPOR OUTROS MOTIVOSö, exemplifique³¹.

Respondente 1: ãInicialmente por segunda opçãoö.

Respondente 2: ãExistem vários motivos, a discussão é ampla. Citarei alguns motivos: nunca quis o trabalho braçal; gosto de estudar; sinto-me bem no ambiente acadêmico; gosto de pesquisar e de produzir conhecimento. Questionários limitam as respostas e as discussões, mas espero estar ajudandoö.

Respondente 3: ãOlhei a área de formação... nem sabia o que era licenciaturaö.

³¹ Foram transcritos todos os comentários dos egressos, sendo realizadas adequações ortográficas e de concordância, sem alterar o conteúdo das mensagens.

Respondente 4: ãNão tive como fazer o curso que eu realmente gostaria, e como eu não queria ficar sem ter um curso superior, me adentrei na licenciaturaö.

Respondente 5: ãPor não ter o curso de meu interesse na minha cidade: química industrialö.

23 - Você acredita que a carreira docente lhe trouxe ou irá trazer ao longo dos anos? Assinale todas as alternativas que acredita se enquadrar.

- Realização ou prestígio pessoal
- Realização ou prestígio profissional
- Retorno financeiro pouco satisfatório
- Retorno financeiro satisfatório
- Retorno financeiro muito satisfatório
- Outros

Caso tenha marcado a opção OUTROS, exemplifique.³²

Respondente 1: ãBusco realização e alguma forma de prestígio. Considero o retorno financeiro pouco satisfatório em relação à quantidade de trabalhoö.

Respondente 2: ãPretendo não atuar na carreira docenteö.

25 - Se a resposta para a pergunta anterior³³ foi NÃO, escolha o provável motivo para não estar trabalhando (em situação de desemprego).

- Em virtude da baixa remuneração para profissionais na área de formação
- Devido à escolha vocacional equivocada
- Devido à falta de demanda na área de formação
- Por outros motivos

Caso tenha selecionado ãPOR OUTROS MOTIVOSö, exemplifique³⁴.

Respondente 1: ãDevido a muitas escolas particulares requisitarem que o profissional tenha experiência. Como eu ainda não tenho experiência como professor, essas escolas não dão oportunidade. Tenho um currículo bom, muitos cursos, participações em congressos e minicursos, participei durante 4 anos do Pibid, mas infelizmente isso não conta, as escolas alegam que eu não tenho experiência. Já nos municípios não têm concurso público há muito tempo. Processos seletivos têm, porém no momento de escolher a vaga, a decisão ocorre por

³² Foram transcritos todos os comentários dos egressos, sendo realizadas adequações ortográficas e de concordância, sem alterar o conteúdo das mensagens.

³³ Pergunta anterior (Questão 24): No momento, você se encontra trabalhando (formal ou informalmente)?

³⁴ Foram transcritos todos os comentários dos egressos, sendo realizadas adequações ortográficas e de concordância, sem alterar o conteúdo das mensagens.

idade. Infelizmente eu não consegui uma vaga até o momento, mas estou na luta.

Respondente 2: "Pois sou bolsista da Capes e tenho dedicação exclusiva ao mestrado, assim como me dediquei durante minha graduação no curso de pedagogia, pois também era bolsista."

Respondente 3: "Cursando mestrado."

Respondente 4: "Devido à pós-graduação."

Respondente 5: "Formei no final do ano (2017) e ainda estou à procura de emprego."

Respondente 6: "Dedicação exclusiva ao mestrado."

Respondente 7: "Concluí o curso de licenciatura e estou aguardando para colar grau em março de 2019. A partir daí pretendo cursar mestrado. No momento me encontro estudando para concursos."

Respondente 8: "Por falta de oportunidades. Eu como professor recém-formado me deparo com um mercado de trabalho que exige experiência e que não dá oportunidades para que eu possa mostrar meu potencial."

Respondente 9: "Estou cursando doutorado."

Respondente 10: "Falta de oportunidade."

Respondente 11: "Estou concluindo o mestrado para em seguida ingressar no doutorado da Universidade de Uberlândia (UFU), onde fui recentemente aprovado."

Respondente 12: "Mestrado."

26- Se a sua resposta para a pergunta 24³⁵ foi SIM, especifique em qual instituição(ões), órgão(s) ou empresa(s) você trabalha e qual(ais) cargo(s) você exerce.

Respondente 1: Informalmente como professor substituto em colégios estaduais de Rialma - GO.

Respondente 2: Estudante de mestrado na Universidade de Brasília (UnB).

Respondente 3: Professor temporário no Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (Itego) - curso de agricultura familiar.

Respondente 4: Analista de laboratório de controle de qualidade de matéria prima na Central

³⁵ Pergunta anterior (Questão 24): No momento, você se encontra trabalhando (formal ou informalmente)?

Energética de Morrinhos.

Respondente 5: Coordenação da Universidade Paulista (Unip).

Respondente 6: Agente do setor de inspeção federal da BRF *Foods*.

Respondente 7: Supervisor de amostragem no laboratório de análises ambientais MICROLAB Ambiental.

Respondente 8: Mestrado acadêmico (instituição não informada).

Respondente 9: Assistente de aluno/porteiro no IF Goiano Campus Ceres.

Respondente 10: Auxiliar de laboratório no Laboratório Hormonal.

Respondente 11: Técnico em enfermagem na Prefeitura Municipal de Ceres - GO.

Respondente 12: ãNão trabalho em uma empresa específica.

Respondente 13: Analista de laboratório na empresa Cereal Ouro.

Respondente 14: Professor na Faculdade João Paulo II.

Respondente 15: Analista de laboratório na empresa Cereal Ouro.

Respondente 16: Escola.

Respondente 17: Caixa executivo no Banco do Brasil.

Respondente 18: Servidor público municipal no cargo de farmacêutico e trabalha como farmacêutico na área de análises de alimentos (laboratório de microbiologia) de um frigorífico de grande porte.

Respondente 19: Agente de combate a endemias da prefeitura.

Respondente 20: Administração de um hospital.

Respondente 21: Técnico em química na Cooperativa Comigo.

Respondente 22: Professor formador no curso EaD Técnico em Meio Ambiente no IF Goiano Campus Ceres e como biólogo na Prefeitura de Itaguaru ó GO.

Respondente 23: Professor Particular.

Respondente 24: Informalmente.

Respondente 25: Departamento financeiro de uma loja de varejo.

Respondente 26: Telefonista na Caixa Econômica Federal (CEF).

Respondente 27: Operadora de caixa em uma hidroelétrica.

Respondente 28: Agente de endemias na prefeitura de Palestina de Goiás ó GO.

28 - Caso sua resposta para a pergunta anterior³⁶ tenha sido SIM, qual(ais) graduação(ões)³⁷ você está cursando?

Pedagogia

Farmácia

História

29 - Em qual município e estado você residia antes de cursar a licenciatura no IF Goiano (ou seja, qual é sua cidade de origem)?³⁸

Acreúna ó GO.

Água Limpa ó GO.

Buriti Alegre - GO.

Caiapônia ó GO.

Caldas Novas ó GO.

Catalão ó GO.

Ceres ó GO.

Corumbá de Goiás ó GO.

Cosmópolis ó SP.

Cristalina ó GO.

Cromínia ó GO.

Diorama ó GO.

Goianésia ó GO.

Goiânia ó GO.

Cidade de Goiás ó GO.

Goiatuba ó GO.

Guaíra ó SP.

Guaraci ó SP.

³⁶ Pergunta anterior (Questão 27): Você está cursando outra graduação?

³⁷ Os cursos de graduação tidos como mesma resposta por egressos diferentes foram omitidos, visto que a intenção desta resposta neste anexo é informar qualitativamente as graduações.

³⁸ Os municípios foram agrupados em ordem alfabética, sendo omitidos os municípios tidos como mesma resposta por egressos diferentes, visto que a intenção das respostas desta questão neste anexo é informar dados qualitativos.

Guarinos ó GO.
Iporá ó GO.
Itapaci ó GO.
Jaraguá ó GO.
Jaupaci ó GO.
João Dourado ó BA.
Juquiá ó SP.
Maurilândia ó GO.
Montes Claros de Goiás ó GO.
Morrinhos ó GO.
Nova Glória ó GO.
Orizona ó GO.
Palestina de Goiás ó GO.
Pires do Rio ó GO.
Quirinópolis ó GO.
Rialma ó GO.
Rio Verde ó GO.
Rubiataba ó GO.
Santa Cruz de Goiás ó GO.
Santa Helena de Goiás ó GO.
Santa Isabel ó SP.
Santa Rosa de Viterbo ó SP.
Uruana ó GO.

30 - Gostaria de fazer alguma consideração sobre a temática desta pesquisa, quanto à formação profissional cursada e/ou sobre o mercado de trabalho para os egressos de cursos de licenciaturas?

- Sim
 Não

Caso a sua resposta tenha sido SIM, deixe seu comentário³⁹.

Respondente1: ãInfelizmente após a conclusão do curso os egressos enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, o qual tem se mostrado seletivo e injusto. Uma vez

³⁹ Foram transcritos todos os comentários dos egressos, sendo realizadas adequações ortográficas e de concordância, sem alterar o conteúdo das mensagens.

que muitos licenciados, principalmente os recém-formados, não têm oportunidade de emprego na área devido à maioria dos cargos estarem ocupados por outros profissionais com formações diversas, com privilégios e "apadrinhamentos"; o que causa incredulidade e frustração para os cursos de licenciatura.

Respondente 2: "Infelizmente a área das licenciaturas é desvalorizada. Principalmente a área da pedagogia, na qual as pessoas têm um olhar errôneo, achando que estamos lá aprendendo a cortar EVA⁴⁰."

Respondente 3: "Não poderia existir profissão mais gratificante do que ser professor."

Respondente 4: "Aumentar a probabilidade de conseguir emprego na área de formação acadêmica."

Respondente 5: "O mercado para os licenciados é amplo, porém faltam esclarecimentos para os ingressantes."

"Aqueles que já atuam na área precisam esclarecer as dúvidas, deixar de reclamar e apoiar os futuros professores: se durante o meu estágio eu tivesse escutado os colegas professores das escolas onde eu estava fazendo estágio, eu teria desistido e ido para a indústria."

"Falta também qualidade nos locais de trabalho. Mas isso deve deixar de ser discutido, já que não teve, não tem e não terá investimento necessário."

"A produção de conhecimento deve ser revista, discutida e aplicada. Aqueles que estão cursando as licenciaturas devem repensar a prática docente e evitar "apenas dar aula" para que se tornem bons profissionais, que avaliam seu trabalho e estão em constante mudança."

Respondente 6: "Gostaria de ressaltar que embora haja rumores de uma demanda em relação aos profissionais da área da educação, principalmente aqueles das áreas de química, física e matemática, há uma desvalorização profissional e financeira grave que assombra o mercado de trabalho e desmotiva aqueles que escolhem essas áreas. Assim, retratando minhas próprias vivências, vejo que tal situação colabora diretamente para a grave crise na educação e principalmente para a falta desses profissionais."

Respondente 7: "Gostaria de parabenizar pela temática da pesquisa e dizer que é promissora para indicar que grande parte dos egressos dos cursos de licenciatura não atua na área por falta de oportunidades. Talvez esse tipo de pesquisa possa se tornar um indicador para

⁴⁰ Segundo o dicionário Michaelis (2018a), EVA é a sigla de *Ethylene Vinyl Acetate* (acetato de etileno e vinil). Espuma sintética produzida por meio da polimerização do monômero de acetato de etileno e vinil.

melhorar a relação entre graduação e mercado de trabalho.

Respondente 8: "Não é como pensamos: baixa remuneração, pouca valorização, muita falta de ética na escolha dos profissionais para ocuparem os cargos, concursos muito concorridos e política de desvalorização".

Respondente 9: "Mercado difícil e desvalorizado".

31. Você estaria disposto a participar de uma entrevista, com duração média de 10 minutos, por meio telefônico, para serem feitas algumas perguntas complementares à pesquisa, a fim de serem obtidas informações que ajudarão a traçar o perfil dos egressos dos cursos de licenciatura do IF Goiano?

- Sim
- Não

Caso a sua resposta tenha sido SIM, deixe seu número telefônico (com prefixo/código DDD) e o melhor horário e/ou dia para contato.

Foram obtidas 30 respostas positivas dos egressos, os quais informaram estar dispostos a participar de uma entrevista por meio telefônico caso o pesquisador julgasse necessário.

Desses 30 egressos, 28 respondentes informaram seus contatos telefônicos. No entanto, tais dados foram omitidos neste anexo visando manter o sigilo das informações pessoais dos participantes.